



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS DE**  
**DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO**

**JANICLEIA MARIA MORAES DE MACÊDO**

**INTERAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS EVIDENCIADAS NO**  
**BALANÇO SOCIAL DA COOPERCUC - BAHIA**

**PETROLINA – PE**

**2019**

**JANICLEIA MARIA MORAES DE MACÊDO**

**INTERAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS EVIDENCIADAS NO  
BALANÇO SOCIAL DA COOPERCUC - BAHIA**

Dissertação apresentada a Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Petrolina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido.

Orientador: Prof. Dr. José Lincoln Pinheiro Araújo

Coorientador: Prof. MSc. Edilson Pinheiro Araújo

**PETROLINA - PE**

**2019**

Macêdo, Janicleia Maria Moraes de.

M141i      Interações sociais e ambientais evidenciadas o balanço social da Coopercuc - Bahia /  
Janicleia Maria Moraes de Macêdo. - Petrolina, 2019.  
xiii, 130 f.: il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido) -  
Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Petrolina, 2019.

Orientador: Prof. Dr. José Lincoln Pinheiro Araújo e Prof. Msc. Edilson Pinheiro  
Araújo.

1. Contabilidade – Balanço social. 2. Responsabilidade Social. 3. Interações. I. Título.  
II. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 657

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da UNIVASF.  
Bibliotecário Fabio Oliveira Lima CRB-4/2097.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS DE**  
**DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO**

FOLHA DE APROVAÇÃO

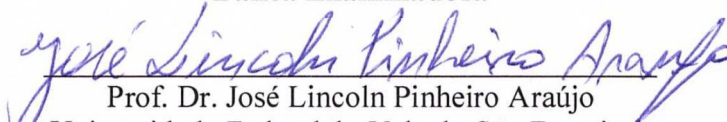
Janicleia Maria Moraes de Macêdo

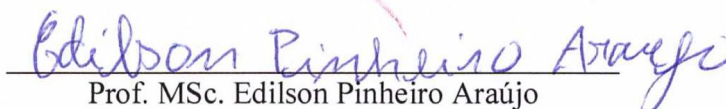
**INTERAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS EVIDENCIADAS NO BALANÇO SOCIAL  
DA COOPERCUC – BAHIA**

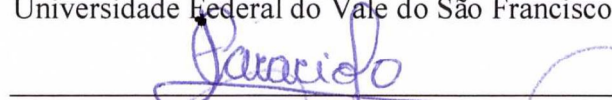
Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre em  
Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido,  
pela Universidade Federal do Vale do São  
Francisco.

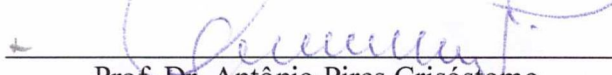
Aprovada em 19 de julho de 2019.

**Banca Examinadora**

  
Prof. Dr. José Lincoln Pinheiro Araújo  
Universidade Federal do Vale do São Francisco

  
Prof. MSc. Edilson Pinheiro Araújo  
Universidade Federal do Vale do São Francisco

  
Prof. Dra. Liliane Caraciolo Ferreira  
Universidade Federal do Vale do São Francisco

  
Prof. Dr. Antônio Pires Crisóstomo  
Universidade Federal do Vale do São Francisco

*“Dedico aos meus pais, irmãos, amigos e mestres da escola e da vida.”*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que sempre segurou a minha mão nos momentos em que mais precisei Dele, pela vida, saúde, proteção diária e oportunidade de trabalhar e estudar.

Aos meus pais, pela educação que me proporcionaram, em especial a minha mãe, que superou muitos desafios para que eu pudesse continuar estudando.

Aos meus irmãos Andréa, Genivaldo e Patrícia, pelo incentivo e apoio.

A Vinícius, pelo amor e satisfação de ser tia.

À UNIVASF, por contribuir para o desenvolvimento sustentável do Semiárido brasileiro.

Ao meu Orientador e Coorientador, pela confiança, dedicação, ensinamentos e atenção.

Aos Docentes do PPGDiDeS, por terem proporcionado grandes ensinamentos ao longo dos dois anos de vida acadêmica no mestrado e realização deste trabalho.

Ao Vale do São Francisco, em especial, Petrolina, pela grandiosidade que é para o Semiárido brasileiro.

À Coopercuc que abriu suas portas a este trabalho, especialmente a Carlinhos e sua equipe pela imensurável colaboração para a pesquisa.

Às amigas-irmãs que me acompanharam durante a jornada, Elba, Renally, Leane, Ana Paula, Marizette, Gadé, Tati e Cassia Andressa pelo carinho e companheirismo.

A Fabiano Cunha, pelas vezes que, pacientemente, ouviu minhas angústias em momentos difíceis dessa caminhada.

A Luís Magno, pela amizade, ensinamentos e preciosas dicas.

A Sidinei, que com muito carinho realizou as correções do trabalho.

A Fernanda Porto, pelo imenso apoio no inglês.

A Paulinho e Tatiana, sempre prontos a atenderem meus pedidos por mapas.

A todos os meus colegas que prefiro não citar nomes sob pena de cometer injustiças, pela força e incentivo durante as aulas.

**Muito obrigada!**

**“O desenvolvimento humano só existirá se a sociedade civil afirmar cinco pontos fundamentais: igualdade, diversidade, participação, solidariedade e liberdade.”**

*Betinho*

## RESUMO

O presente trabalho analisou as interações de uma Cooperativa Agropecuária com a sociedade e o meio ambiente evidenciadas no Balanço Social, buscando relacionar a Responsabilidade Social Empresarial com as informações fornecidas pela Contabilidade. Em termos específicos, buscou identificar as principais ações realizadas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural da sustentabilidade; propor um modelo de Balanço Social que evidencie essas ações no universo dos EES, aplicá-lo a um EES e avaliar suas informações por meio de indicadores. Para tanto, foi realizada a revisão integrativa da literatura para extrair elementos do universo da Economia Solidária nas dimensões da sustentabilidade que combinados com o referencial teórico, possibilitou o desenvolvimento de um modelo de Balanço Social aplicável a EES, como uma cooperativa formada por agricultores familiares. Em seguida, o demonstrativo foi preenchido e adaptado às especificidades e ao contexto no qual a instituição está inserida, sendo, portanto, utilizado para evidenciação das interações sociais e ambientais com dados obtidos em documentos, estudos, relatórios gerenciais e contábeis, informações coletadas por meio de entrevistas e observação. Ao mesmo tempo, o demonstrativo foi avaliado por meio de indicadores. Como resultado, a pesquisa revelou as principais ações vinculadas à Economia Solidária nas dimensões da sustentabilidade, que podem emergir no Balanço Social, traduzindo-se em um marco inicial para a disseminação do conhecimento e de intercâmbio de ideias entre seus atores e estudiosos. No modelo proposto, foram apresentados elementos comuns aos relatórios sociais e ambientais, destacando a evidenciação qualitativa e quantitativa das questões sociais, culturais, ambientais e econômicas apropriados a Sociedades Cooperativas, sendo adaptável a outros EES, possibilitando incremento de novas informações, considerando, inclusive, a influência dos *stakeholders* por informes dessa natureza. Ao aplicar o modelo proposto à Coopercuc, foram evidenciadas suas características, ações em prol do desenvolvimento sustentável, o cuidado com o Bioma Caatinga, as interações realizadas com diferentes públicos, promovendo uma simbiose entre o conhecimento oriundo da academia, as experiências vivenciadas e práticas que estão em evolução, traduzindo-se em vantagens para a cooperativa e um modelo a ser replicado em outras organizações similares. Gastos realizados em benefício dos empregados e cooperados, investimentos em pesquisa, gestão ambiental e preservação da biodiversidade local não puderam ser mensurados e evidenciados no Balanço Social, fator limitante para o trabalho. Nesse caso, foi recomendada a avaliação da importância de destacar essas informações nas demonstrações contábeis como forma de tomar conhecimento do quanto é dispendido e direcionar melhor os recursos financeiros para essas finalidades. Os indicadores extraídos da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) revelaram um grau de dependência a recursos de terceiros para realização das atividades sociais externas à entidade, a necessidade de manter registros contábeis dos atos cooperados e atos não cooperados de modo segregado e a participação expressiva do Governo na distribuição da riqueza gerada pela Coopercuc. Por fim, o trabalho contribuiu para instaurar um itinerário técnico-científico apropriado a subsidiar os EES que pretendem adotar o Balanço Social como instrumento de apoio à gestão e evidenciação das interações sociais e ambientais com suporte da Contabilidade.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social. Contabilidade. Balanço Social. Economia Solidária. Sociedades Cooperativas. Interações.



## ABSTRACT

This paper aims analysed the interactions of an Agricultural Cooperative to society and the environment highlighted in the Social Report, seeking to relate the Corporate Social Responsibility with the information provided by Accounting. Specifically, it sought to identify the main actions carried out by the Solidarity Economy Enterprises (SEE) in the environmental, social, economic and cultural dimensions of sustainability; it proposes a Social Balance model that shows these actions in the universe of SEE, applying it to a SEE and evaluating its information through indicators. For this purpose, an integrative literature review was carried out to extract elements from the Solidarity Economy universe in the dimensions of sustainability, which combined with the theoretical reference, has enabled the development of a model for social balance of the SEE as a cooperative formed by small family farmers. The statement was then completed and adapted to the specificities and context in which the institution is inserted, being, therefore, used to reveal the social and environmental interactions with data obtained in documents, studies, management and accounting reports, information gathered from interviews and observations. At the same time, the statement was evaluated through indicators. As a result, the research revealed the main actions linked to the Solidarity Economy in the dimensions of sustainability, which can emerge in the Social Report, translating into an initial framework for the dissemination of knowledge and exchange of ideas among its participants and scholars. In the proposed model, common elements were presented to social and environmental reports, highlighting the qualitative and quantitative disclosure of social, cultural, environmental and economic issues, appropriate to Cooperative Societies, being adaptable to other SEE, enabling growth of new information, also considering the influence of stakeholders for reports of this nature. Applying the proposed model to Coopercuc, its characteristics and actions for sustainable development were highlighted, the care with the Caatinga biome, the interactions with different groups of people, promoting a symbiosis between the knowledge coming from the academy, the experiences and practices that are evolving, translating into benefits for the cooperative and into a model to be replicated in other similar organizations. Expenses incurred for the benefit of employees and members, investments in research, environmental management and preservation of local biodiversity could not be measured and evidenced in the Social Report, limiting factor for the work. In this case, it was recommended to evaluate the importance of highlighting this information in the financial statements to become aware of how much is spent and better target the financial resources for these purposes. The indicators taken from the Value-Added Statement (VAS) revealed a degree of dependence on third-party resources for carrying out external social activities of the entity, the need to maintain accounting records of cooperative acts and non-cooperative acts in a segregated manner and the meaningful participation of the Government in the distribution of wealth generated by Coopercuc. Finally, the work contributed to establish an appropriate technical-scientific itinerary to subsidize the SEEs that intend to adopt the Social Report as a tool to support the management and disclosure of social and environmental interactions supported by Accounting.

**Keywords:** Social Responsibility. Accounting. Social Report. Solidarity economy. Cooperative Societies. Interactions.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos sobre Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade .....	25
Quadro 2 - Dimensões da Sustentabilidade .....	25
Quadro 3 - Abordagens à Teoria Contábil.....	32
Quadro 4 - Estrutura mínima do Balanço Social.....	42
Quadro 5 - Apontamentos sobre Sociedades Cooperativas.....	46
Quadro 6 - Estrutura resumida da DVA para Cooperatvas .....	53
Quadro 7 - Índices de análise da DVA .....	54
Quadro 8 - Estragégia metodológica .....	56
Quadro 9 - Componente do Balanço Social – Dimensão Social da Sustentabilidade.....	71
Quadro 10 - Componente do Balanço Social - Dimensão Ambiental da Sustentabilidade.....	73
Quadro 11 - Componente do Balanço Social – Dimensão Econômica da Sustentabilidade....	75
Quadro 12 - Componente do Balanço Social – Dimensão Cultural da Sustentabilidade.....	76
Quadro 13 - Proposta de Balanço Social .....	79
Quadro 14 - Índices de geração de riqueza da Coopercuc .....	104
Quadro 15 - Índices de distribuição de riqueza da Coopercuc .....	105
Quadro 16 - Organização e Gestão.....	108

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Interdisciplinaridade da Pesquisa.....	19
Figura 2 - Dimensões da Sustentabilidade por Elkington (1999).....	26
Figura 3 - Visão Geral dos Indicadores da Sustentabilidade Corporativa por Spangerberg e Bonniot (1998).....	27
Figura 4 - Dimensões da Sustentabilidade Corporativa por Werbach (2010).....	28
Figura 5 - Limites do Balanço Social .....	43
Figura 6 - Princípios do Cooperativismo.....	47
Figura 7 - Mapas de concentração de estabelecimentos e áreas (ha) .....	49
Figura 8 - Mapas de concentração de exportações e importações.....	49
Figura 9 - Fluxograma Ato Cooperativo .....	52
Figura 10 - Esquema da Revisão Integrativa da Literatura .....	59
Figura 11 - Triangulação dos dados .....	68
Figura 12 - Nuvem de palavras.....	70
Figura 13 - Área geográfica de atuação da Coopercuc.....	90
Figura 14 - Fábrica Central da Coopercuc.....	90
Figura 15 - Produtos da Coopercuc .....	92
Figura 16 - O Festival em 2017 e 2018 .....	96
Figura 17 - Capacitações .....	99
Figura 18 - Resultados e Benefícios conectados às Dimensões da Sustentabilidade.....	100
Figura 19 - Representação gráfica do campo organizacional da Coopercuc.....	110
Figura 20 - Premiação.....	111

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Periódicos Seleccionados .....	60
Tabela 2 - Coletânea inicial da Análise .....	61
Tabela 3 - Artigos pré-seleccionados .....	63
Tabela 4 - Artigos Analisados .....	64
Tabela 5 - Corpo Funcional .....	94
Tabela 6 - Consumo médio de água e energia.....	101

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Capacidade de geração de valor.....	105
Gráfico 2 - Distribuição da riqueza da Coopercuc .....	107

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 JUSTIFICATIVA .....	17
1.2 INTERDISCIPLINARIDADE DA PESQUISA .....	18
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>20</b>
2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	20
<b>2.1.1 Dimensões da Sustentabilidade .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1.2 Teoria da Legitimação.....</b>	<b>29</b>
<b>2.1.3 Teoria dos Stakeholders .....</b>	<b>30</b>
2.2 ABORDAGENS À TEORIA CONTÁBIL .....	31
<b>2.2.1 Abordagem Sociológica da Contabilidade .....</b>	<b>32</b>
2.2.1.1 Contabilidade Social e Ambiental .....	34
2.3 EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS.....	36
2.4 BALANÇO SOCIAL .....	37
<b>2.4.1 Estruturação do Balanço Social .....</b>	<b>40</b>
<b>2.4.2 Demonstração do Valor Adicionado (DVA).....</b>	<b>44</b>
2.5 AS SOCIEDADES COOPERATIVAS.....	45
<b>2.5.1 Aspectos Contábeis das Sociedades Cooperativas.....</b>	<b>50</b>
<b>3. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA.....</b>	<b>56</b>
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	57
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	59
<b>3.2.1 Revisão Integrativa da Literatura.....</b>	<b>59</b>
3.2.1.1 Tratamento dos Dados .....	62
<b>3.2.2 Processo de composição do Balanço Social .....</b>	<b>65</b>
<b>3.2.3 Procedimento de aplicação e avaliação do modelo de Balanço Social proposto.....</b>	<b>65</b>
3.3 PROCEDIMENTO ÉTICOS .....	69
<b>4. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>70</b>
4.1 ANÁLISE DO CONTEÚDO CATEGORIAL.....	70
4.2 MODELO PROPOSTO DE BALANÇO SOCIAL.....	78
4.3 O BALANÇO SOCIAL DA COOPERCUC.....	89
<b>4.3.1 Identificação da Entidade .....</b>	<b>89</b>
<b>4.3.2 Corpo Funcional .....</b>	<b>94</b>
<b>4.3.3 Ações Sociais (Externo à Entidade) .....</b>	<b>95</b>
<b>4.3.4 Ações Ambientais da Entidade .....</b>	<b>101</b>
<b>4.3.5 Demonstração do Valor Adicionado.....</b>	<b>103</b>
<b>4.3.6 Organização e Gestão da Entidade .....</b>	<b>107</b>
<b>4.3.7 Outras informações da Entidade.....</b>	<b>111</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE A - CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL .....</b>	<b>128</b>
<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE ASPECTOS GERAIS, ESTATUTÁRIOS E CONTÁBEIS RELACIONADOS À COOPERATIVA.....</b>	<b>129</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Semiárido brasileiro é bastante heterogêneo, apresentando formas de ocupação, formações sociais e estruturas produtivas diversificadas. A região abriga diferentes formas de relevo, fauna, vegetação, microclimas e disponibilidade hídrica (MENEZES et al., 2008), onde a população precisa conviver com a irregularidade das chuvas e buscar novas formas de convivência com o Bioma Caatinga.

Na busca por implementar o desenvolvimento de comunidades rurais que detenham o conhecimento associado dessa biodiversidade e dele retirem seu sustento, algumas ações coletivas surgiram no Semiárido, estimuladas pelo uso de recursos naturais baseadas no conceito de sustentabilidade, por meio da produção, beneficiamento e comercialização de produtos em bases ecológicas sustentáveis. Entre essas ações estão as cooperativas agropecuárias constituídas por agricultores familiares. Apoiadas em pilares como o “Comércio Justo”, “Responsabilidade Social” e “Valorização da Biodiversidade”, integram à sua estrutura organizacional, o manejo sustentável dos recursos naturais, a gestão participativa, a economia solidária, a consolidação de parcerias e a valorização das identidades e saberes locais.

Ao respeitarem a resiliência do Bioma Caatinga em detrimento a seu próprio desenvolvimento, promovem a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica, onde atuam de forma colaborativa e solidária, minimizando os danos ao meio ambiente, contudo, sem escopo lucrativo. De acordo com Ferreira et al. (2013), as cooperativas constituem-se em sociedades de natureza jurídica própria, reguladas pela Lei 5.764/71, possuindo, algumas peculiaridades que as diferenciam dos demais tipos societários.

Consoante o Primeiro Plano Nacional de Economia Solidária em vigor desde 2015, lançado pelo Conselho Nacional de Economia Solidária (2015, p. 7):

A Economia Solidária expressa formas de organização econômica – de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo – baseadas no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade.

Assim, esclarecem que o desenvolvimento sustentável solidário, significa:

[...] o desenvolvimento de todos os membros da comunidade de forma conjunta, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de meios essenciais de produção ou distribuição, respeitando os valores culturais e o patrimônio ecológico local (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015, p. 16).

As cooperativas são unidades de produção típica da Economia Solidária. E, a despeito da expansão que essa ação coletiva apresentou no Brasil nos últimos anos, em especial, dentre os segmentos populacionais mais vulneráveis, requer meios e conhecimentos que

possam dinamizar seus processos gerenciais, produtivos e tecnológicos na perspectiva do “tripé da sustentabilidade” e possam acessar mercados como os proporcionados pelo intitulado “Comércio Justo” (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015).

Nesse contexto, a Contabilidade é uma ciência que dispõe de instrumentos úteis para mensurar, registrar, controlar e evidenciar fluxos patrimoniais desses empreendimentos. Assim como meios propícios para moldar relatórios gerenciais que demonstrem a interação que estabelecem com a comunidade e sua responsabilidade, considerando o respeito e a preservação do meio ambiente, a sustentabilidade socioambiental das redes de produção e comercialização.

Souza (2003) afirma que entidades que evidenciam seu papel social ficam mais atrativas a negócios e, ao investirem na comunidade, investem no próprio futuro e garantem sua continuidade, podendo proporcionar-lhes um diferencial competitivo. Ainda segundo a autora (2003, p. 2), “[...] a Contabilidade é uma ferramenta que pode ser utilizada para a implantação desse processo’[...]”, ao oferecer técnicas e conhecimentos que permitem aos administradores gerir de forma eficiente a interação entre a organização e a comunidade, à medida que proporciona intervenções de melhor qualidade no processo decisório.

Para isso, dispõe do Balanço Social, cuja finalidade é evidenciar de forma transparente e fidedigna a gestão de recursos humanos, a interação com o meio ambiente e a sociedade, bem como o valor adicionado à economia e à sociedade e como foi feita sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a produzi-lo (CUNHA et al., 2005; DE LUCA, 1998; GELBCKE et al., 2018; KROETZ, 2000; RIBEIRO, 2010; TINOCO; KRAEMER, 2011), em um determinado período.

Este demonstrativo reflete toda a responsabilidade social para com a sociedade (RIBEIRO, 2010) assumido pela entidade, como forma de prestar contas pelo uso do patrimônio, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios do ambiente em que atua (GELBCKE et al., 2018).

Em outras palavras, fornece informações qualitativas e quantitativas sobre como a entidade está desempenhando sua função social e ambiental e sua relação com os diversos *stakeholders* (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2013).

No entanto, no contexto atual, ainda é recorrente o conhecimento contábil desse demonstrativo direcionado a modelos empresariais tradicionais, o que leva ao questionamento quanto à sua aplicação em cooperativas agropecuárias formadas por agricultores familiares e reflete a necessidade de adaptação face à inserção destes nos negócios solidários, no qual dialogue com as exigências de agentes externos que, em muito dos casos, financiam esse tipo de ação coletiva.



Assim, torna-se instigante estudar a conexão entre a Responsabilidade Social e a Contabilidade, suas contribuições teóricas e práticas para a evidência da interação existente entre uma cooperativa agropecuária formada por agricultores familiares, a sociedade e o meio ambiente, por meio do Balanço Social, em busca de responder à seguinte questão: como uma cooperativa que integra a economia solidária e utiliza os recursos naturais (fauna e flora) como base de seu funcionamento, desempenha suas funções sociais e ambientais na sociedade, especialmente quando se relaciona com diversos *stakeholders*?

A análise dos aspectos ligados ao ambiente onde a cooperativa está inserida, bem como sua evidência de forma transparente e fidedigna no Balanço Social, servem de instrumento de avaliação, por meio de indicadores, que podem subsidiar gestores, cooperados e outras partes interessadas no acompanhamento de atividades e contribuir para a tomada de decisão. A não observância pode prejudicar o relacionamento da entidade com a comunidade e advir impactos de custos adicionais ou perdas de negócios.

Além disso, as Sociedades Cooperativas precisam estar apoiadas em estudos e teorias que fundamentam a Responsabilidade Social e demonstrem o vínculo orgânico da suas dimensões ambiental, econômica e cultural ao universo social intrínseco à sua atividade produtiva e a Contabilidade abriga, em sua área de conhecimento, técnicas que evidenciam por meio de um instrumento como o Balanço Social, esses múltiplos aspectos da interação entre a entidade e o ambiente onde está inserida.

Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho foi analisar as interações de uma Cooperativa Agropecuária com a sociedade e o meio ambiente evidenciadas no Balanço Social, buscando relacionar a Responsabilidade Social Empresarial com as informações fornecidas pela Contabilidade.

Especificamente, tem-se como objetivos:

- (i) identificar as principais ações realizadas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural da sustentabilidade, no contexto organizacional;
- (ii) propor um modelo de Balanço Social que evidencie os principais aspectos e ações que envolvem os EES nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural da Sustentabilidade;
- (iii) aplicar o modelo de Balanço Social proposto à cooperativa objeto do estudo de caso;
- (iv) avaliar as informações contidas no Balanço Social da cooperativa estudada por meio de indicadores fundamentados na literatura sobre o assunto;

Para tanto, além deste capítulo introdutório, o estudo apresenta o Referencial Teórico onde busca-se relacionar a Responsabilidade Social (com suas teorias) à Abordagem Sociológica da Contabilidade (com suas ramificações), o Balanço Social e os Aspectos Gerais e Contábeis das Sociedades Cooperativas. Nas seções seguintes, a Estratégia Metodológica adotada, a Análise e Apresentação dos Resultados, seguido das Considerações Finais.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

A Contabilidade, como ciência que avalia o patrimônio das organizações, pode demonstrar o inter-relacionamento entre os negócios e o meio ambiente, evidenciando como se afetam mutuamente e como se pode agir para reduzir ou eliminar as agressões ao meio, promovendo a sustentabilidade (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Ao mesmo tempo, ainda é notório o enraizamento da área na era mercantilista, cuja produção de estudos está voltada para suprir as necessidades de empresas comerciais, se tornando um óbice para o desenvolvimento de um conhecimento contábil voltado para os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), como é o caso das cooperativas agropecuárias formadas por agricultores familiares, cujos interesses diferem das demais formas societárias.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2016, p.19), o Brasil possui aproximadamente 19.708 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), e em termos regionais, a maior parte se encontra no Nordeste, responsável por 40,8% do total de empreendimentos mapeados. No tocante à área de atuação, 54,8% estão predominantemente em áreas rurais, ao passo que 34,8% de EES atuam em áreas urbanas e 10,4% se identificaram com atuação simultânea tanto em áreas rurais quanto em urbanas.

Ainda segundo o IPEA (2016, p. 34):

O fato de haver um conjunto variado de empreendimentos – no tocante a seus atores, suas formas organizacionais, suas motivações, suas inserções setoriais na economia, sua relação com o entorno – impede também a definição de receituários gerais de gestão ou trajetórias tecnológicas para auxiliá-los na condução de seus problemas cotidianos. Nesse sentido, o acesso a serviços de assessoria, assistência ou capacitação técnica nos mais diversos aspectos que envolvem suas atividades torna-se um fator fundamental para se pensar a capacidade de organização e a viabilidade econômica desses empreendimentos.

No contexto atual, esses empreendimentos ainda recorrem a alguns instrumentos pertinentes a modelos empresariais tradicionais, o que demanda a necessidade de estudos que levem em consideração o caráter “não lucrativo” e as táticas para as dimensões social e econômica (ZENARO et al., 2017), além da ambiental e cultural, que as caracterizam como

vetores de desenvolvimento local no momento em que integram à sua estrutura organizacional ações socioambientais sustentáveis. Daí que torna relevante estudar a interação que estabelecem com a sociedade e o meio ambiente sob a perspectiva da Contabilidade, materializada na forma de Balanço Social, especialmente, as voltadas para a agricultura familiar.

Sobre esse demonstrativo, Puppim de Oliveira (2013) entende que o processo de elaboração do Balanço Social pode ter um impacto positivo na entidade, pois esta pode descobrir aspectos que antes desconhecia, e auxiliar o processo de gestão subsidiando a avaliação das ações socioambientais implementadas.

O estudo favorece a difusão do conhecimento sobre Responsabilidade Social Empresarial e a Abordagem Sociológica da Contabilidade, por meio da realização de pesquisa empírica, no contexto da Economia Solidária.

É importante, também, estudar com profundidade o assunto porque, essas entidades podem se deparar com as exigências de *stakeholders*, a exemplo de demandas por publicação voluntária de relatórios de desempenho social e ambiental, inclusive demonstrando informações econômicas, expondo assim, maior transparência das ações por elas implantadas para solução dos impactos socioambientais inerentes à sua atividade produtiva.

É imprescindível a participação ativa do profissional contábil, das universidades e das organizações na realização de estudos articulados para o desenvolvimento sustentável, uma vez que todos os atores envolvidos precisam tomar conhecimento de suas obrigações no cuidado com o uso dos recursos naturais, de forma a assegurar que estejam disponíveis para as futuras gerações.

Tendo em vista o contexto apresentado e a importância para os atores que compõem o universo da Economia Solidária, é essencial um estudo sobre a temática apresentada, uma vez que a identificação e a evidenciação dos aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais extraídos da investigação irão subsidiar as partes interessadas na avaliação das ações implementadas num universo que não tem finalidade lucrativa, mas que agrega elementos da dinâmica empresarial.

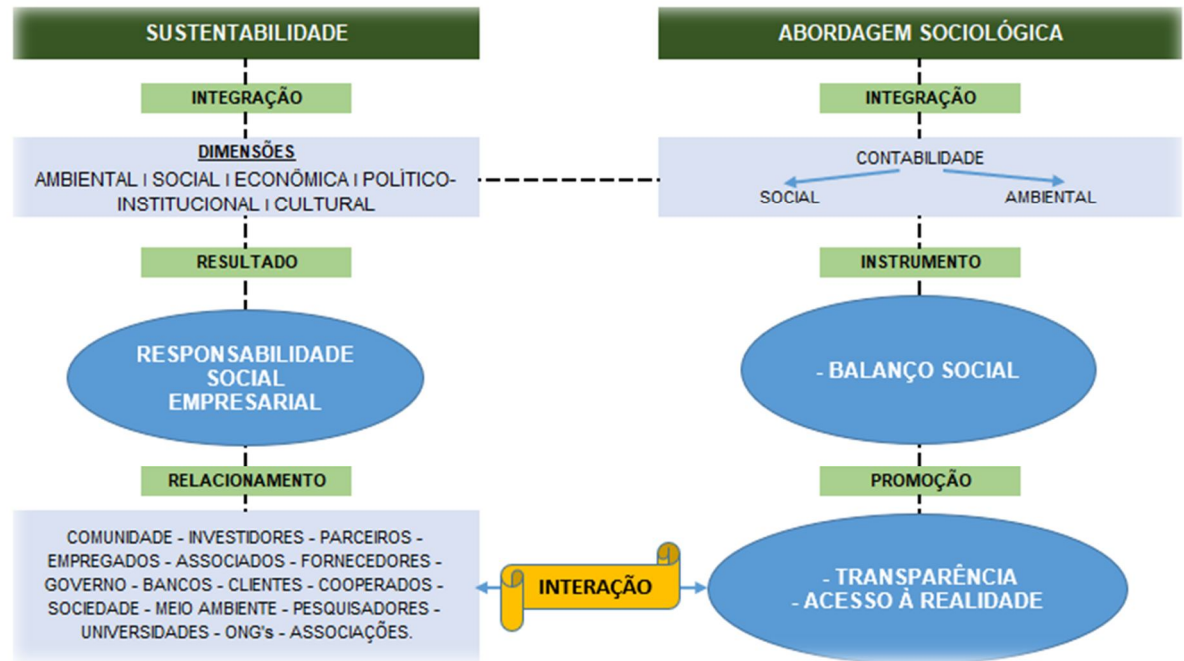
## 1.2 INTERDISCIPLINARIDADE DA PESQUISA

Neste estudo, a interdisciplinaridade surge a partir do momento que envolve a Responsabilidade Social Empresarial, cuja área transita pelos campos de várias ciências como

as Sociais, Humanas e até mesmo a Filosofia (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2013), colaborando para a articulação de diferentes esferas do conhecimento.

Dentro dessa temática, as áreas de Administração, Economia, Sustentabilidade, podem contribuir com pesquisas relacionadas ao estudo. Na Figura 1, é apresentada a interdisciplinaridade da pesquisa entre as áreas do conhecimento.

**Figura 1 - Interdisciplinaridade da Pesquisa**



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Com o intuito de buscar o entendimento teórico e prático da abordagem sociológica da contabilidade, a interdisciplinaridade permite a articulação entre temas que culminam na evidenciação das informações da cooperativa agropecuária estudada no Balanço Social, nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural.

Embora a Contabilidade Ambiental faça parte do trabalho, esta não é estudada profundamente na pesquisa, assim como outros instrumentos de evidenciação das informações sociais e ambientais similares ao Balanço Social, a exemplo de relatórios de sustentabilidade e de administração.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Como explicam Martins e Theóphilo (2016, p. 30): “Ao buscar solução para um problema, ou encontrar evidências para testar uma hipótese de pesquisa, o investigador deve explicar, com clareza e precisão, o que significam os principais termos utilizados no estudo que realiza.”

Nesse sentido, este capítulo tem a finalidade de apresentar conceitos, definições, possíveis construtos, necessários ao entendimento do tema da pesquisa, investigados em material teórico existente. Para tanto, são abordados alguns conceitos sobre a Responsabilidade Social Empresarial e suas variações, reunindo teorias que são referências para trabalhos sob a ótica da Abordagem Sociológica da Contabilidade, com enfoque na evidenciação de informações de natureza social e ambiental, e os aspectos inerentes às dimensões da sustentabilidade no contexto organizacional.

Na busca para identificar as interações e atividades relacionadas às questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e com outros *stakeholders*, enfatiza-se o Balanço Social como instrumento para evidenciar esses múltiplos aspectos. Do mesmo modo, procura compreender seu conteúdo, de que forma é desenvolvida a preparação e a publicação desse demonstrativo para as organizações, a Demonstração de Valor Adicionado (DVA) como parte integrante do Balanço Social e seus indicadores de geração e distribuição de riqueza.

Por fim, tendo em vista que a Unidade de Análise da pesquisa é uma Cooperativa Agropecuária formada por agricultores familiares, esta seção contempla algumas informações sobre essa forma de associação, buscando o entendimento sobre as questões contábeis que envolvem as Sociedades Cooperativas no âmbito da Economia Solidária.

### 2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

O papel das organizações na sociedade é um assunto discutido intensamente na atualidade. Nesse cenário, percebe-se a crescente valorização de uma nova conduta empresarial, voltada não somente para o alcance de resultados econômicos favoráveis, mas, também, para o cumprimento simultâneo das responsabilidades legais, éticas, sociais, ambientais e os impactos da atividade produtiva sobre a comunidade.

Ao mesmo tempo que é crescente, essa nova conduta ainda não dispõe de uma definição consensual, sendo reconhecida na literatura como Responsabilidade Social

Empresarial (RSE), Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ou Cidadania Corporativa (CC), Ética Corporativa, Responsabilidade Corporativa, Empreendedorismo Sustentável, e *Triple Bottom Line*, entre outros termos (IISD, 2007; PUPPIM DE OLIVEIRA, 2013).

Contudo, para Barbieri e Cajazeiras (2016) e Sobral (2013), a definição apresentada por Carroll (1979, p. 500) continua sendo uma das mais citadas: “A responsabilidade social das empresas compreende as expectativas econômicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem em relação às organizações em dado período.”

Historicamente, os conceitos existentes sobre o assunto, vão desde uma visão puramente econômica de Milton Friedman (1970), até visões mais abrangentes, que associam ou confundem a responsabilidade social com filantropia ou ação social de empresas, conforme detalhado por Machado (2010) e Puppim de Oliveira (2013) em seus estudos.

O fato é que o campo teórico da responsabilidade social é muito vasto e novas contribuições estão sempre surgindo (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2016). As instituições que trabalham com o tema usam diferentes definições, cada uma delas enfatizando aspectos da relação da empresa com a sociedade (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2013).

A World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), uma organização formada por 120 empresas internacionais unidas por um compromisso compartilhado com o meio ambiente e com os princípios de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, reuniu em 1998, na Holanda, 60 formadores de opinião de dentro e fora das empresas que dialogaram sobre a Responsabilidade Social Corporativa. Na oportunidade a definiram como:

[...] o compromisso contínuo das empresas em se comportar de maneira ética e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando a qualidade de vida da força de trabalho e de suas famílias, bem como da comunidade local e da sociedade em geral. (WBCSD, 2000, p. 3, tradução nossa).<sup>1</sup>

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entende que a responsabilidade social corporativa não está situada apenas no âmbito da caridade ou filantropia. Seu conceito está muito mais próximo das estratégias de sustentabilidade de longo prazo das empresas que, em sua lógica de performance e lucros, passam a incluir a necessária preocupação com os efeitos das atividades desenvolvidas e o objetivo de proporcionar bem-estar para a sociedade (BNDES, 2000).

---

<sup>1</sup> “Corporate social responsibility is the continuing commitment by business to behave ethically and contribute to economic development while improving the quality of life of the workforce and their families as well as of the local community and society at large.”

Para o International Institute for Sustainable Development (IISD), instituição canadense sem fins lucrativos, a responsabilidade social empresarial é entendida como:

[...] a forma como as empresas integram preocupações sociais, ambientais e econômicas em seus valores, cultura, tomada de decisão, estratégia e operações de maneira transparente e responsável, estabelecendo melhores práticas dentro da empresa, criando riqueza e melhorando a sociedade. (IISD, 2007, p. 5, tradução nossa).<sup>2</sup>

Convém observar que se trata de um conceito em evolução e que à medida que as demandas relacionadas ao desenvolvimento sustentável se tornam mais importantes, a questão de como o setor empresarial as trata também está se tornando um elemento da RSE (IISD, 2007).

Nessa linha de raciocínio, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), organização sem fins lucrativos, fundada em 1981 por Herbert de Souza, o Betinho<sup>3</sup>, após sua anistia política e os companheiros de exílio Carlos Afonso e Marcos Arruda, apresenta uma visão da Responsabilidade Empresarial associada ao conceito de sustentabilidade.

Responsabilidade empresarial é reconhecer o caráter de patrimônio insubstituível das empresas como base da economia de uma sociedade que busca ser democrática, que valoriza sua cidadania e usa de forma sustentável a natureza, sem comprometer gerações futuras. O saber fazer empresarial – organizar e fazer funcionar uma empresa supõe enorme criatividade, ousadia e base científica e técnica, não desperdiçando recursos humanos, materiais e econômicos, para não levar à destruição da própria empresa como organização da sociedade – é um enorme bem social. (IBASE, 2008, p.12).

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, criado em 1998 por um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada, desenvolve ferramentas que auxiliam empresas a analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável, reconhecendo o negócio sustentável e responsável como:

[...] a atividade econômica orientada para a geração de valor econômico-financeiro, ético, social e ambiental, cujos resultados são compartilhados com os públicos afetados. Sua produção e comercialização são organizadas de modo a reduzir continuamente o consumo de bens naturais e de serviços ecossistêmicos, a conferir

---

<sup>2</sup> “Generally, CSR is understood to be the way firms integrate social, environmental and economic concerns into their values, culture, decision making, strategy and operations in a transparent and accountable manner, and thereby establish better practices within the firm, create wealth and improve society.”

<sup>3</sup> O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, fundou o IBASE em 1980 e, na década de 1990, tornou-se símbolo de cidadania no Brasil ao liderar a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, conhecida popularmente como a campanha contra a fome. Betinho mobilizou a sociedade brasileira para enfrentar a pobreza e as desigualdades. Hemofílico, morreu de Aids em 9 de agosto de 1997, deixando um exemplo de solidariedade e de luta pela transformação social. Fonte: IBASE, disponível em: <http://ibase.br/pt/betinho/>, acesso em 22/08/2018.

competitividade e continuidade à própria atividade e a promover e manter o desenvolvimento sustentável da sociedade. (INSTITUTO ETHOS, 2017, p. 8).

Percebe-se amplos entendimentos sobre a definição de Responsabilidade Social Empresarial e suas variações entre as instituições, interligando com a “sustentabilidade empresarial”, “desenvolvimento sustentável” ou simplesmente, “sustentabilidade”.

Embora não exista um conceito generalizado de responsabilidade social, há um entendimento de que todos devem ser socialmente responsáveis. Nesse aspecto, Ribeiro (2010) defende que as empresas precisam decidir individualmente a natureza de sua responsabilidade social como um conceito gerencial e obrigatório e Puppim de Oliveira (2013) considera que este deve estar atrelado ao desempenho responsável na área ambiental, consideração às comunidades que são impactadas pelas atividades empresariais, respeito aos empregados e seus familiares e transparência nas ações.

Sob a ótica da Contabilidade, no meio acadêmico, é frequente a inclusão dos termos até aqui apresentados e suas variações, para fundamentar pesquisas que envolvem desde as perspectivas teóricas usadas para explicar a forma, as motivações, o conteúdo e as relações econômicas dos relatórios sociais e ambientais que as empresas divulgam, combinando, em alguns casos, teorias como a da Legitimação e a dos *Stakeholders* brevemente abordados adiante, até a interação da empresa no meio em que atua (CARDOSO et al., 2016; COSTA et al., 2013; GARCIA; BEHR, 2012; GAVIOLI et al., 2016; GUIMARÃES, et al., 2014; MACÊDO et al., 2011; MACHADO; SANTOS, 2010; RUFINO; MACHADO, 2015).

Em outras palavras, a responsabilidade social corporativa pressupõe que a empresa implemente um conjunto de práticas voltadas para o desempenho econômico, social e ambiental, de forma a alcançar o desenvolvimento sustentável (COSENZA; KROETZ, 2006).

### **2.1.1 Dimensões da Sustentabilidade**

Os impactos das atividades empresariais sobre o meio ambiente e o bem-estar da sociedade compõem um complexo ativo de valor com implicações comerciais tangíveis em boa medida alavancadas por uma imagem de comprometimento com objetivos não exclusivamente financeiros.

A intensidade dos processos antrópicos em escala planetária ao acarretar fenômenos como mudanças climáticas, desertificação, perdas de biodiversidade, esgotamento dos recursos hídricos, trouxe para o ambiente de negócios um conjunto de conhecimentos que ampliaram as



abordagens de eficiência econômica para campos de conhecimentos da sociologia, da cultura, da ecologia, dentre outros.

A Conferência de Estocolmo, que reuniu 113 países em 1972 sob patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU), é um marco nas discussões teóricas e práticas acerca dessa temática bem como sua introdução na agenda de organizações públicas e da iniciativa privada. A declaração<sup>4</sup> divulgada ao final do evento afirma princípios como os de que “[...] o homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio da flora e da fauna silvestres e seu habitat, que se encontram atualmente, em grave perigo, devido a uma combinação de fatores adversos.” Desse modo, “[...] ao planificar o desenvolvimento econômico deve-se atribuir importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres.”

As questões suscitadas nessa conferência foram amplificadas num documento posterior publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU: o Relatório Brundtland ou Nosso futuro comum. Numa tentativa de reconciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental, destaca a justiça social e o desenvolvimento humano, equidade social, distribuição e utilização equitativa dos recursos naturais e reconhece que a exploração excessiva dos recursos naturais é uma das maneiras da sociedade se tornar menos capaz de atender às necessidades básicas dos seus membros no futuro (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

Neste contexto, as organizações empresariais e mesmo as públicas passaram a perceber a vantagem competitiva que agregariam ao integrar nas estratégias corporativas valores que não apenas monetários, instigando a um novo modelo de gestão de negócios que abrange Responsabilidade, Desenvolvimento e Sustentabilidade.

Esses termos possuem diversos significados e abordagens. Sobre isso, Froehlich (2014, p. 156), observou que o “[...] conceito de sustentabilidade é inspirado por múltiplos objetivos, por interdependências complexas e consideráveis.”, conforme demonstrado no Quadro 1.

---

<sup>4</sup> Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano – 1972, publicada pela Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano em Junho de 1972. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>.

**Quadro 1 - Conceitos sobre Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade**

<b>Autores</b>	<b>Conceitos</b>	<b>Ênfase</b>
Relatório de Brundland (CMMAD, 1991)	O desenvolvimento sustentável se refere ao atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades.	Equilíbrio entre o atendimento das necessidades atuais e futuras.
Meadows, Meadows e Randers (1992)	O desenvolvimento sustentável se refere àquela sociedade que persiste por gerações, onde as coisas são previdentes, flexíveis e sábias o suficiente para não arruinar seus sistemas físicos e sociais de suporte.	Equilíbrio entre o atendimento das necessidades atuais e futuras.
Hawken (1993)	A sustentabilidade é um estado econômico em que as demandas colocadas no ambiente, por pessoas e pelo comércio, podem ser atendidas sem diminuir as capacidades do ambiente em fornecer as futuras gerações.	Ênfase na economia. Equilíbrio entre o atendimento das necessidades atuais e futuras.
Gladwin, Kennelly e Krause (1995)	O desenvolvimento sustentável é um processo para alcançar o desenvolvimento humano de forma inclusiva, equitativa, conectada, segura e prudente.	Processo. Desenvolvimento humano.
Banerjee (2002)	O autor destaca que o conceito apresentado no relatório de Brundland tornou-se comumente em pesquisas. Segundo o autor, o desenvolvimento sustentável pode ser interpretado como um processo de mudança em que a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as alterações institucionais são realizadas de maneira consistente em relação às necessidades atuais e futuras.	Processo de mudança. Equilíbrio entre o atendimento das necessidades atuais e futuras.
Savitz e Weber (2007)	O conceito de sustentabilidade induz a um novo modelo de gestão de negócios que leva em conta, no processo de tomada de decisão, além da dimensão econômica, as dimensões social e ambiental. A empresa sustentável é aquela que gera lucro para os acionistas, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas com quem mantém interações.	Contexto empresarial. Mudanças. Equilíbrio dos três pilares: econômico, ambiental e social.

Fonte: Froehlich (2014, p. 156), *ipsis litteris*.

Froehlich (2014, p. 155) ainda menciona Hart (1998) que afirma existirem muitas definições de sustentabilidade, porque há muitas pessoas tentando definir o termo e entende que o “[...] fato de existir muitas definições não é problema, pois as pessoas têm diferentes maneiras de olhar e perceber e, além disso, havendo diferentes definições, ocasionam-se várias maneiras de discutir um conceito que é difícil [...]” e pode ser analisada e caracterizada a partir de diferentes dimensões, conforme Quadro 2.

**Quadro 2 - Dimensões da Sustentabilidade**

<b>Ênfase</b>	<b>Autores</b>	<b>Dimensões</b>
Contexto Global	Sachs (1993)	Econômica, Social, Ecológica, Cultural e Espacial.
	OECD (1993)	Econômica, Social, Ambiental e Institucional.
	Catalisa (2003)	Econômica, Social, Ambiental, Cultural, Espacial, Política e Ecológica.
	Pawlowski (2008)	Econômica, Social, Ambiental, Moral, Legal, Técnica e Política.

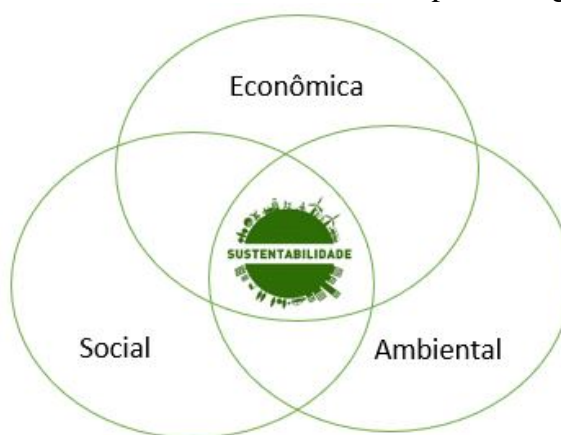
Contexto Organizacional	Elkington (1997)	Econômica, Social e Ambiental.
	Spangerber e Bonniot (1998)	Econômica, Social, Ambiental e Institucional.
	Werbach (2010)	Econômica, Social, Ambiental, Cultural.

Fonte: Adaptado de Froehlich (2014, p. 156)

Considerando que o foco do trabalho são as cooperativas agropecuárias típicas da Economia Solidária, os conceitos e definições apresentados adiante pautam-se nas dimensões da sustentabilidade no contexto organizacional.

O sociólogo inglês John Elkington defende um modelo de mudança social fundamentado no *triple bottom line* ou tripé da sustentabilidade, que prevê a integração entre as dimensões econômica, humana e ambiental, com o propósito de prestar atendimento, de forma equilibrada, às pessoas, ao planeta e ao lucro. Esse modelo de mudança social parte da ideia de que as organizações devem medir o valor que geram ou o que destroem, nas dimensões econômica, social e ambiental. (IPIRANGA et al., 2011, p. 13).

**Figura 2** - Dimensões da Sustentabilidade por Elkington (1999)



Fonte: Adaptado de Elkington (1999) e Ipiranga et al., (2011, p. 13)

De acordo com Barbieri e Cajazeiras (2016), o *Triple Bottom line* é um modelo de aplicação geral usado para empresas, entidades públicas, cooperativas e outras organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, cuja ideia é explicitar suas contribuições nessas três dimensões da sustentabilidade.

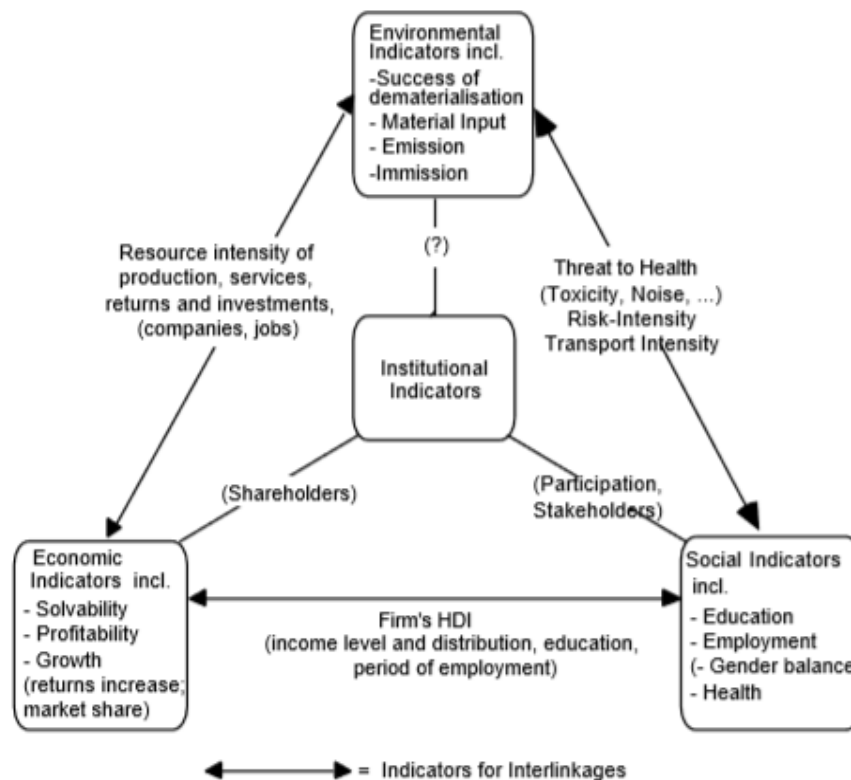
Para Vellani e Ribeiro (2009, p. 189), “[...] muitas empresas interessadas no desenvolvimento sustentável podem investir no *bottom line* econômico, no *bottom line* social e no *bottom line* ambiental.” Para tanto, precisam utilizar a Contabilidade como fonte de informações úteis para avaliação dos eventos incorridos nas atividades de sustentabilidade.

Os estudiosos Spangerberg e Bonniot (1998, p. 3, tradução nossa) definem que a sustentabilidade:

[...] é uma meta política composta e, portanto, ambiciosa. Compreende critérios ambientais, econômicos e sociais com igual importância - nem a degradação ambiental nem a violação da dignidade humana pela pobreza ou outras ameaças, nem a falência pública ou privada podem ser elementos aceitáveis de uma sociedade sustentável.”<sup>5</sup>

Spangerberg e Bonniot (1998) ainda propõem como definição que uma empresa sustentável possa ser identificada por ter um plano de desenvolvimento sustentável para o futuro, colocando-o em prática sempre que possível, e unindo as mãos com todas as outras forças motrizes do desenvolvimento sustentável e apresentam a visão geral dos indicadores da sustentabilidade (Figura 3).

**Figura 3 - Visão Geral dos Indicadores da Sustentabilidade Corporativa por Spangerberg e Bonniot (1998)**



(1) Of particular interest in this respect is the analysis of the delinkage between returns and MI as well the ecological efficiency of environmental investments (i.e. saved MI per monetary unit)

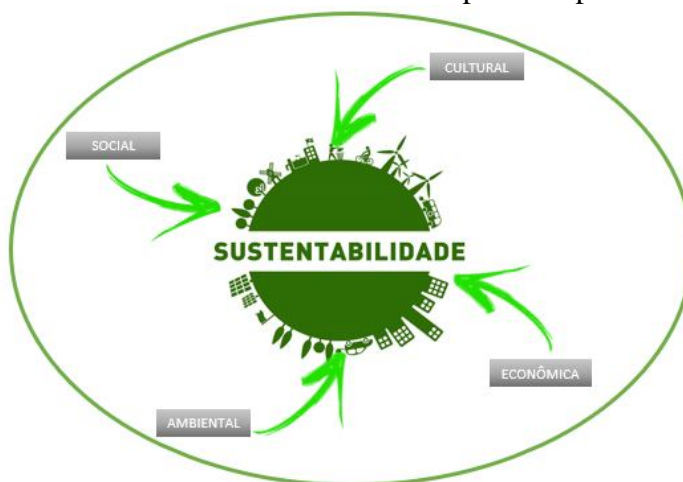
Fonte: Spangerberg e Bonniot (1998, p. 28)

<sup>5</sup> [...] is a composite and thus ambitious policy target. It comprises environmental, economic and social criteria with equal importance - neither environmental degradation nor violating human dignity by poverty or other threats, nor public or private bankruptcy can be acceptable elements of a sustainable society.

Spangerberg e Bonniot (1998) estão cientes que, dadas as circunstâncias políticas e jurídicas predominantes, a realidade apresentada na Figura 3 pode não se traduzir facilmente na prática, pois muitos dos indicadores desenvolvidos são diretamente ou indiretamente influenciados pela estrutura legal e fiscal, pela situação entre as empresas e os sindicatos, a presença ou ausência de uma cultura de cooperação e consenso em algo específico e assim por diante.

Werbach (2010), enfatiza que a verdadeira sustentabilidade é composta por quatro componentes cruciais: a) Social: ações e condições que afetam todos os elementos da sociedade (saúde pública, segurança, pobreza, violência, educação, etc.); b) Econômico: ações que afetam como as pessoas e empresas atendem suas necessidades econômicas; c) Ambiental: ações e condições que afetam a ecologia da terra (desmatamento, mudanças climáticas, poluição, preservação dos recursos naturais, etc.) e d) Cultural: ações pelas quais as comunidades manifestam sua identidade e cultivam tradições, hábitos e valores.

**Figura 4 - Dimensões da Sustentabilidade Corporativa por Werbach (2010)**



Fonte: Adaptado de Werbach (2010).

Segundo Froehlich (2014, p. 160), as organizações devem: garantir que alimentos, água, moradia e bem-estar das pessoas e empresas se tornem lucrativos, de maneira que possam continuar existindo no futuro; agir levando em conta as ações que afetam todos os membros como pobreza, violência, injustiça, educação, saúde pública, trabalho e direitos humanos; proteger e restabelecer o ecossistema por meio de ações que consideram a mudança climática, preservação de recursos naturais e prevenção de lixo tóxico; além de valorizar a diversidade cultural e as tradições passadas de geração em geração.

Em seu estudo, Froehlich (2014) evidenciou que no contexto empresarial, ambos os autores apresentam três dimensões em comum: econômica, social e ambiental, utilizadas para mensuração dos resultados e elaboração dos relatórios de sustentabilidade, e que a maioria enfatiza a elaboração de estratégias voltadas para essas três dimensões no intuito de buscar o equilíbrio, bem como demonstrar interações com *stakeholders*.

### 2.1.2 Teoria da Legitimação

Essa teoria é amplamente usada para explicar as práticas de relato sobre a Responsabilidade Social Corporativa de organizações que operam no mundo desenvolvido (ISLAM, 2017), o que a torna uma das mais citadas no campo da Contabilidade, em especial nas áreas social e ambiental (SILVA et al., 2017), oferecendo aos pesquisadores e ao público em geral, uma maneira de pormenorizar criticamente as divulgações corporativas (TILLING, 2004) sobre o assunto.

Santiago et al. (2018) observaram um considerável aumento na quantidade de evidenciação de informações socioambientais, o que demonstra uma maior preocupação das organizações de serem visualizadas pela sociedade como socialmente responsáveis, reforçando sua legitimidade e preservando sua continuidade no atual contexto social.

Legitimidade é a qualidade ou estado de ser legítimo perante a sociedade ou um grupo social. Quando isso ocorre, as empresas geralmente ganham credibilidade, facilitando seu reconhecimento social e a ação na sociedade. (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2013).

Para Machado (2010, p. 18), essa teoria “[...] é essencialmente orientada por sistema, ou seja, vê a empresa como um componente de um ambiente social maior do qual fazem parte vários organismos que interagem entre si e são regulados por contratos explícitos ou implícitos.” É estudada profundamente por Deegan (2002; 2006), O’Donovan (2002), Suchman (1995), Guthrie e Parker (1989), entre outros pesquisadores, para explicar a evidenciação de informações sociais e ambientais, sob diferentes aspectos.

De acordo com Santiago et al. (2018, p. 150), na perspectiva da legitimidade, “[...] a sociedade aceita e aprova os posicionamentos tomados pela organização. Para a legitimidade é importante que a empresa seja vista como ente social e ambientalmente responsável.”

Em outras palavras, a sobrevivência empresarial não depende somente da eficiência e de lucros, mas também da aceitação social do seu produto e dos métodos utilizados em sua produção, que podem influenciar no comportamento do consumidor em relação ao seu

consumo. Nesse sentido, uma maneira encontrada na gestão da legitimidade social tem sido a evidenciação de informações, aliada não somente do processo de transparência da gestão econômico-financeira, mas também da gestão socioambiental das entidades, diante das exigências do mercado altamente competitivo em que atuam, como forma de garantir sua sustentabilidade (MACHADO; OTT, 2015).

### 2.1.3 Teoria dos *Stakeholders*

O desempenho econômico-financeiro foi o principal (ou talvez o único) objetivo de uma empresa nas concepções tradicionais preconizadas por Milton Friedman, no século XX, aliada a outras interpretações prescritas por diferentes atores de que a “empresa era independente de outros atores da sociedade e que não deveria se importar com os demais fatores que afetassem a produção, como os fornecedores” (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2013, p. 71).

Contudo, o interesse crescente de diversos grupos da sociedade não mais se restringe aos resultados econômicos e financeiros do negócio, mas também no desempenho social e ambiental, interferindo direta ou indiretamente na sua atuação. Esses grupos são denominados de *Stakeholders* ou “partes interessadas”. Trata-se de “[...] todos os públicos que se relacionam com a empresa: sindicatos, clientes, fornecedores, empregados e seus familiares, comunidades, imprensa e organizações não governamentais, como as ambientalistas” (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2013, p. 143).

Freeman et al. (2010) publicaram a obra *Stakeholder Theory: The state of the Art*, pela *Cambridge University Press*, onde examinam criticamente a teoria e avaliam sua relevância para várias áreas do conhecimento. Sob esse prisma, o uso do termo *stakeholder* nas áreas de Administração e Responsabilidade Social Empresarial expandiu-se com as obras de Freeman do início da década de 1980 (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2016).

Na área contábil e de gestão, a partir das várias definições existentes na literatura, O’Donovan (2000, p. 28, tradução nossa<sup>6</sup>) entende que um *stakeholder* “[...] pode ser qualquer pessoa ou grupo com algum grau de interesse nas atividades da corporação.”

Para Puppim de Oliveira (2013, p. 72), o conceito de *stakeholder* é:

---

<sup>6</sup> “[...] may be any person or group with any degree of interest in a corporation's activities.”

[...] compatível com os valores democráticos, sendo o processo de decisão mais aberto às interferências e à participação de grupos de interesse, sejam eles internos ou externos, obrigando assim a um gerenciamento mais participativo, seja com a presença dos funcionários ou mesmo da comunidade na qual a empresa está inserida.

Ainda segundo Puppim de Oliveira (2013), os *stakeholders* se consideram parte legitimamente interessada no funcionamento da empresa, seja porque impactam ou são impactados por ela, ou apenas porque se interessam pelo seu comportamento. Assim, o gerenciamento de informações é crucial para gestão com esse grupo.

Santiago et al. (2018) mencionam que na teoria, a necessidade de haver uma boa relação entre os *stakeholders* e a empresa tornou-se um dos conceitos mais abrangentes de gestão atual, pois são considerados elementos estratégicos que interagem com a organização.

Abreu et al. (2013), avaliaram a influência dos *stakeholders* na adoção da proatividade ambiental e em particular nas práticas de planejamento, operação e comunicação de empresas brasileiras. Abreu et al. (2013, p. 32), também chegaram ao entendimento de que “[...] *stakeholders* e empresas avançam gradualmente em um caminho de incorporação e integração de suas ações de responsabilidade em prol do desenvolvimento sustentável [...]”, embora, essa articulação, no Brasil, ainda seja restrita, o que compromete sua eficiência em contemplar simultaneamente as dimensões social, econômica e ambiental.

Sobre esse assunto, Pavão e Rossetto (2015) relacionaram a capacidade de gerenciamento das partes interessadas (*Stakeholder Management Capability - SMC*) destacado por Freeman (1984) ao desempenho econômico-financeiro e socioambiental nos níveis estratégico e tático no contexto de cooperativas em 13 setores da economia brasileira. Constatam, inclusive, que essas organizações têm as habilidades para atender aos requisitos e gerenciar as partes interessadas, mesmo quando uma pessoa desempenha funções diferentes, como é o caso do membro da cooperativa, que pode ser ao mesmo tempo o proprietário, fornecedor, consumidor e cliente.

## 2.2 ABORDAGENS À TEORIA CONTÁBIL

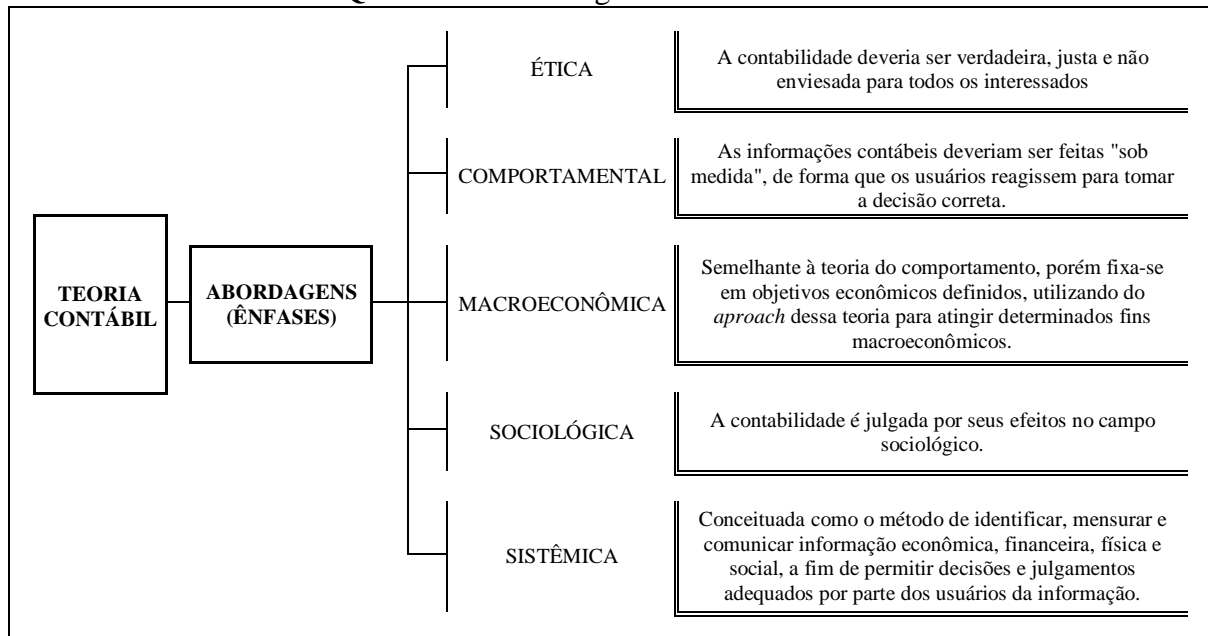
A Teoria Contábil pode ser enfatizada sob diferentes abordagens com o intuito de solucionar, da melhor maneira, os inúmeros desafios que se apresentam nas entidades, de modo a atender o maior número possível de usuários, independentemente de sua natureza.

Neste aspecto, as principais abordagens mencionadas por Iudícibus (2017) estão baseadas nos conceitos de Hendriksen (1971) e em tendências mais recentemente utilizadas.



São elas, a abordagem ética, comportamental, macroeconômica, sociológica e sistêmica, conceituadas resumidamente no Quadro 3.

**Quadro 3 - Abordagens à Teoria Contábil**



Fonte: Iudícibus (2017), com base nos conceitos de Hendriksen (1971)

Ao estudar as abordagens como base para entender os objetivos da Contabilidade, Iudícibus (2017) considera que atualmente, está se desenvolvendo a noção de que o verdadeiro objeto, amplo, é o estudo, em todos os seus aspectos, da informação contábil e financeira, mas, também, social e de sustentabilidade, característicos da Abordagem Sociológica da Contabilidade.

Tendo em vista a relevância das informações que fornece, bem como os objetivos deste estudo, essa abordagem é foco de atenção no trabalho.

### 2.2.1 Abordagem Sociológica da Contabilidade

De acordo com Iudícibus (2017, p. 9), a abordagem sociológica está sendo bastante pesquisada na atualidade, dada a amplitude de interesses que procura atingir. O autor a considera do tipo “bem-estar social” (*welfare*), no sentido:

[...] de que os procedimentos contábeis e os relatórios emanados da Contabilidade deveriam atender a finalidades sociais mais amplas, inclusive relatar adequadamente ao público informações sobre a amplitude e a utilização dos poderes das grandes companhias.

De Luca (1998) entende que numa abordagem social, a Contabilidade está vinculada à responsabilidade social da empresa, com o objetivo de fornecer informações para permitir aos seus usuários uma avaliação dos efeitos das atividades da empresa sobre a sociedade onde está inserida.

Iudícibus et al. (2005) consideram a abordagem sociológica como desafiadora, denominada também de social e institucional, tendo como seu pioneiro Hopwood (1978), e que vai muito além das motivações puramente técnicas e formais da Contabilidade, para estudar o caráter simbólico e de legitimação que pode ter, na estrutura social, influenciando-a e sendo por ela influenciada, principalmente dentro das empresas e em seu ambiente mais amplo (IUDÍCIBUS, 2017).

Para Iudícibus et al. (2005, p. 15) “[...] essas visões sociais, sociológicas e institucionais abrem um vasto campo de investigação para a Contabilidade, e metodologias de pesquisa empírica podem perfeitamente ser utilizadas, como se faz em Sociologia e Psicologia.” Contudo, o aspecto racional nunca pode deixar de ser enfatizado (IUDÍCIBUS, 2017).

Atualmente, na pesquisa em Contabilidade, houve uma extensão a novos tópicos, a exemplo do crescente envolvimento da sociedade civil e da Contabilidade Social e Ambiental (HOPPER, 2016; IUDÍCIBUS, 2017).

Neste sentido, destacam-se trabalhos que objetivam desde identificar os fatores determinantes e diferenciadores da divulgação voluntária de informações de caráter social e ambiental (COELHO et al., 2013; RUFINO; MACHADO, 2015); verificar se pressões internas e externas influenciam a utilização de padrões de divulgação de informações socioambientais de forma voluntária (AMBROZINI, 2017), até investigar as práticas de evidenciação de empresas brasileiras sob o enfoque da sustentabilidade, observando a natureza das suas atividades (CARDOSO et al., 2016).

Assim, os pesquisadores que estavam previamente focados em retornos financeiros e de investimento passaram a examinar o impacto das estratégias e revelações sociais, ambientais e de sustentabilidade (HOPPER, 2016) nas organizações, muitos dos quais fundamentam seus trabalhos em variantes desta abordagem, chamadas Contabilidade Social e a Contabilidade Ecológica (Ambiental).

### 2.2.1.1 Contabilidade Social e Ambiental

É crescente o número de pesquisas com temática dedicada aos aspectos inerentes à interação de empresas com a sociedade e o meio ambiente (GRAY et al., 2013; OLEIRO; SCHMIDT, 2016), ocasionadas, muitas vezes, pelas constantes mudanças no cenário econômico-financeiro das entidades, exigências dos órgãos reguladores, bem como da pressão social pela adoção de práticas sustentáveis nas organizações. Isso tem levado à evolução da Contabilidade por meio da revisão de conceitos e procedimentos que parecem inadequados para essa nova realidade (MACHADO, 2010). Neste contexto, especialidades têm surgido, como a Contabilidade Social e Ambiental.

De acordo com Machado (2010), é possível encontrar na literatura várias terminologias para a Contabilidade Social, desde as que possuem termos diferentes com o mesmo significado e termos iguais com significados diferentes. Para corroborar, essa autora (2010) menciona um levantamento realizado por Santana (2004), que encontrou termos como: Contabilidade social, Demonstração social e ambiental empresarial, Evidenciação social e ambiental empresarial, Evidenciação e demonstração da responsabilidade social, Auditoria social, Contabilidade da responsabilidade social, Contabilidade *societal*, Contabilidade socioeconômica, Demonstração social. Além disso, Machado (2010), enfatiza que a abordagem sociológica da contabilidade não pode ser confundida com contabilidade social, pois a primeira é muito mais abrangente que a segunda.

A Contabilidade Social ampliou a esfera de ação da Ciência Contábil, que passou a se preocupar com os aspectos sociais que envolvem as atividades econômicas (RIBEIRO, 2010), tanto na macroeconomia, que procura explicar o efeito de procedimentos alternativos de divulgação de dados sobre indicadores e atividades econômicas num nível mais amplo, por exemplo, um setor de atividade ou a economia nacional, quanto na microeconomia, concentrada na empresa como entidade econômica encarando o efeito de suas principais atividades na economia por meio de suas operações em mercados (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Hendriksen e Van Breda (1999), ao conectarem a esfera microeconômica à Teoria da Contabilidade esclarecem que essa não abrange necessariamente, todos os efeitos que as empresas exercem na sociedade. Nesse sentido, a contabilidade social no âmbito empresarial visa atacar:

[...] os custos da poluição ambiental, do desemprego, de condições insalubres de trabalho e outros problemas sociais não são normalmente divulgados por uma empresa, exceto à medida que são assumidos diretamente por ela por meio de tributação e regulamentação (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 26).

Segundo Gray (2000), Contabilidade Social é um termo muito amplo e foi definido de várias maneiras, sendo tipicamente:

[...] a preparação e publicação de informes sobre as interações e atividades de uma organização sobre questões sociais, ambiental, funcionário, comunidade, cliente e de outras partes interessadas e, onde e quando possível, as consequências dessas interações e atividades. O Informe social pode conter informações financeiras, mas é mais provável que seja uma combinação de informações não financeiras quantitativas e informações descritivas e não quantitativas. O informe social pode servir a vários propósitos, mas a responsabilidade da organização perante as partes interessadas deve ser claramente dominante entre essas razões e a base sobre a qual o informe social é avaliada. (GRAY, 2000, p. 250, tradução nossa)<sup>7</sup>.

Para Ribeiro (2010, p. 43), a Contabilidade Social objetiva fornecer:

[...] informações que permitam avaliar os efeitos das atividades das empresas sobre a sociedade. De modo geral, as informações prestadas deveriam conter, além dos dados relativos às vendas da empresa, os efeitos sociais que não possam ser mensurados em termos monetários.

Kroetz (2000, p. 54), entende que a Contabilidade Social busca a verdade (impactos) sobre a circulação da riqueza entre a entidade e a sociedade – causa e efeito, e genericamente:

[...] visa criar um sistema capaz de inventariar, classificar, registrar, demonstrar, avaliar e explicar os dados sobre a atividade social e ambiental da entidade, de modo que, no final de cada exercício, ou a qualquer momento, se possa preparar informes, como o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado.

Contudo, Gray et al. (2013) argumentam que o desenvolvimento da Contabilidade Social nas empresas privadas quase sempre foi um ato voluntário, (tipicamente) realizado pelas grandes corporações, atraindo uma variedade de explicações, mas todas compartilharam algum grau de gestão de imagem e preocupação com a legitimação da entidade como organismo social e ambiental, além do seu papel dominante como organismo econômico.

Para ampliar a discussão, Gray et al. (2013), citam a crítica severa tecida por Milne (2007) quando esse autor investigou a categorização dos elementos da Contabilidade Social elaborada por Mathews (1984): Contabilidade de Responsabilidade Social; Contabilidade do Impacto Total; Contabilidade Socioeconômica e Contabilidade de Indicadores Sociais. De acordo com Gray et al. (2013, p. 125), a partir dessa investigação, Milne (2007) reavaliou a pesquisa contábil social e concluiu que a “[...] maioria dos esforços foram dirigidos à

---

<sup>7</sup> “[...] the preparation and publication of an account about an organization’s social, environmental, employee, community, customer and other stakeholder interactions and activities and, where, possible, the consequences of those interactions and activities. The social account may contain financial information but is more likely to be a combination of quantified non-financial information and descriptive, non-quantified information. The social account may serve a number of purposes but discharge of the organization’s accountability to its stakeholders must be the clearly dominant of those reasons and the basis upon which the social account is judged.”

evidenciação de informações sociais e ambientais pelas empresas (chamada por Mathews de Contabilidade de Responsabilidade Social), chegando ao ponto de quase excluir a pesquisa mais ampla.”

Ribeiro (2010) credita ao estágio primitivo em que ainda se encontra a teoria da Contabilidade Social à falta de consenso sobre os conceitos ou métodos de mensuração. Nesse sentido, estudos no âmbito de organizações com ou sem finalidade econômica, poderiam ser dirigidos para solucionar o que Ribeiro (2010) argumenta e validar o que Gray et al. (2013) criticam, além de fornecer análises sistemáticas da contabilidade de empreendimentos sociais e tentar começar a capacitar os contadores para considerar mais demonstrações múltiplas e sua interação (GRAY et al., 2013).

Diante do exposto, enfatiza-se que o termo utilizado neste trabalho é Contabilidade Social, abrangendo a responsabilidade social e legitimação na esfera empresarial, por se entender que existe relação entre essas áreas do conhecimento e a contabilidade, que devem interagir para fornecer informações gerenciais que possibilitem, mesmo que voluntariamente, às partes interessadas (*stakeholders*), avaliar os efeitos das atividades desenvolvidas pela entidade sobre a sociedade e o meio ambiente.

### 2.3 EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

O termo evidenciação é utilizado em Contabilidade para o processo de divulgação de informações aos diversos usuários com o propósito de reduzir o ambiente de incerteza, em função dos prováveis cenários que podem se apresentar para uma empresa e, conseqüentemente, gerar um ambiente de maior segurança para o processo de tomada de decisão (GOMES; GARCIA, 2013).

Ao longo dos anos, vários trabalhos trataram de mostrar como as empresas têm evidenciado seus eventos de natureza social e ambiental nos relatórios de sustentabilidade e nas demonstrações contábeis (AZEVEDO; CRUZ, 2008; CARVALHO FILHO et al., 2018; CRUZ et al., 2014; FERREIRA; SILVA, 2006; GUIMARÃES et al., 2014; MACÊDO et al., 2014; MACHADO et al., 2015; MIRANDA; MALAQUIAS, 2013; MUSSOI; BELLEN, 2010; PEREIRA et al., 2011; PLETSCHE et al., 2014), mostrando a relevância do tema entre os acadêmicos.

Costa e Marion (2007) compreendem que devido às exigências do mercado, as empresas buscam a clareza na sua responsabilidade social e ambiental. No entanto, mesmo que

não seja possível a evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis, é papel da Contabilidade evidenciá-las em outros meios para que os usuários possam tomar as decisões mais corretas sobre a empresa.

A evidenciação das informações de natureza ambiental pode ocorrer de forma segregada (COSTA; MARION, 2007), onde os ativos e passivos (exigibilidades) ambientais devem ser informados no Balanço Patrimonial, bem como os custos, despesas e receitas ambientais, na Demonstração do Resultado do Exercício (RIBEIRO, 2010). As contas mais relevantes devem ter sua composição detalhada em notas explicativas ou quando não for possível sua mensuração adequada. Assim, quanto maior for o detalhamento dessas informações ambientais, melhor será a qualidade das informações contábeis nas demonstrações financeiras (COSTA; MARION, 2007).

Embora não faça parte das demonstrações contábeis, as empresas dispõem de outra forma que pode ser utilizada para a divulgação das informações, no caso, o Relatório da Administração, que deve evidenciar os negócios sociais e os principais fatos administrativos ocorridos no exercício, os investimentos em outras empresas, a política de distribuição de dividendos e de reinvestimentos de lucros, etc. (GELBCKE et al., 2018).

Sobre esse relatório, a pesquisa de Ribeiro et al. (2013) demonstrou que a maioria das empresas analisadas não evidenciou indicadores de *performance* ambiental e nem possuía outro relatório específico para fazer isso, aparentando um possível descaso em mostrar esse tipo de informação, sugerindo torná-la obrigatória com regulamentos específicos, de claro entendimento e com mecanismos punitivos e fiscalizadores eficientes.

Um outro relatório que vem ganhando espaço nos últimos tempos é o Balanço Social (COSTA; MARION, 2007), que evidencia interações e atividades relacionadas às questões social, ambiental, laboral, comunidade e com outros *stakeholders*, entendido como instrumento apropriado para essa finalidade.

Tendo em vista a temática proposta para a realização deste estudo, esse demonstrativo tem destaque nesta seção do trabalho.

## 2.4 BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social surgiu em 1977, na França, fruto de pressões dos movimentos sociais durante as décadas de 1960 e 1970, que exigiam das empresas a divulgação de informações de caráter social. Iniciou com uma visão restrita a recursos humanos, evoluindo

para uma abordagem mais ampla, contemplando, além dos dados relativos a esses recursos, a questão ambiental, a cidadania e o valor agregado à economia do país (RIBEIRO, 2010; TINOCO; KRAEMER, 2011).

Posteriormente, vários países europeus passaram a adotar os ditames da lei francesa, passando a publicar também o Balanço Social, destacando-se entre esses, Alemanha, Holanda, Bélgica, Espanha, Portugal e Inglaterra, motivadas pelo clamor do reconhecimento da responsabilidade social, pelas empresas e dos governos, tendo aportado no Brasil nos anos 1980 (TINOCO; KRAEMER, 2011).

O primeiro trabalho acadêmico sobre Balanço Social, no Brasil, foi realizado pelo Professor João Eduardo Prudêncio Tinoco, em 1984. Tratando-se de uma dissertação de mestrado que foi apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA-USP, intitulada *Balanço Social - uma abordagem socioeconômica da Contabilidade* e a primeira empresa a publicar o Balanço Social foi a FEMAQ S.A., de São Paulo – SP, em 1982, seguido da Nitrofertil, de Camaçari – BA, em 1984 (PEROTTONI, 2011).

De Luca (1998, p. 22) considera que o Balanço Social surgiu para atender às necessidades de informações dos usuários da contabilidade no campo social, sendo, portanto, “[...] um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e principalmente avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade.”

Tinoco e Kraemer (2011, p. 63), conceituam o Balanço Social como “[...] um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações financeiras, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, seus parceiros sociais.”

Ainda sobre o Balanço Social como instrumento de gestão, Kroetz (2000, p. 68), enfatiza que:

[...] antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, é considerada uma ferramenta gerencial, pois reunirá dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas e sobre as relações entidade/ambiente, os quais poderão ser comparados e analisados de acordo com as necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controle, de auxílio para a tomada de decisões e na adoção de estratégias.

Puppim de Oliveira (2013; 2005) diferencia o Balanço Social dos demais relatórios, quando inclui entre os usuários, os *stakeholders*:

Diferentemente dos relatórios anuais das empresas que visam divulgar informações principalmente aos acionistas, o conceito básico do balanço social é difundir informações que interessem a outros *stakeholders* além dos acionistas, como sindicatos, empregados e seus familiares, comunidades afetadas pela empresa, mídia

e organizações não governamentais com determinados interesses na empresa (ambientalistas, por exemplo). (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2013, p. 136).

Para Puppim de Oliveira (2013, p. 75), “[...] mesmo que a empresa busque muitas vezes incorporar benefícios aos *stakeholders* em suas ações, caso não haja interação na hora da decisão ou comunicação dos resultados, possivelmente continuará faltando legitimidade.”

Torres Junior e Silva (2008) apresentam um conceito abrangente ao incorporarem o exercício da responsabilidade social corporativa ao Balanço Social. Nesse sentido é:

[...] um instrumento de gestão e informação que tem o objetivo de reportar, de forma transparente, informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades aos mais diferenciados usuários da informação. É um demonstrativo publicado anualmente pelas empresas que tem a finalidade de reunir informações sobre projetos, benefícios e ações sociais voltadas para os funcionários, os investidores, os analistas de mercado, os acionistas e a comunidade, sendo também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa. (TORRES JUNIOR; SILVA, 2008, p. 2).

O objetivo principal do Balanço Social é demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida (GELBCKE et al., 2018). Em outras palavras, deve conter informações qualitativas e quantitativas, sobre como a empresa está desempenhando sua função social e ambiental na sociedade e sua relação com os diversos *stakeholders* (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2013).

O Balanço Social, deve refletir toda a responsabilidade da empresa para com a sociedade, no sentido de “[...] demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua” (GELBCKE et al., 2018, p. 7).

Assim, implica responsabilidade e dever de comunicar com exatidão e diligência os dados de sua atividade (TINOCO; KRAEMER, 2011). Contudo, Puppim de Oliveira (2013) entende que a não publicação de informações sociais e ambientais não significa que uma entidade seja socialmente menos responsável que outras, embora a publicação do Balanço Social demonstre que a empresa está fazendo um esforço de pelo menos sistematizar e divulgar informações de caráter socioambiental, que podem passar pelo crivo da sociedade.

Puppim de Oliveira (2013) afirma que entre os principais motivos que levam as empresas a publicarem balanços sociais estão o atendimento às demandas dos *stakeholders* e acionistas por informações socioambientais e o interesse da sociedade em geral na questão de responsabilidade social, fazendo com que esses documentos se tornem uma maneira de as empresas divulgarem suas versões sobre a forma pela qual estão buscando responsabilidade social.



### 2.4.1 Estruturação do Balanço Social

Devido aos diferentes tipos societários existentes no Brasil, que operam com finalidades lucrativas, além de entidades que não tem esse fim específico, como as Organizações Não Governamentais (ONGs), bem como cooperativas, associações de funcionários públicos etc. (TINOCO; KRAEMER, 2011), as informações contidas nos balanços sociais podem variar conforme o porte, tipo gerencial, contexto regional e temporal em que a organização está inserida, do interesse e da capacidade de a empresa produzir os balanços sociais e do tipo de pressão dos *stakeholders* (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2013).

Nesse sentido, Tinoco e Kraemer (2011), destacam que a elaboração e divulgação do Balanço Social, requer a participação de três departamentos: Recursos Humanos, o de Contabilidade e o de Sistemas de Informações, que agiliza a informação, armazena-a e permite sua divulgação de forma rápida para a empresa e para os usuários externos.

Embora não exista obrigatoriedade quanto à divulgação (VELLANI, 2011; RIBEIRO, 2010), o Balanço Social reflete a interação da empresa com o meio em que está inserida. Consoante Gelbcke et al. (2018), possui quatro vertentes: O Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, a Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral.

Tinoco e Kraemer (2011) mencionam que a implementação e a ordenação do Balanço Social, contempla cinco grupos: balanço social em sentido restrito (balanço das pessoas); demonstração do valor adicionado (agregado); balanço ecológico (ambiental); responsabilidade social da empresa; atividades desenvolvidas.

Para Ribeiro (2010, p. 15), o Balanço Social deve conter informações sobre:

- a gestão de recursos humanos: benefícios proporcionados à mão de obra empregada;
- a interação com o meio ambiente: impactos e benefícios de suas atividades sobre o meio natural, bem como os efeitos negativos desse meio sobre seu patrimônio;
- a interação com a sociedade: relacionamento com a circunvizinhança - benefícios proporcionados e impactos causados;
- o valor adicionado à economia e à sociedade.

Percebe-se que não há uma padronização da forma como deve ser estruturado o Balanço Social. Sobre esse assunto, Ribeiro (2010), afirma que antes de definir o conteúdo e a forma do Balanço Social, é preciso verificar os interesses dos usuários.

Aqueles que pleiteiam a obrigatoriedade da publicação argumentam que, “[...] se a forma de apresentação das informações não for padronizada, será difícil avaliar a função social das empresas, tendo em vista a tendência de informar apenas o que lhes é conveniente, sem dimensionar os valores gastos, o que dá ao Balanço Social a conotação de instrumento de marketing” (RIBEIRO, 2010, p. 13).

Ainda segundo Ribeiro (2010, p. 13), entre os defensores contrários à padronização, “[...] há o argumento de que as empresas, o mercado e a comunidade devem definir a evolução e o amadurecimento do Balanço Social, sem imposições legais e sem engessá-lo com um padrão que não, necessariamente, é o mais adequado para todas.”

Puppim de Oliveira (2013), destaca o relativismo ético do cenário em que uma entidade está inserida como fator importante para se pensar na padronização dos balanços sociais, assim, uma padronização poderia impedir essa adaptação de acordo com as mudanças de contexto. Godoy (2007) identificou que entre os modelos existentes no Brasil, os mais utilizados são: o do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), o *Global Reporting Initiative* (GRI) e o do Instituto Ethos.

O IBASE lançou o primeiro modelo de balanço social em 1997, tendo como principais vantagens a simplicidade e a facilidade para comparar-se informações de uma empresa para outra, ou de um ano para outro na mesma empresa (GOMES; ROCHA, 2008). Alguns estudos foram conduzidos utilizando-se esse modelo como fonte ou objeto de análise (PINHO et al., 2007; SILVA et al., 2009; SOUZA et al., 2009).

No estudo de Souza et al. (2009), o modelo do IBASE foi avaliado como incipiente para atingir os objetivos propostos na literatura, cuja divisão das informações poderia ser diferente, apresentando separadamente itens monetários e não monetários, internos e externos, ou qualquer outra subdivisão que se achar pertinente.

Pinho et al. (2007), ao analisar a Responsabilidade Social Corporativa, verificou que não há, ainda, uma uniformidade nos critérios de investimentos em indicadores de responsabilidade social no Balanço Social apresentado pelas distribuidoras de energia elétrica do Nordeste, divulgados de acordo com o modelo IBASE.

Silva et al. (2009) criticam o modelo utilizado pelo IBASE, no item “investimentos relacionados à produção/operação da empresa”, sugerindo seu desmembramento com a inclusão de outros itens relevantes como os valores dos ativos e passivos ambientais, assim como outros investimentos que a empresa está realizando, ficando clara a distinção entre investimentos ou despesas que podem estar alocadas nesse item.

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização da sociedade civil que atua no âmbito global, em diversos segmentos da sociedade, visando promover canais de diálogo e de exposição pública de informações sobre as empresas (GOMES; ROCHA, 2008). Além disso, a GRI produz a estrutura de relatórios de sustentabilidade que inclui as Diretrizes para Relatórios, estabelece os Princípios e Indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social (GRI, 2011), que, de acordo com Garcia et al. (2015), apresentam características qualitativas como: materialidade, inclusividade, contexto, abrangência, equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade, clareza e confiabilidade.

O modelo do Instituto Ethos é baseado nas diretrizes do GRI e adaptado ao cenário brasileiro (GODOY, 2007). Para a elaboração do Balanço Social, é recomendado que os relatórios gozem de princípios e critérios qualitativos, de antemão citados pela GRI, além de relevância, veracidade e verificabilidade (INSTITUTO ETHOS, 2002).

Embora não seja uma demonstração padronizada, o Balanço Social segue uma estrutura mínima na sua elaboração, exemplificado no Quadro 4, cujos tópicos podem ser ampliados ou reduzidos de acordo com a realidade da entidade, devendo conter dados do exercício atual e do exercício anterior, para efeito de comparação.

**Quadro 4 - Estrutura mínima do Balanço Social**

<b>IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:</b>
Espaço para a entidade apresentar seu relato histórico, produtos que representam a maior parcela do faturamento, área de atuação, destinação dos produtos, missão, filosofia, valores etc.
<b>CORPO FUNCIONAL:</b>
Apresentação dos dados qualitativos e quantitativos sobre a composição do quadro de funcionários, número de admissões, demissões, reclamações trabalhistas, benefícios concedidos, política de recursos humanos, acidentes de trabalho, multas, remuneração etc.
<b>AÇÕES OU INDICADORES SOCIAIS:</b>
Apresentação de dados qualitativos e quantitativos sobre a interação da entidade com o meio externo, os programas sociais implementados, finalizados ou em andamento, incluindo número de beneficiados, etc.
<b>AÇÕES OU INDICADORES AMBIENTAIS:</b>
Apresentação de dados qualitativos e quantitativos sobre a interação da entidade com o meio ambiente, na forma de investimentos em preservação, pesquisa ambiental, multas, caracterização das ações efetivadas pela entidade na promoção do desenvolvimento ecologicamente correto, reconhecimento oriundo da comunidade externa etc.
<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</b>
Demonstração da capacidade da empresa de gerar e distribuir a riqueza.
<b>DADOS DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO:</b>
Descrição da forma de organização da entidade.
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES:</b>
Apresentação de informações relevantes sobre os futuros projetos da entidade, de caráter social, ambiental, econômico, geração de novos empregos, investimentos etc.
<b>RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:</b>
Dados do Contador responsável pelas informações.

Fonte: Kroetz (2000); Ribeiro (2010); Tinoco e Kraemer (2011).

A partir da estrutura do Balanço Social podem ser extraídos indicadores de caráter social como:

[...] a evolução do emprego na empresa; a promoção dos trabalhadores na escala salarial da empresa; a relação entre a remuneração do pessoal em nível de gerência e os operários; a participação e evolução do pessoal por sexo e instrução; a classificação do pessoal por faixa etária; a classificação por antiguidade na empresa; o nível de absenteísmo; benefícios sociais concedidos (médico, odontológico, moradia, educação); política de higiene e segurança no trabalho; política de proteção ao meio ambiente, etc. (TINOCO, 2002, p. 63).

Kroetz (2000) enfatiza que se deve observar alguns pressupostos no que concerne ao conjunto de informações a serem divulgadas. A Figura 5 ilustra os limites do Balanço Social, tendo em vista que se trata de uma demonstração da responsabilidade social e ecológica da entidade.

**Figura 5 - Limites do Balanço Social**



Fonte: Adaptado de Kroetz (2000)

Kroetz (2000) ainda explica que o Balanço Social não deve atentar contra os direitos em termos de privacidade, não deve apresentar informações que comprometam a eficácia e a própria continuidade da entidade, devendo retratar somente a verdade, vedando informações subjetivas e especulativas.

Quanto à uniformidade, a orientação é seguir a mesma metodologia na elaboração dos sucessivos balanços, permitindo o estudo comparativo de diferentes publicações. Seu conteúdo deve ser útil a ponto de causar surpresa e desencadear uma ação, apresentando equilíbrio entre a quantidade e a qualidade da informação, além disso, a preparação não deve gerar gastos absurdos, em que o custo seja superior ao benefício da informação (KROETZ, 2000).

## 2.4.2 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

De acordo com De Luca (1998), o Balanço Social demonstra o desempenho da política social vigente na empresa e, como parte deste conjunto de informações encontra-se a Demonstração do Valor Adicionado, que apresenta dados econômicos referentes à criação de riqueza pela empresa e à distribuição aos agentes que contribuíram para sua criação, tornando-se um dos elementos componentes do Balanço Social (GELBCKE et al., 2018; RICARTE, 2005).

Tinoco e Kraemer (2011) enfatizam que o objetivo principal da DVA é evidenciar o valor gerado e sua repartição aos segmentos beneficiários, que são: o pessoal que trabalha na empresa; os acionistas que investem recursos; o Estado que se apropria de tributos e os financiadores externos, que são remunerados por meio de juros. É uma forma de evidenciar a função social da empresa e sua contribuição para formar a riqueza global do país, o PIB, ao contrário da DRE, cuja ênfase recai sobre a última linha (lucro) e cujo interesse majoritário é dos acionistas (RIBEIRO, 2010). Assim, a DVA acaba por prestar informações a todos os agentes econômicos interessados na empresa, tais como empregados, clientes, fornecedores, financiadores e governo (GELBCKE et al., 2018).

Essa demonstração não era obrigatória no Brasil até a publicação da Lei nº 11.638/07, que introduziu alterações à Lei nº 6.404/76, tornando a sua elaboração e divulgação obrigatória para as companhias abertas, como parte das demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício (GELBCKE et al., 2018). Esta determinação legal, contudo, não impede que outros tipos de entidades elaborem e a divulguem com o intuito de conhecer o quanto agregam de riqueza à economia local e, em seguida, à forma como distribui tal riqueza.

Segundo Gelbcke et al. (2018), para elaborar e apresentar a DVA devem ser seguidos o modelo e as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 09). Os autores salientam que as informações necessárias para a elaboração são extraídas da Contabilidade, especialmente da DRE e, portanto, devem seguir o regime de competência de exercícios.

A partir das informações extraídas da DVA combinadas com as das demais demonstrações contábeis, é possível compreender a relação da entidade com a sociedade, por meio de quocientes ou indicadores de geração e distribuição de riqueza. Para tanto, Ricarte (2005, p. 68), em seu estudo, apresenta alguns exemplos de tais indicadores, concluindo que o valor adicionado pode ser entendido, entre outras coisas, “[...] como um indicador de eficiência

e eficácia da gestão empresarial, além de contribuir de forma importante para análises econômicas no que diz respeito à geração de riquezas pelas empresas.”

## 2.5 AS SOCIEDADES COOPERATIVAS

Agentes indispensáveis para a integração do setor produtivo ao mercado, essas sociedades desempenham papel fomentador do desenvolvimento econômico pela mediação e articulação que exercem entre os diferentes atores econômicos, sendo os principais braços desta integração. Contribuem, também, para a construção de laços de cooperação e solidariedade que são os pressupostos básicos para justificar sua criação. Para Ribeiro et al. (2012) representam, sobretudo, a construção de referências de convergência de interesse dos sujeitos sociais e das organizações sociais e produtivas, o que configuram certo poder local. São, portanto, “[...] caracterizadas pela interligação, sem visar ao lucro, entre o tomador de serviços e os cooperados que irão executá-los.” (YOUNG, 2012, p.17), embora tenha fins econômicos e sociais (CENZI, 2012).

De acordo com Ferreira et al. (2013), no Brasil, as cooperativas são reguladas por legislação específica, a Lei 5.764/71, chamada “Lei das Cooperativas” e está prevista no Novo Código Civil de 2002, nos artigos 1093 a 1096, possuindo diversas peculiaridades que as distinguem dos demais tipos societários, a saber:

[...] dispensa do capital social; concurso de sócios em número mínimo para a execução da atividade selecionada, sem limitação de número máximo; limitação do valor das cotas sociais de que cada associado poderá dispor e inalienabilidade das mesmas, ainda que por fins de sucessão; quórum para a realização de assembleia geral fundada não no capital social representado, mas no número absoluto de sócios; voto único para cada um dos sócios em assembleia, independente de participação no capital da sociedade, e qualquer que seja o valor desta eventual participação; distribuição de resultados, proporcional ao valor das operações realizadas entre o sócio e o ente jurídico; indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que na dissolução da sociedade; não suscetíveis à falência; e objetivo de prestar serviços a seus associados, o que permite a realização de uma atividade comum econômica que não tem o lucro como fim último. (FERREIRA et al., 2013, p. 122).

No Quadro 5 são apresentados alguns diferenciais entre as Sociedades Cooperativas e as demais sociedades empresariais, de acordo com Young (2012).

**Quadro 5 - Apontamentos sobre Sociedades Cooperativas**

<b>Sociedade Cooperativa</b>	<b>Sociedade Empresarial</b>
Sociedade de pessoas.	Sociedade de capital.
Finalidade: prestação de serviços para os cooperados.	Finalidade: obtenção de lucro para os sócios.
Constituída por estatuto social.	Constituída por contrato social.
Número mínimo de 20 cooperados (pessoas físicas) para sua existência. Ressalte-se que, as cooperativas singulares não podem ser constituídas exclusivamente por pessoas jurídicas	Número mínimo de sócios (2 pessoas física ou jurídica) para sua existência, salvo no caso de subsidiária integral.
Não sujeita à falência.	Sujeita à falência
Princípio da democracia, visto que o cooperado possui direito a um voto, independentemente do valor com o qual ingressou na cooperativa.	Há sócios majoritários e minoritários, em virtude do montante com o qual participam no capital social.
Quotas não podem ser transferidas a terceiros. Note-se que a transferência é possível ao herdeiro se este for também associado, visto que a operação de transferência entre associados é permitida.	Caso o contrato social permita, as quotas podem ser transferidas à terceiros, no caso de sociedade limitada. No caso de sociedades anônimas, as ações podem ser transferidas a terceiros.
Participação nas sobras proporcionalmente à participação nas operações por cada cooperado.	Lucro proporcional ao montante de capital investido pelo sócio na empresa.
Havendo apenas operação com associados, ou seja, atos cooperados, estará isenta do IRPJ, CSLL, COFINS, devendo apenas o PIS, calculado à alíquota de 1% sobre a folha de salários.	Como regra haverá tributação de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
Assembleia é realizada pautada no número de cooperados.	Assembleia é realizada pautada na participação no capital social.
Vedado distribuir qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de qualquer associado ou terceiros, excetuados ou juros até o máximo de 12% ao ano atribuídos ao capital integralizado.	Pode pagar juros sobre o capital próprio.

Fonte: Adaptado de Young (2012, p. 72).

Segundo Young (2012), as Sociedades Cooperativas poderão adotar por objeto qualquer espécie de serviço, operação ou atividade, podendo ser:

- i) singulares;
- ii) cooperativas centrais ou federações de cooperativas e;
- iii) confederações de cooperativas.

Podem ainda serem classificadas de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas ou por seus associados como: de consumo, de produção, de crédito, mistas, de trabalho, habitacionais, educacionais, médicas/de saúde, especiais, minerais, de turismo e lazer, além de agropecuárias que são formadas por produtores rurais ou agropastoris de pesca, cujos meios de produção pertencem ao cooperado e objetivam a compra em comum de insumos, venda em comum da produção dos cooperados, prestação de assistência técnica, armazenagem, industrialização, entre outros.

Forgiarini et al. (2018) entendem que a finalidade das cooperativas é diferente de outras formas societárias, uma vez que estão fortemente ligadas ao desejo dos cooperados de

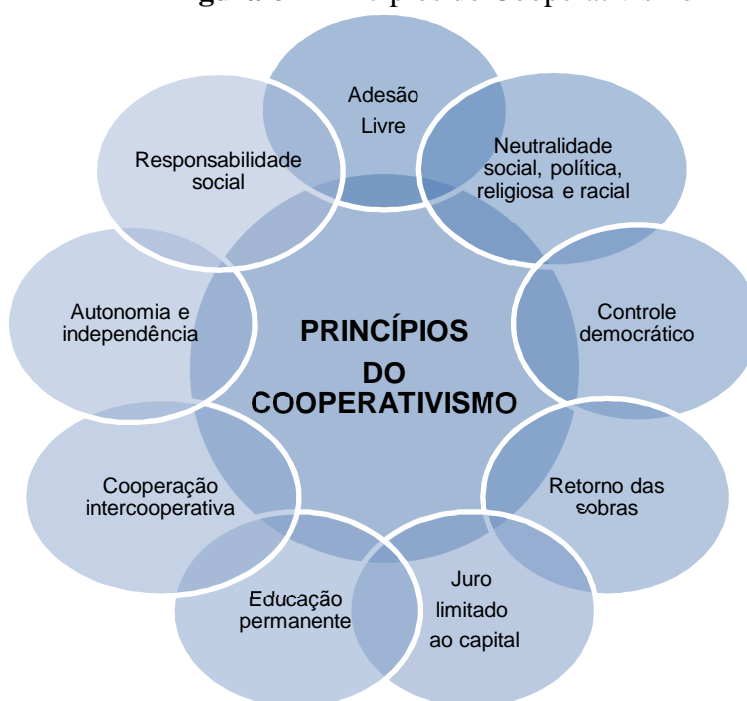
modo que agem e gerenciam a instituição de forma coletiva para garantir a satisfação individual de cada cooperado (em pontos previamente acordados), vinculados não somente à satisfação econômica, mas social e inclusive ambiental.

Estão conectadas à Economia Solidária conforme o Plano Nacional da Economia Solidária (2015-2019), quando incorporam aos seus valores o desenvolvimento sustentável solidário por meio da valorização das:

[...] potencialidades e os sistemas endógenos de produção, com base em tecnologias sociais ou apropriadas ao contexto, motivo pelo qual ele favorece a preservação dos valores dos povos e comunidades. Além disso, a atividade produtiva deverá estar perfeitamente integrada à capacidade de suporte do meio no qual está sendo realizada. (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015, p. 16).

Segundo Zenaro et al. (2017, p. 36), “[...] no Brasil, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e as Organizações Estaduais de Cooperativas (OCEs) orientam e apontam os caminhos para que as cooperativas possam se constituir no âmbito de uma rede de solidariedade e cumprirem seu papel na sociedade.” Nesse sentido, contribuem para difundir o que a legislação prevê como princípios fundamentais da sociedade cooperativa (Figura 6).

**Figura 6 - Princípios do Cooperativismo**



Fonte: Adaptado de Zenaro et al. (2017) e Young (2012).

Em outras palavras, liberdade, igualdade, democracia, educação, cooperação, autonomia, independência e responsabilidade social não somente dos seus membros, mas



também com o meio ambiente e a sociedade são conceitos que permeiam o universo das Sociedades Cooperativas.

Em um estudo conduzido por Pavarina (2003), foi observado que a presença de cooperativas em uma determinada comunidade interfere de forma positiva nas condições de desenvolvimento dos municípios inclusive no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), gerando subsídios para atitudes e atividades que incentivem e reforcem o associativismo, o civismo e a confiança.

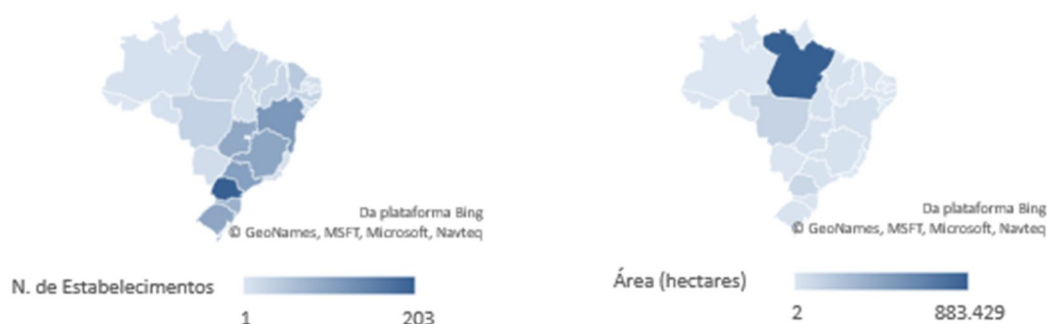
No contexto das Cooperativas Agropecuárias, o estudo do CEPEA-ESALQ/USP (2018, p. 8) infere que esse tipo de ação coletiva pode contribuir com a redução de custos de produção, além de:

[...] aumentar o poder de barganha, diminuir os riscos na comercialização e ampliar acessos ao crédito e serviços, como logística e assistência técnica. Além disso, alguns produtores podem buscar a cooperação por motivos psicológico e social, à medida que a união traz motivações, como prestígio, respeito, amizade, entre outros.” (CEPEA-ESALQ/USP, 2018, p. 8).

Ainda segundo a publicação do CEPEA-ESALQ/USP, para que uma ação coletiva dessa natureza tenha sucesso é preciso que seus limites, custos e benefícios equivalentes entre os associados sejam bem definidos, regras sejam estabelecidas de forma coletiva, monitoradas, e em caso de descumprimento, as sanções impostas sejam graduais de acordo com cada circunstância. Portanto, é necessário definir os mecanismos de resolução de conflitos e garantir a legitimidade para o reconhecimento das suas ações com respaldo legal e a união com outras cooperativas para garantir a viabilização de projetos de maior escala.

O cooperativismo tem sido fundamental, também, para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Sobre esse assunto, o resultado preliminar do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que no meio rural existam cerca de 1.098 cooperativas, abrangendo uma área de aproximadamente 1.392.833 hectares. Na Figura 7 apresenta-se os estabelecimentos e áreas de cooperativas no Brasil, onde é possível verificar onde há maior concentração de cooperativas no Paraná, seguido da Bahia e de São Paulo, embora a maior área em hectares esteja no Pará, seguida do Mato Grosso.

**Figura 7** - Mapas de concentração de estabelecimentos e áreas (ha)



Fonte: Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos, por condição legal do produtor, direção dos trabalhos do estabelecimento, Censo Agropecuário (2017).

De acordo com os dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), as cooperativas exportaram cerca de U\$\$ 6,164 bilhões em 2017, sendo o agronegócio cooperativo, responsável por mais de 99% desse total, enquanto as importações chegaram a U\$\$ 2,817 bilhões (BRASIL, 2017). Na Figura 8 apresenta-se os estados que mais contribuíram para esse resultado.

**Figura 8** - Mapas de concentração de exportações e importações



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2017).

O destaque é o Paraná, tanto em nível de exportações quando em importações. O estado concentra, aproximadamente, 42% das exportações do agronegócio cooperativo, seguido de São Paulo e Minas Gerais. Ainda de acordo com os dados do referido Ministério, os produtos mais exportados no país são a carne de frango, a soja, açúcar e café que, juntos, totalizaram U\$\$ 3,027 bilhões em 2017, demonstrando a relevância econômica para o país.

O II Mapeamento de Economia Solidária no Brasil (IPEA, 2016), somou 1.740 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) presentes no meio rural e urbano que são

Sociedades Cooperativas. No entanto, houve um decréscimo em relação ao mapeamento anterior, que pode estar atrelado, entre outros fatores, à burocracia e à complexidade administrativa exigida.

O estudo do IPEA (2016) também apontou que desse total, o Sul do País abriga o maior número de Empreendimentos Econômicos Solidários na forma de cooperativas, com 606, seguido da região Nordeste que possui 368.

Carvalho (2008) ressalta que as cooperativas agropecuárias são organizações de grande importância para a agricultura brasileira, por possibilitar aos produtores rurais a armazenagem e comercialização da produção, os ganhos de escala, o poder de barganha, a industrialização da matéria-prima, permitindo, dessa forma, a difusão e democratização do acesso à tecnologia e à assistência técnica, e em alguns casos, assistência social e educacional aos associados.

### **2.5.1 Aspectos Contábeis das Sociedades Cooperativas**

As Sociedades Cooperativas são entidades que possuem peculiaridades que as diferenciam das demais formas societárias (FERREIRA et al., 2013), por causa dos seus princípios doutrinários e, por isso, o tratamento contábil deve ser realizado de modo a considerar suas particularidades (CARVALHO, 2008).

Neste contexto, para o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), uma entidade cooperativa é:

[...] aquela que exerce as atividades na forma de lei específica, por meio de atos cooperativos, que se traduzem na prestação de serviços aos seus associados, sem objetivo de lucro, para obterem em comum melhores resultados para cada um deles em particular. Identificam-se de acordo com o objeto e pela natureza das atividades desenvolvidas por seus associados. (CFC, 2017, p. 1).

Essas entidades, possuem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das variações patrimoniais e de estrutura das demonstrações contábeis, aplicando-se à entidade cooperativa a NBC ITG 2004 de 24 de novembro de 2017, vigente a partir de 1º de janeiro de 2018, combinadas com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (NBC's TG) naqueles aspectos não abordados pela NBC ITG 2004.

A Lei das Cooperativas n.º 5.764 de 16 /12/1971, em seu artigo 22, inciso VI, determina que as Sociedades Cooperativas possuam os livros fiscais e contábeis obrigatórios, sendo indispensável a escrituração contábil (movimento econômico e financeiro).

Como resultado, deverão apresentar as demonstrações contábeis segundo a Norma “NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis ou a NBC TG 1000, adotando as contas e nomenclaturas (terminologias) próprias das entidades cooperativas” (CFC, 2017, p. 3), definidas na NBC ITG 2004, sendo, portanto: o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e as Notas Explicativas.

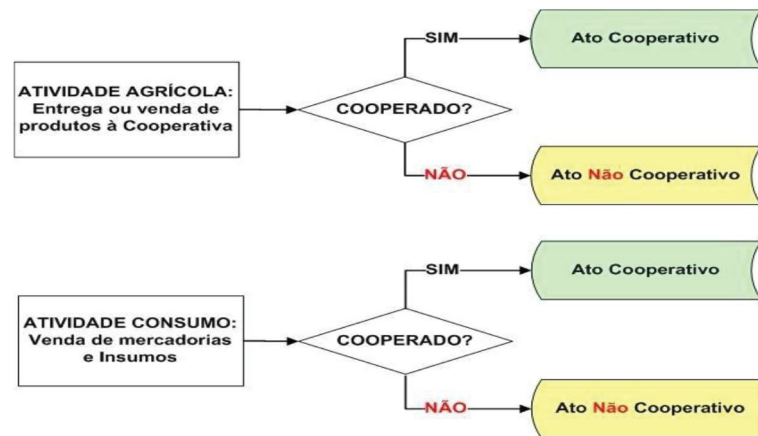
Especificamente para Sociedades Cooperativas, a Demonstração de Sobras ou Perdas é obrigatória e apresenta a movimentação econômico-financeira, que deve “[...] evidenciar separadamente, a composição do resultado do período, demonstrado segregadamente em ato cooperativo e ato não cooperativo, devendo ainda apresentar segregado por atividade, produto ou serviço desenvolvido pela entidade cooperativa” (CFC, 2017, p. 2).

Nesse sentido, os artigos 79, 85, 86, 87 e 111 da Lei das Cooperativas fundamentam os aspectos contábeis ligados a essas sociedades quando definem o ato cooperativo, autorizam a realização de atos que não são cooperativos e estabelecem a obrigatoriedade de escrituração em separado dessas operações e, ainda, prescrevem o tratamento tributário e contábil para o resultado dessas operações.

Art. 79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais. Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria. Art. 85. As cooperativas agropecuárias e de pesca poderão adquirir produtos de não associados, agricultores, pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou suprir capacidade ociosa de instalações industriais das cooperativas que as possuem. Art. 86. As cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a presente lei. Art. 87. Os resultados das operações das cooperativas com não associados, mencionados nos artigos 85 e 86, serão levados à conta do "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social" e serão contabilizados em separado, de molde a permitir cálculo para incidência de tributos. Art. 111. Serão considerados como renda tributável os resultados positivos obtidos pelas cooperativas nas operações de que tratam os artigos 85, 86 e 88 desta Lei (BRASIL, 1971, p.13).

De acordo com Dickel (2014) o ato cooperativo corresponde, de um lado, à realização do objeto social da sociedade cooperativa, tendo o cooperado como “cliente” ou “fornecedor”. Por outro lado, quando a cooperativa realiza as operações, concernentes ao objeto social com terceiros, está realizando atos não cooperativos. Como forma de contribuição para o entendimento do assunto, o referido autor (2014) elaborou o fluxograma apresentado na Figura 9, sintetizando e demonstrando as circunstâncias em que se realiza o ato cooperativo:

**Figura 9 - Fluxograma Ato Cooperativo**



Fonte: Dickel (2014, p. 40)

Como enfatizado anteriormente, as Sociedades Cooperativas não são constituídas com a finalidade de gerar lucros. Sobre esse aspecto, de acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p. 208):

O conceito abrangente de lucro é definido como sendo a variação total do valor do capital, reconhecido pelo registro de transações ou pela reavaliação da empresa durante um período determinado, excetuando-se os pagamentos de dividendos e as transações de aumento ou redução de capital.

Para Adam Smith (1996, p. 102), o lucro é “[...] totalmente regulado pelo valor do capital ou patrimônio empregado, sendo o lucro maior ou menor em proporção com a extensão desse patrimônio.”

Iudícibus (2017, p. 68) afirma que o conceito de lucro difundido pelo economista Hicks é o que mais tem influenciado as ciências contábeis: “Lucro é o que podemos consumir numa semana e sentir-nos tão bem no fim como nos sentíamos no início.” Entretanto, esse conceito precisou ser adaptado às necessidades de objetividade e aos mecanismos de apuração da Contabilidade. Assim, Iudícibus (2017, p. 68) passou a conceituá-lo como: “[...] o que se pode distribuir durante um período, mantendo a *potencialidade* do patrimônio líquido inicial intacta.”

Diante dessas afirmações, Carvalho (2008, p. 26) entende que:

[...] o lucro está diretamente relacionado com à remuneração do capital. As cooperativas não têm como objetivo remunerar o capital nelas investido, portanto o conceito de lucro não é aplicável a essas entidades; nelas não há exploração do capital trabalho e, conseqüentemente, não há mais-valia, o que torna o conceito de lucro inadequado a essas entidades.

Carvalho (2008, p. 26) considera como importante aspecto relacionado às cooperativas, a renda dos sócios, que advém, principalmente, da venda de produtos e não de eventuais sobras distribuídas no final do exercício, levando a uma “[...] tendência à

maximização dos preços dos produtos pagos aos cooperados, redução no valor dos insumos repassado a eles e conseqüentemente uma minimização das sobras.”

Com relação à geração e distribuição da riqueza gerada pelas sociedades cooperativas, Londero (2015) propôs a utilização da DVA como instrumento de evidenciação do impacto econômico e social causado pelas cooperativas que exercem atividade agropecuária. Para tanto, a autora (2015) promoveu algumas alterações no modelo vigente.

Expressa em uma equação sintética, o modelo proposto por Londero (2015) tem a estrutura apresentada no Quadro 6.

**Quadro 6** - Estrutura resumida da DVA para Cooperatvas

$V - A - Dep + Vt = P + G + Rct + Csa + D + R$	
Onde:	
$V$	= Vendas
$A$	= Aquisição de materiais e serviços
$Dep$	= Depreciação
$Vt$	= Valores recebidos em transferência
$P$	= Valores distribuídos aos empregados
$G$	= Valores distribuídos ao governo
$Rct$	= Valores distribuídos como remuneração de capitais de terceiros
$Csa$	= Contribuições socioambientais
$D$	= Distribuição aos cooperados
$R$	= Retenção de sobras

Fonte: Londero (2015, p. 130)

Desta forma, por meio da sua pesquisa, Londero (2015) atestou o seu uso com informações retiradas da Demonstração de Perdas e Sobras, das Notas Explicativas, da Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido e do Balanço Patrimonial, acrescidas de relatórios gerenciais, e salienta a utilidade dessa demonstração em Sociedades Cooperativas.

A partir do modelo proposto, é possível extrair indicadores que, segundo Londero (2015, p. 137) possibilitam “[...] um novo olhar sobre a realidade econômica, financeira e também social das Sociedades Cooperativas.” Assim, realizou adaptações nos índices de geração de riqueza a partir dos estudos de Cosenza (2003) e Dalmácio (2004), de distribuição de riqueza trazidos por De Luca et al. (2009) e elaborou índices relacionados à distribuição de riqueza na realização da RATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES), apresentados no Quadro 7.

**Quadro 7 - Índices de análise da DVA**

<b>Índice</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Significado</b>
<b>Geração de Riqueza - adaptado por Londero (2015, p. 138)</b>		
Taxa de variação do valor adicionado	$\frac{VA_{ano\ X1} - VA_{ano\ X0} \times 100}{VA_{ano\ X0}}$	Possibilita verificar o crescimento do valor adicionado. Pode ser aplicado no valor adicionado gerado pela entidade, bruto e líquido, e o VA a distribuir.
Participação do ato cooperado no valor adicionado	$\frac{VA\ pelo\ ato\ cooperado}{VA\ bruto\ gerado\ pela\ Cooperativa}$	Com a subtração entre os insumos e materiais adquiridos do ato cooperativo e a receita do ato cooperativo é possível obter um valor aproximado de VA pelo ato cooperado e com isso verificar a sua participação no VA bruto gerado pela entidade.
Participação do ato não cooperado no valor adicionado	$\frac{VA\ pelo\ ato\ não\ cooperado}{VA\ bruto\ gerado\ pela\ Cooperativa}$	O valor aproximado do VA pelo ato não cooperativo pode ser obtido pela subtração dos insumos e materiais dos atos não cooperativos do item receita do ato não cooperado da DVA. Expõe a participação do ato não cooperado no VA da cooperativa.
Potencial de agregação de valor pela entidade nas vendas	$\frac{VA\ líquido\ gerado\ pela\ Cooperativa}{Vendas\ Líquidas}$	Expressa o quanto das vendas líquidas realizadas no período representa no valor adicionado gerado pela entidade.
Potencial de agregação de valor bruto pela entidade nas vendas	$\frac{VA\ bruto\ gerado\ pela\ Cooperativa}{Vendas\ Líquidas}$	Representa qual a participação de valor adicionado bruto, sem considerar os valores de depreciação, exaustão e amortização, gerado pela entidade nas vendas líquidas.
Potencial de ativo em gerar riqueza	$\frac{VA\ líquido\ gerado\ pela\ Cooperativa}{Ativo\ total\ líquido_{med}}$	Permite avaliar qual foi a eficiência dos ativos utilizados na exploração, para gerar valor para empresa. Não devem ser considerados os valores de investimentos que gerem VA por transferência.
Potencial do Patrimônio Líquido em gerar riqueza	$\frac{VA\ líquido\ gerado\ pela\ Cooperativa}{Patrimônio\ líquido_{med}}$	Demonstra o quanto é gerado de valor pela entidade com base no patrimônio líquido da cooperativa. Mensura a contribuição do capital próprio no processo de geração de valor.
Potencial dos empregados em gerar riqueza	$\frac{VA\ líquido\ gerado\ pela\ Cooperativa}{N^{\circ}\ médio\ de\ empregados}$	Representa a produtividade da mão-de-obra com relação ao valor adicionado produzido pela entidade. O quanto cada empregado contribui com o VA.
Grau de riqueza produzida em transferência	$\frac{VA\ recebido\ em\ transferência}{Valor\ Adicionado\ a\ distribuir}$	Expõe o quanto do valor adicionado total a ser distribuído foi produzido por outra entidade e transferido à cooperativa.
Grau de capacidade de produzir riqueza	$\frac{VA\ líquido\ gerado\ pela\ Cooperativa}{Valor\ Adicionado\ a\ distribuir}$	Expressa o quanto de valor adicionado líquido produzido pela entidade representa no valor adicionado total a ser distribuído.
Valor adicionado pelo ato cooperado	$\frac{VA\ pelo\ ato\ cooperado}{Valor\ Adicionado\ a\ distribuir}$	Expõe o quanto do VA a ser distribuído é proveniente do ato cooperado.
<b>Distribuição de Riqueza - adaptado por Londero (2015, p. 139)</b>		
Participação dos empregados no valor adicionado	$\frac{Pessoal}{Valor\ Adicionado\ a\ distribuir}$	Evidencia a participação do grupo relacionado aos empregados da cooperativa no valor adicionado a ser distribuído. Relevante para a consideração do impacto socioeconômico na região.
Participação do governo no valor adicionado	$\frac{Impostos,\ taxes\ e\ contribuições}{Valor\ Adicionado\ a\ distribuir}$	Expõe o quanto do valor adicionado a ser distribuído é destinado ao governo por meio dos tributos. De forma indireta também demonstra o impacto socioeconômico da cooperativa na região, já que tais valores são convertidos pelo governo em ações para a região.

Participação de terceiros no valor adicionado	<i>Rem. de capital de terceiros</i> <i>Valor Adicionado a distribuir</i>	Demonstra qual a participação da remuneração de capital de terceiros na distribuição de valor.
Participação os investimentos socioambientais no valor adicionado	<i>Investimentos Socioambientais</i> <i>Valor Adicionado a distribuir</i>	Evidencia ao usuário da informação o quanto do valor adicionado é distribuído a comunidade por meio das ações sociais e ambientais realizadas pela cooperativa. Relevante para a consideração do impacto socioeconômico na região.
Participação das sobras no valor adicionado	<i>Distribuição e retenção das sobras</i> <i>Valor Adicionado a distribuir</i>	Representa a participação das sobras, sejam elas distribuídas aos cooperados ou retidas pela cooperativa, no valor adicionado a ser distribuído.
Participação do cooperado no valor adicionado	<i>Retornos econômicos aos cooperados</i> <i>Valor Adicionado a distribuir</i>	Demonstra o quanto do valor adicionado distribuído pela cooperativa chega ao cooperado. As sobras distribuídas resultam da soma dos valores de assistência técnica, assistência educacional, juros sobre o capital social e sobras distribuídas. Relevante para a consideração do impacto socioeconômico na região.
Grau de retenção do valor adicionado	<i>Retenção de sobras</i> <i>Valor Adicionado a distribuir</i>	Por meio desse indicador se obtém a informação de quanto do valor adicionado distribuído é retido na cooperativa. Os valores destinados a reserva e a disposição da Assembleia Geral.
<b>Distribuição de Riqueza e Realização da Rates - elaborado por Londero (2015, p. 140)</b>		
Participação do Rates no valor adicionado	<i>Rates realizada</i> <i>Valor Adicionado a distribuir</i>	Demonstra o quanto de valor adicionado a distribuir é destinado para a Rates, ou seja, para assistência educacional, social e técnica.
Participação da assistência educacional no valor adicionado	<i>Assistência educacional</i> <i>Valor Adicionado a distribuir</i>	Evidencia o quanto de valor adicionado a ser distribuído é destinado para a realização de assistência educacional de seus empregados e associados. Esse indicador é relevante para a consideração do impacto socioeconômico na região.
Participação da assistência social no valor adicionado	<i>Assistência social</i> <i>Valor Adicionado a distribuir</i>	Através desse índice torna-se possível a verificação de quanto do valor adicionado é empregado nas contribuições sociais prestadas à comunidade e seus associados pela cooperativa. Relevante para a consideração do impacto socioeconômico na região.
Participação da contribuição ambiental no valor adicionado	<i>Contribuição Ambiental</i> <i>Valor Adicionado a distribuir</i>	Esse índice permite a verificação da relação existente entre a contribuição ambiental realizada pela cooperativa e o valor adicional a distribuir.
Participação da assistência técnica no valor adicionado	<i>Assistência técnica</i> <i>Valor Adicionado a distribuir</i>	Permite a apuração da porcentagem de valor adicionado que é destinada a assistência técnica que a cooperativa presta ao cooperado como uma das formas de retorno.

Legenda: VA – Valor Adicionado; med. – Média entre o período observado e o anterior.

Fonte: Adaptado de Londero (2015).

Para Londero (2015), os índices permitem a apreciação de quanto cada item contribui para a geração de riqueza e distribuição entre aqueles que interagem com a cooperativa, possibilitando, também, verificar o seu ambiente interno, cujas informações podem ser obtidas no Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Sobras e Perdas e, também, em relatórios gerenciais.



### 3. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Este capítulo do trabalho apresenta a estratégia metodológica adotada para realização da pesquisa.

**Quadro 8 - Estratégia metodológica**

<u>Estratégia</u>	<u>Objetivos Específicos</u>	<u>Procedimento</u>	<u>Técnica de Análise</u>
<b>Estudo de Caso</b>	(i) identificar as principais ações realizadas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural da sustentabilidade, no contexto organizacional;	Investigação em material teórico, compreendendo o máximo da bibliografia de domínio público em relação ao assunto estudado para, a partir da leitura e análise, descobrir qual o formato, as características e as informações fundamentais que devem compor a proposta de Balanço Social nas dimensões mencionadas no universo dos EES.	Revisão Integrativa da Literatura – Análise de conteúdo (Bardin, 2016)
	(ii) propor um modelo de Balanço Social que evidencie os principais aspectos e ações que envolvem os EES nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural da Sustentabilidade;	Elaboração do Balanço Social, utilizando como fonte de informações os documentos de constituição, as atas, os relatórios gerenciais analíticos e sintéticos, as demonstrações contábeis e todos àqueles necessários ao preenchimento dos dados, além de entrevista e a observação participante.	Apresentação do modelo com a descrição das informações necessárias ao preenchimento do Balanço Social.
	(iii) aplicar o modelo de Balanço Social proposto à Cooperativa objeto do estudo de caso;	Avaliação dos dados para compreensão dos eventos relacionados, por meio de indicadores.	Elaboração e avaliação seguindo as orientações de De Luca (1998); Kroetz (2000); Tinoco (2001); Ricarte (2005); Tinoco e Kraemer (2011); Londero (2015) e Gelbke et al. (2018).
	(iv) avaliar as informações contidas no Balanço Social da cooperativa estudada por meio de indicadores fundamentados na literatura sobre o assunto.		

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Conforme apresentado no Quadro 8, realizou-se a Revisão Integrativa da Literatura para extrair elementos do universo da Economia Solidária nas dimensões da sustentabilidade (ambiental, social, econômica e cultural) que combinados com o Referencial Teórico da pesquisa na área contábil, possibilitou o desenvolvimento de um Modelo de Balanço Social aplicável a Empreendimentos Econômicos Solidários, como uma Cooperativa Agropecuária formada por agricultores familiares, objeto do Estudo de Caso. Em seguida, o demonstrativo foi preenchido e adaptado às especificidades e ao contexto no qual a instituição está inserida,

sendo, portanto, utilizado como instrumento para apresentação dos dados obtidos em documentos, relatórios gerenciais e contábeis, informações coletadas por meio de Entrevistas e Observação Participante. Ao final, realizou-se a avaliação do Balanço Social por meio de indicadores presentes na literatura. Os procedimentos adotados encontram-se detalhados adiante.

### 3.1 TIPO DE PESQUISA

De acordo com Godoy (1995), a pesquisa se caracteriza como um esforço cuidadoso para a descoberta de novas informações ou relações para a verificação e ampliação do conhecimento existente.

Nesse sentido, do ponto de vista do método, trata-se uma pesquisa qualitativa, que é caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos (MARTINS; THEÓPHILO, 2016) oferecendo descrições ricas e bem fundamentadas, além de explicações sobre processos em contextos locais identificáveis (VIEIRA; ZOUAIN, 2009). Não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem empregar instrumental estatístico na análise dos dados. Assim, tem o ambiente natural como fonte de dados e o pesquisador como instrumento fundamental (GODOY, 1995).

Vieira e Zouain (2009, p. 18), enfatizam que:

[...] a pesquisa qualitativa é frequentemente criticada por ser muito subjetiva, em contraste com a alegada objetividade da pesquisa quantitativa. É verdade, de fato, que a pesquisa qualitativa tem, em geral, uma dimensão subjetiva maior. No entanto, isso não significa que procedimentos científicos não possam ser estabelecidos.

Para Vieira e Zouain (2009), a definição apresentada nas perguntas, nos conceitos e nas variáveis aliada a uma descrição detalhada dos procedimentos de campo garantem à pesquisa qualitativa uma certa “objetivação” do fenômeno estudado, permitindo, até mesmo, replicação. Ainda oferece um maior grau de flexibilidade ao pesquisador para a adequação da estrutura teórica ao estudo do fenômeno administrativo e organizacional que deseja.

A pesquisa é classificada como Estudo de Caso, que segundo Yin (2005) é uma estratégia de pesquisa abrangente – tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos. Trata-se de uma investigação empírica de fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real.

Gil (2002), entende que é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada e consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu

amplo e detalhado conhecimento. Para Martins e Theóphilo (2016) essa estratégia pede avaliação qualitativa, pois é o estudo de uma unidade social que se analisa profunda e intensamente.

Embora existam objeções ao seu uso por conta da dificuldade de generalização, Gil (2002, p. 55) argumenta que “[...] os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.”

Sobre esse assunto, Yin (2005) esclarece que os estudos de caso, da mesma forma que os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos. O objetivo é fazer uma análise “generalizante” e não “particularizante”. Mesmo entendimento de Major (2017, p. 176), quando afirma, sob a perspectiva da Contabilidade, que a estratégia de estudo de caso:

[...] analisa o particular e o específico com o objetivo de compreendê-lo e construir teorias. Embora não proporcionem generalizações estatísticas, os estudos de caso possibilitam, por meio de sua replicação (procedimento típico da lógica experimental), confirmar se as ilações teóricas produzidas anteriormente são explicativas das práticas observadas. Nesse sentido, é habitual afirmar que o método de estudo de caso produz generalizações, mesmo que de natureza teórica (ou analítica).

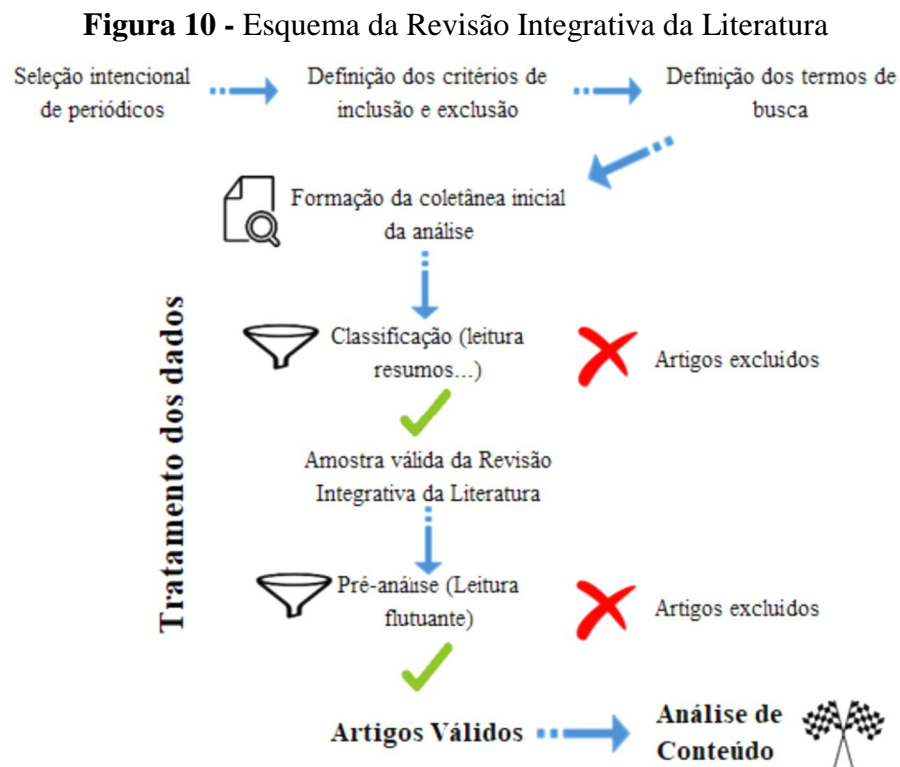
Ainda de acordo com Major (2017), existem diversos testes que possibilitam avaliar se um estudo é ou não crível: o critério da autenticidade (relacionado à existência de evidências de que o pesquisador esteve em campo e recolheu informação sobre os processos em estudo); o critério da plausibilidade (o qual avalia a possibilidade dos argumentos serem apresentados de forma lógica a quem os analisa) e, ainda, o critério da relevância (se a pesquisa contribui para o conhecimento teórico e empírico) são os principais utilizados para testar a credibilidade nesse tipo de pesquisa.

Diante disso, para este trabalho, o Estudo de Caso é do tipo único (holístico) com fundamento lógico no caso típico (YIN, 2005), pois permite capturar as circunstâncias e condições da interação da Cooperativa Agropecuária com a sociedade e o meio ambiente à luz da Contabilidade, partindo do princípio que as lições que forem apreendidas fornecerão informações sobre as experiências da instituição estudada.

## 3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 3.2.1 Revisão Integrativa da Literatura

Para atender o objetivo geral da pesquisa, inicialmente foi realizada a Revisão Integrativa da Literatura (KUH N et al., 2018; SANTOS, 2018; SILVA et al., 2017) no intuito de identificar quais são as principais ações realizadas pelos EES nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural da sustentabilidade, no contexto organizacional e, a partir disso, extrair elementos que podem compor um Balanço Social. O esquema abaixo demonstra resumidamente como foi conduzida as atividades relacionadas a esta etapa do trabalho.



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

A primeira etapa consistiu na seleção intencional de periódicos de instituições brasileiras na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), focados na divulgação da produção científica que objetivam disseminar o conhecimento, promover a reflexão e a discussão ou algo similar de temas relacionados ao Desenvolvimento Regional e Local, Sustentabilidade, Organizações, Sociedade e Meio Ambiente (Tabela 1).

**Tabela 1 - Periódicos Seleccionados**

<b>Periódico</b>	<b>ISSN</b>
Cadernos EBAPE	1679-3951
Cadernos do CEAS - Revista Crítica de Humanidades	2447-861x
Caminho Aberto: Revista de Extensão Rural do IFSC	2359-0580
Dados - Revista de Ciências Sociais	0011-5258
Desenvolvimento e Meio Ambiente	1518-952x
Desenvolvimento em Questão	2237-6453
Desenvolvimento Regional em Debate	2237-9029
Economia e Sociedade	1982-3533
Elo Diálogos em Extensão	2317-5451
Estudos sociedade e agricultura	1413-0580
Extensão Rural	1415-7802
Gestão e Desenvolvimento em contexto	1982-3266
Guaju: Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável	2447-4096
Interações (Campo Grande) - Revista Internacional de Desenvolvimento Local	1984-042X
Journal on Innovation and Sustainability	2179-3565
Katálysis	1982-0259
Mix Sustentável	2447-0899
Organizações & Sociedade	1984-9230
Organizações Rurais & Agroindustriais – Revista de Administração da UFPA	2238-6890
Organizações e Sustentabilidade	2318-9223
Reunir: Revista de Administração, Contabilidade, e Sustentabilidade	2237-3667
Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional	2317-5443
Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento	2317-2363
Revista de Administração Contemporânea	1982-7849
Revista de Administração de Empresas	2178-938x
Revista de Administração do Mackenzie	1678-6971
Revista de Desenvolvimento Econômico	1516-1684
Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade	2316-9834
Revista de Gestão e Organizações Cooperativas	2446-7103
Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate	2446-5496
Revista em Agronegócio e Meio Ambiente	1981-9951
Revista Gestão e Desenvolvimento	1807-5436
Outra Economia - Revista Latinoamericana de Economia Social y Solidária	1851-4715
Revista Metropolitana de Sustentabilidade	2318-3233
Revista Organizações e Democracia	1519-0110
Revista Paranaense de Desenvolvimento	0556-6916
Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável	1981-8203
Sustentabilidade em Debate	2177-7675
Revista Ciência em Extensão	1679-4605
Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos	2448-0460

Fonte: Plataforma Sucupira – Portal Capes (2018).

A busca pelos artigos foi desenvolvida nos meses de dezembro de 2018 a janeiro de 2019, por acesso online nos sites dos periódicos e pesquisou-se em cada banco de dados o termo exato [Economia Solidária].

Entre os critérios definidos para a inclusão das publicações estão os estudos que trataram especificamente do tema [Economia Solidária], veiculadas no idioma português e

disponíveis eletronicamente para download nos sites dos periódicos selecionados, publicados no período de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2018, tipificados como artigos científicos, justificando-se por ampliar o horizonte de publicações sobre a temática e incorporar à busca, o maior número possível de artigos. Não se fez restrição quanto ao índice de impacto dessas publicações e o conceito Qualis Capes usado para qualificar a produção científica brasileira, pois se desejava alcançar uma visão mais ampla, sem o filtro dos critérios editoriais.

Foram excluídas as publicações identificadas como editoriais, resenhas, conferências, transcrição de entrevistas, versões impressas de artigos, bem como aqueles publicados fora do período mencionado.

Como meio de sistematizar os achados, foi elaborada uma planilha Excel, com o ano de edição, o título, autor(es) e as palavras-chave do artigo. Essa forma possibilitou a organização dos artigos relacionados com o termo de busca [Economia Solidária].

Na Tabela 2 é apresentado o número de publicações por quadriênio de cada periódico onde foram localizados 216 artigos no conjunto de periódicos selecionados compondo assim, a coletânea inicial da análise.

**Tabela 2 - Coletânea inicial da Análise**

Periódico	Quantidade			Total
	2007 a 2010	2011 a 2014	2015 a 2018	
Cadernos do CEAS - Revista Crítica de Humanidades	1	0	3	4
Cadernos EBAPE	3	3	7	13
Caminho Aberto: Revista de Extensão Rural do IFSC	0	0	4	4
Dados - Revista de Ciências Sociais	4	3	0	7
Desenvolvimento e Meio Ambiente	0	0	3	3
Desenvolvimento em Questão	1	3	8	12
Desenvolvimento Regional em Debate	0	0	3	3
Economia e Sociedade	1	0	0	1
Elo Diálogos em Extensão	0	3	1	4
Estudos sociedade e agricultura	1	0	2	3
Extensão Rural	0	2	0	2
Gestão e Desenvolvimento em contexto	0	0	2	2
Guaju: Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável	0	0	3	3
Interações (Campo Grande) - Revista Internacional de Desenvolvimento Local	0	4	4	8
Katálysis	11	0	0	11
Mix Sustentável	0	0	1	1
Organizações & Sociedade	2	3	2	7
Organizações e Sustentabilidade	0	2	2	4
Organizações Rurais & Agroindustriais – Revista de Administração da UFLA	0	1	1	2
Outra Economía - Revista Latinoamericana de Economia Social y Solidária	19	32	18	69
Reunir: Revista de Administração, Contabilidade, e Sustentabilidade	0	0	1	1
Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos	0	0	1	1
Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional	0	1	1	2

Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento	0	1	5	6
Revista Ciência em Extensão	0	0	1	1
Revista de Administração do Mackenzie	0	1	1	2
Revista de Desenvolvimento Econômico	0	2	2	4
Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade	0	0	1	1
Revista de Gestão e Organizações Cooperativas	0	2	7	9
Revista de Inovação e Sustentabilidade (RISUS)	0	1	0	1
Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate	0	0	1	1
Revista em Agronegócio e Meio Ambiente	0	2	3	5
Revista Metropolitana de Sustentabilidade	0	2	2	4
Revista Organizações e Democracia	2	4	4	10
Revista Paranaense de Desenvolvimento	0	1	1	2
Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável	0	2	0	2
Sustentabilidade em Debate	0	0	1	1
<b>Total Geral</b>	<b>45</b>	<b>75</b>	<b>96</b>	<b>216</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

### 3.2.1.1 Tratamento dos Dados

A partir da coletânea inicial da análise, a segunda etapa consistiu na sua classificação por meio da leitura minuciosa, inicialmente realizada nos títulos, palavras-chave e resumo que contemplassem os termos [Desenvolvimento Sustentável] e/ou [Sustentabilidade] para posteriormente realizar a leitura na íntegra dos artigos. Assim, foram pré-selecionados prioritariamente aqueles relacionados aos termos mencionados, e posteriormente, fez-se a seleção dos artigos de acordo com seu resumo, sendo descartados 170 artigos pois não tinham relação direta com o objetivo do trabalho.

Desse modo, foram agrupados numa planilha Excel 46 artigos, conforme a Tabela 3, entre os quais 13 foram classificados por aproximação, pois não continham os termos pesquisados em sua totalidade, no entanto, foram considerados, pois os resumos apresentaram termos análogos aos inicialmente propostos para a seleção, compondo assim, uma amostra válida da revisão integrativa de literatura, admitidos nos critérios iniciais de inclusão, oriundos dos periódicos selecionados, os quais foram posteriormente submetidos à análise categorial (BARDIN, 2016).

**Tabela 3 - Artigos pré-selecionados**

<b>Periódico</b>	<b>Seleção por Aproximação</b>	<b>Seleção a partir das palavras-chave</b>	<b>Seleção a partir do Título</b>	<b>Total</b>
Cadernos do CEAS - Revista Crítica de Humanidades			1	1
Cadernos EBAPE			1	1
Dados - Revista de Ciências Sociais	1			1
Desenvolvimento e Meio Ambiente			1	1
Desenvolvimento em Questão	1		2	3
Desenvolvimento Regional em Debate			1	1
Extensão Rural			1	1
Guaju: Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável		2		2
Interações (Campo Grande) - Revista Internacional de Desenvolvimento Local	1		1	2
Organizações & Sociedade			1	1
Organizações e Sustentabilidade		1	1	2
Organizações Rurais & Agroindustriais – Revista de Administração da UFLA			2	2
Outra Economía - Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidária	3		4	7
Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos			1	1
Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional	1			1
Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento	2		1	3
Revista de Desenvolvimento Econômico	1	1		2
Revista de Gestão e Organizações Cooperativas	1	1	2	4
Revista de Inovação e Sustentabilidade (RISUS)		1		1
Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate	1			1
Revista Metropolitana de Sustentabilidade	1	1	2	4
Revista Organizações e Democracia		1		1
Revista Paranaense de Desenvolvimento			1	1
Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável			2	2
<b>Total Geral</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>25</b>	<b>46</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Para tanto, inicialmente, os artigos foram baixados em formato .PDF, inseridos no Software ATLAS.ti 8.3 (que tem o objetivo de buscar, categorizar, organizar e registrar dados qualitativos), codificados de D-47 a D-92 e depois pré-analisados por meio da realização de leitura flutuante (intuitiva, aberta a todas as ideias, reflexões, hipóteses) com o intuito de separar os 46 artigos e deduzir certos dados que dizem respeito à: Dimensão Social da Sustentabilidade – S-DS; Dimensão Ambiental da Sustentabilidade – S-DA; Dimensão Econômica da Sustentabilidade – S-DE; Dimensão Cultural da Sustentabilidade – S-DC.

A partir disso, constatou-se que dos 46 artigos pré-analisados, 33 não atendiam e/ou não tinham relação direta com os objetivos deste estudo, sendo categorizados como: Não aborda aspectos das Dimensões da Sustentabilidade na Economia Solidária – S-NS. Nesse sentido,



foram descartados da análise, restando assim, 13 artigos delimitados à análise de conteúdo, cuja categorização subsidiou a fase de descrição e o esclarecimento dos trechos difusos, ambíguos ou contraditórios.

Em seguida, explorou-se sistematicamente o material, por meio da leitura integral dos 13 artigos incluídos nas categorias mencionadas. Por fim, realizou-se a inferência (dedução de maneira lógica) e a interpretação (itens de significação) dos 13 artigos sistematizados por tratarem das principais ações realizadas pelos EES nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural da sustentabilidade, no contexto organizacional. Ressalta-se que dos 13 artigos apreciados, 11 eram trabalhos teóricos e dois estudos empíricos, predominando a categoria Dimensão Ambiental da Sustentabilidade – S-DC (Tabela 4).

**Tabela 4 - Artigos Analisados**

Periódico Categoria	Quantidade		
	Empírico	Teórico	Total
<b>Cadernos EBAPE</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Dimensão Ambiental da Sustentabilidade – S-DA; Dimensão Cultural da Sustentabilidade – S-DC		1	1
<b>Desenvolvimento Regional em Debate</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Dimensão Econômica da Sustentabilidade – S-DE; Dimensão Social da Sustentabilidade – S-DS		1	1
<b>Guaçu: Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável</b>	<b>1</b>		<b>1</b>
Dimensão Ambiental da Sustentabilidade – S-DA	1		1
<b>Interações (Campo Grande) - Revista Internacional de Desenvolvimento Local</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Dimensão Social da Sustentabilidade – S-DS		1	1
<b>Organizações &amp; Sociedade</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Dimensão Cultural da Sustentabilidade – S-DC; Dimensão Econômica da Sustentabilidade – S-DE; Dimensão Ambiental da Sustentabilidade – S-DA		1	1
<b>Organizações e Sustentabilidade</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
Dimensão Econômica da Sustentabilidade – S-DE		1	1
Dimensão Econômica da Sustentabilidade – S-DE; Dimensão Ambiental da Sustentabilidade – S-DA	1		1
<b>Organizações Rurais &amp; Agroindustriais – Revista de Administração da UFPA</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Dimensão Ambiental da Sustentabilidade – S-DA; Dimensão Social da Sustentabilidade – S-DS		1	1
<b>Outra Economia - Revista Latinoamericana de Economia Social y Solidária</b>		<b>2</b>	<b>2</b>
Dimensão Econômica da Sustentabilidade – S-DE		1	1
Dimensão Ambiental da Sustentabilidade – S-DA; Dimensão Social da Sustentabilidade – S-DS; Dimensão Cultural da Sustentabilidade – S-DC		1	1
<b>Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Dimensão Ambiental da Sustentabilidade – S-DA		1	1
<b>Revista de Inovação e Sustentabilidade (RISUS)</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Dimensão Ambiental da Sustentabilidade – S-DA		1	1
<b>Revista verde de agroecologia e desenvolvimento sustentável</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Dimensão Ambiental da Sustentabilidade – S-DA; Dimensão Social da Sustentabilidade – S-DS		1	1
<b>Total Geral</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>13</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Conforme Bardin (2016, p. 46) “[...] a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”. Em outras palavras, possibilita a melhor compreensão do pensamento do sujeito por meio do conteúdo expresso no texto. Logo, esse procedimento permitiu a extração de elementos que serviram de subsídio para a composição do modelo de Balanço Social com informações inerentes aos EES, cujas especificidades dos resultados obtidos estão aprofundadas na seção 4.1 do trabalho.

### **3.2.2 Processo de composição do Balanço Social**

Com base nas informações obtidas na realização da etapa descrita anteriormente e do referencial teórico da pesquisa, compôs-se um modelo de Balanço Social que evidencia os principais aspectos e ações que envolvem os EES nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural da Sustentabilidade. Sendo assim, seu formato, desenvolvido com apoio do Microsoft Excel® apresentado na Seção 4.2, é resultado da união entre os resultados da Revisão Integrativa da Literatura e dos modelos existentes na literatura contábil sobre o assunto, tendo sua estrutura modificada com suporte no modelo de DVA proposto por Londero (2015), segregando os dados relativos aos atos cooperativos dos atos não cooperativos, mas respeitando as especificidades e o contexto em que os EES estão inseridos, especialmente as cooperativas.

### **3.2.3 Procedimento de aplicação e avaliação do modelo de Balanço Social proposto**

De acordo com Creswell (2010), a ideia que está por trás da pesquisa qualitativa é a seleção intencional de locais ou daqueles que participarão da pesquisa que melhor ajudarão o pesquisador a entender o problema e a questão em estudo. Nesse sentido, para a realização do estudo de caso, optou-se pela seleção de uma amostra não probabilística por conveniência. Para tanto, pesquisou-se, via internet, instituições que promovem projetos de desenvolvimento e convivência com o Semiárido, com o intuito de obter informações relevantes e significativas para o trabalho, bem como a indicação de cooperativas agropecuárias formadas por agricultores familiares que não dispõem de Balanço Social e que se mostrassem viáveis na obtenção de dados de maneira analítica.

Em vista disso, chegou-se ao Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), uma Organização não governamental sediada em Juazeiro, na Bahia. Por meio de seus vários projetos, a instituição oferece soluções que respeitam o conhecimento empírico das populações que habitam em Territórios da Cidadania de sua área de atuação. Durante a visita à página da entidade na internet, foi possível verificar dentre suas instituições parceiras<sup>8</sup>, a Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc), sediada na cidade de Uauá, BA, no Semiárido brasileiro.

Na sequência, ao acessar a página eletrônica da Coopercuc<sup>9</sup>, constatou-se que a mesma atendia aos requisitos definidos na pesquisa e viável para a obtenção dos dados de maneira analítica.

O passo seguinte foi obter a concordância para realização do trabalho. Para tanto, inicialmente foi realizada uma visita à cidade de Uauá, BA, em abril de 2018, por ocasião da 10ª Edição do Festival do Umbu, promovido anualmente pela cooperativa, em parceria com diversas organizações. Durante a visita, foi possível constatar o genuíno interesse de seus gestores na condução de ações de preservação e conservação da biodiversidade do Bioma Caatinga. A Coopercuc é especializada na produção de alimentos originados desse bioma e que rompe atuais paradigmas para se colocar como vetor de desenvolvimento sustentável das comunidades por ela abrangidas, além da geração de emprego e renda, por meio da Economia Solidária.

Foi possível, também, manter um contato inicial com um dos membros da diretoria para analisar a possibilidade da realização da pesquisa. Posteriormente, o pedido foi formalizado por e-mail à diretoria, que demonstrou interesse em conhecer o trabalho.

Em seguida, foi realizada uma primeira reunião em julho de 2018, com o intuito de apresentar detalhadamente o projeto e analisar a viabilidade do trabalho na organização. A proposta foi socializada com os demais membros da Diretoria, que concordaram com a sua realização mediante assinatura da CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL (Apêndice A), para garantir a utilização dos dados coletados somente para fins de pesquisa científica e a responsabilização pelo sigilo dos dados que porventura não pudessem ser divulgados, evitando-se, assim, o comprometimento do resultado do trabalho.

---

<sup>8</sup> <https://irpaa.org/modulo/parceiros>

<sup>9</sup> <http://www.Coopercuc.com.br/>

Assim, a Coopercuc viabilizou a obtenção, coleta, tratamento e a geração de informações, disponibilizando os documentos, demonstrativos contábeis e relatórios gerenciais necessários ao preenchimento do Balanço Social. Além disso, optou-se por utilizar pesquisas científicas desenvolvidas com apoio da entidade para melhor compreensão das suas características e atuação local.

De forma complementar, realizou-se uma entrevista, em abril de 2019, com um dos diretores da Cooperativa no intuito de obter informações sobre a forma de gestão e organização da mesma, considerando-se: (i) aspectos gerais (localização, área de atuação, formas de organização e constituição); (ii) aspectos relacionados ao processo produtivo (produção, estrutura para escoamento da produção); (iii) aspectos comerciais (principais produtos, formas de comercialização, parceiros); (iv) informações relevantes no que se refere a interação com a comunidade e o meio ambiente. O objetivo também foi esclarecer possíveis incoerências acerca dos dados encontrados em documentos e relatórios.

Para a entrevista, utilizou-se um roteiro semiestruturado de perguntas (Apêndice B), que de acordo com Triviños (1987), ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o entrevistado alcance a liberdade e a espontaneidade, enriquecendo a investigação. Desta forma, utilizando perguntas abertas, o entrevistado dissertou sobre cada temática apresentada, sem respostas ou condições prefixadas pela pesquisadora. A entrevista foi gravada e imediatamente transcrita, conforme orienta Triviños (1987). A sistematização das respostas foi realizada por meio do uso de “planilhas para coleta de dados” conforme orientado por Yin (2005), facilitando a compreensão das informações obtidas durante esse procedimento. As respostas que apresentaram congruência foram cruzadas e unidas para apresentação.

Por meio das visitas realizadas *in loco* (nos meses de abril e junho de 2019), foi possível observar a forma como a cooperativa se relaciona com a comunidade e pratica a preservação e conservação da biodiversidade local, o que permitiu entender o funcionamento dos registros relacionados a esses eventos. Nesse caso, a observação foi participante, contudo, em um nível que permitiu à pesquisadora apenas assistir e ter acesso a dados potencialmente importantes e úteis. Utilizou-se, para isso, um protocolo de observação do tipo semiestruturado (aberto a novas categorias) que norteou o que observar, ao mesmo tempo em que possibilitou o registro e anotações, com vistas à garantia da validade e confiabilidade do material levantado, conforme orienta Ferreira et al. (2012).

Conforme salienta Yin (2005, p. 126) o “[...] uso de várias fontes de evidências permite que o pesquisador se dedique a uma ampla diversidade de questões históricas,

comportamentais e de atitudes, favorecendo a triangulação de dados[...]”, caracterizando, portanto, “[...] a coleta de informações de várias fontes, mas tendo em vista a corroboração do mesmo fato ou fenômeno”, ilustrado na Figura 11.

**Figura 11** - Triangulação dos dados



Fonte: Adaptado de Yin (2005).

O processo de triangulação de dados foi utilizado para evitar ameaças à validade interna inerente à forma como os dados dessa investigação foram coletados (CALADO; FERREIRA, 2005).

Ao mesmo tempo, foram avaliadas as informações do Demonstrativo, por meio da extração de indicadores fundamentados na literatura sobre o assunto que permitiram analisar as interações sociais e ambientais evidenciados na forma de um Balanço Social, os procedimentos utilizados na preparação e comunicação das informações, bem como a influência que as mesmas exerceram no contexto organizacional e a implementação de novas posturas administrativas na Cooperuc.

Deste modo, entende-se que a combinação de várias técnicas tornou-se adequada para a análise crítica da realidade, visto que surge como uma estratégia de diálogo entre as áreas distintas de conhecimento, onde, agregando múltiplos pontos de vista, seja por meio das ilações teóricas ou a visão dos informantes da pesquisa e do acervo documental, possibilitou um nível de detalhes sobre a cooperativa estudada que subsidiou a etapa de avaliação.

### 3.3 PROCEDIMENTO ÉTICOS

Os aspectos éticos foram observados durante todo o processo de realização da pesquisa, evitando-se o comprometimento dos resultados do estudo que atende satisfatoriamente a todos os critérios de análise ética, conforme parecer consubstanciado emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), sob o número 06681019.7.0000.5196.

Enfatiza-se que a forma de apresentação dos dados e o conteúdo dos resultados obtidos na Seção 4.3 passaram por avaliação prévia da Diretoria da Coopercuc, que autorizou a publicação na íntegra.

#### 4. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo do trabalho tem a finalidade de apresentar a análise dos resultados, tomando por base as evidências obtidas em consonância com a estratégia metodológica adotada.

##### 4.1 ANÁLISE DO CONTEÚDO CATEGORIAL

Inicialmente, utilizando-se o Software ATLAS.ti®, foi possível identificar os termos frequentemente utilizados nos 13 artigos analisados, por meio da formação de uma nuvem de palavras (Figura 12).



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

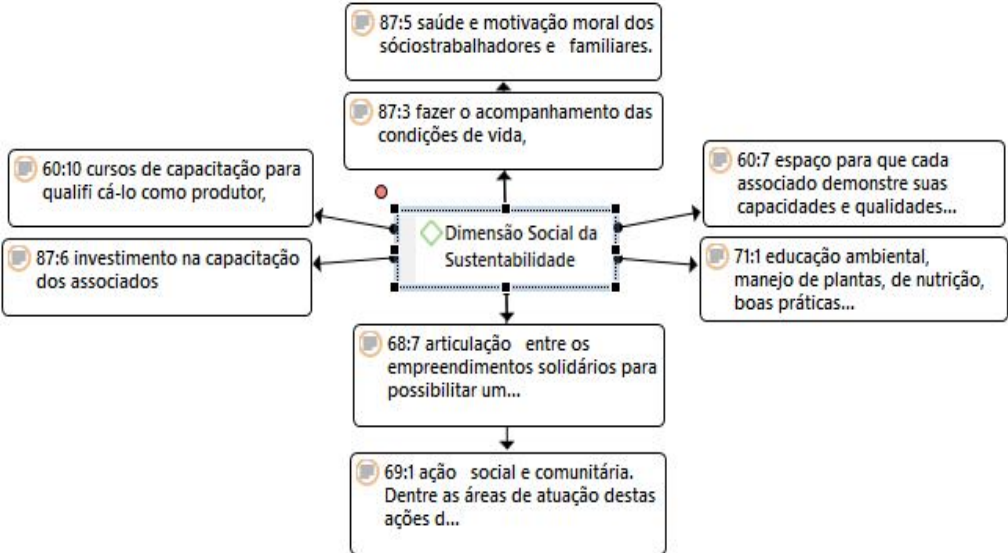
Observa-se que há predominância de termos relacionados à dimensão ambiental da sustentabilidade entre os artigos examinados.

Para identificar quais são as principais ações realizadas pelos EES nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural da sustentabilidade, no contexto organizacional, resolveu-se agrupar as contribuições extraídas da literatura analisada, e a partir disso, apresentar elementos componentes para um Balanço Social. Nesse sentido, os quadros a seguir demonstram como as informações obtidas a partir das citações dos artigos examinados podem ser evidenciadas no Balanço Social, incluindo inferências sobre as fontes de informações (Relatórios, Estatutos, Listas de presença, entre outros), temas-chave e os parâmetros (quantitativos e/ou qualitativos) que podem ser utilizados para demonstrar a forma como o EES desempenha sua função na sociedade e sua relação com os diferentes públicos. Em alguns

momentos são reproduzidos recortes dos artigos, com o objetivo de compreender o que é proposto em relação aos componentes do Balanço Social.

O Quadro 9 são apresentados os componentes do Balanço Social na Dimensão Social da Sustentabilidade, no qual o EES pode evidenciar as ações implementadas pertinentes à área de educação, cidadania e qualidade de vida dos associados, bem como da transformação social em benefício da comunidade.

**Quadro 9 - Componente do Balanço Social – Dimensão Social da Sustentabilidade**

Categoria de Análise:	Dimensão Social da Sustentabilidade – S-DS	
	 <p>O diagrama centraliza a 'Dimensão Social da Sustentabilidade' em um retângulo com pontos de conexão para várias ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>87:5 saúde e motivação moral dos sócio-trabalhadores e familiares.</li> <li>87:3 fazer o acompanhamento das condições de vida,</li> <li>60:7 espaço para que cada associado demonstre suas capacidades e qualidades...</li> <li>71:1 educação ambiental, manejo de plantas, de nutrição, boas práticas...</li> <li>68:7 articulação entre os empreendimentos solidários para possibilitar um...</li> <li>69:1 ação social e comunitária. Dentre as áreas de atuação destas ações d...</li> <li>60:10 cursos de capacitação para qualifi cá-lo como produtor,</li> <li>87:6 investimento na capacitação dos associados</li> </ul>	
<b>Componente do Balanço Social:</b>	<b>Contextualização (objetivo)</b>	
	<b>Tema-chave:</b>	<b>Fonte de informação:</b>
<b>Referências:</b>	<b>Parâmetro (medida/critério/fator/indicador):</b>	
<b>1. Capacitação dos associados, trabalhadores e da direção</b>	Demonstra as ações educativas do EES que promovem desenvolvimento dos associados, trabalhadores e da direção.	
Feitosa e Landim (2013) Mourão e Engler (2014) e Schneider (2015);	Educação Cidadania	Lista de Presença, Pesquisa de Satisfação, Relatórios
<b>2. Promoção do bem-estar dos associados</b>	Evidencia as ações de monitoramento da qualidade de vida, saúde e bem-estar dos associados/cooperados	
Feitosa e Landim (2013) Medeiros e Cunha (2012)	Qualidade de Vida	Lista de Presença, Relatórios, Atas de Reunião.
<b>3. Promoção de articulação com outros EES</b>	Demonstra as articulações realizadas com os demais EES para geração de trabalho e renda em benefício dos associados e da comunidade de seu entorno	
Conceição et al. (2015)	Transformação Social	Lista de Presença, Atas de Reunião.
	a) Número de articulações realizadas b) Descrição das principais articulações realizadas c) Avaliação dos impactos sobre a comunidade	

Fonte: Elaborado pela autora (2019)



Feitosa e Landim (2013, p. 46), enfatizam a importância de se fazer investimentos na capacitação dos associados, sendo fundamental para “[...] garantir a excelência na qualidade dos produtos oferecidos [...]”, ao passo que Mourão e Engler (2014, p. 335) citam as capacitações ofertadas para as comunidades do projeto estudado por Hoehne et al. (2010):

[...] conteúdos de educação ambiental, manejo de plantas, de nutrição, boas práticas de produção, processamento, certificação, embalagem e comercialização solidária de base regional. Os cursos para implantação de unidades de manejo e beneficiamento enfatizaram em aulas práticas, como coletar os frutos, práticas de higienização, processamento para comercialização dos frutos in natura; fabricação de polpas e farinhas, doces, geleias, pães e bolos, embalagem e rotulagem dos produtos, entre outros, conforme Hoehne et al. (2010).

Neste contexto, Schneider (2015) entende como vantajosas essas iniciativas para comunidades, associações de produtores rurais, artesãos, cooperativas de extrativismo, pois abre espaço para que cada associado demonstre suas capacidades e qualidades, como produtor, prestador competente de serviços e prestamista consciente, na comunidade e no município no qual vive e atua.

Conceição et al. (2015, p. 204), concluiu que “[...] é necessária uma articulação entre os Empreendimentos Solidários para possibilitar uma alternativa de transformação social por meio de políticas públicas, geração de trabalho e renda”, enfatizando que “[...] iniciativas locais isoladas estão mais propensas à formação de um monopólio, contrariando os ideais de inclusão da economia solidária.”

Com relação a qualidade de vida, Feitosa e Landim (2013, p. 45) inferem que está relacionada “[...] também com o meio ambiente [...]” na medida em que “[...] não basta estar de bem com a vida e ter saúde física e mental se não há um ambiente que favoreça ainda mais a melhoria na qualidade de vida.” Logo, o EES pode atuar nas áreas de saúde, educação, cultura, assistência social, esporte, lazer, moradia e meio ambiente (MEDEIROS; CUNHA, 2012) em benefício dos cooperados/associados.

No Quadro 10 são expostos os componentes do Balanço Social na Dimensão Ambiental da Sustentabilidade, no qual o Empreendimento Econômico Solidário pode evidenciar as ações implementadas que promovam o consumo consciente de recursos naturais, a gestão dos resíduos gerados pelo processo produtivo, bem como as ações de educação e preservação ambiental.

**Quadro 10 - Componente do Balanço Social - Dimensão Ambiental da Sustentabilidade**

Categoria de Análise:	Dimensão Ambiental da Sustentabilidade – S-DA	
<b>Componente do Balanço Social:</b>	<b>Contextualização (objetivo)</b>	
	<b>Tema-chave:</b>	<b>Fonte de informação:</b>
<b>Referências:</b>	<b>Parâmetro (medida/critério/fator/indicador):</b>	
<b>4. Consumo de água e energia</b>	<p>Evidencia as ações efetivas, promovidas pelo EES para o consumo apropriado de recursos, como água e energia.</p> <p>Consumo Consciente</p> <p>Relatórios de monitoramento e controle de consumo de água e energia elétrica.</p>	
Schneider (2015); Ribeiro e Müylder (2014); Takano e Luzio-dos-Santos (2013) e Feitosa e Landim (2013)	<p>a) Quantidade consumida no período</p> <p>b) Descrição das ferramentas utilizadas para monitoramento</p> <p>c) Descrição das ações realizadas para redução do consumo</p>	
<b>5. Gestão dos resíduos sólidos</b>	<p>Evidencia as iniciativas adotadas pelo EES no tocante à coleta, tratamento e a disposição adequada dos resíduos originados do sistema de produção.</p> <p>Resíduos Sólidos</p> <p>Relatórios de monitoramento e controle dos resíduos sólidos</p>	
Schneider (2015) e Oliveira e Casagrande Jr. (2013)	<p>a) Quantidade de resíduos reaproveitados dentro do sistema produtivo</p> <p>b) Descrição das principais iniciativas implementadas</p>	
<b>6. Ações para mitigação do desperdício e descarte adequado de lixo</b>	<p>Demonstra as iniciativas implementadas que possibilitam a redução do desperdício e o descarte adequado de lixo</p> <p>Reciclagem</p> <p>Relatórios de monitoramento e controle da destinação final do lixo gerado</p>	
Bernardes et al. (2014); Medeiros e Cunha (2012); Takano e Luzio-dos-Santos (2013) e Oliveira e	<p>a) Quantidade de lixo destinado à reciclagem</p> <p>b) Descrição das principais iniciativas implementadas</p>	

Casagrande Jr. (2013)		
<b>7. Ações de conscientização Ambiental</b>	Demonstra quais ações foram implementadas em prol da difusão de práticas e comportamentos ambientalmente adequados pelos associados e a comunidade	
	Educação Ambiental	Listas de presença, Atas de reuniões, Cursos
Stock et al. (2018) e Ribeiro e Müylder (2014)	a) Número de participantes b) Número de ações realizadas c) Descrição das principais ações de conscientização realizadas	
<b>8. Ações de preservação da Biodiversidade local</b>	Demonstra as ações efetivamente implementadas para a preservação do meio ambiente e a exploração adequada dos recursos naturais em nível local	
	Preservação Ambiental	Relatórios de monitoramento e avaliação
Sena et al. (2017) e Schneider (2015)	a) Descrição das principais ações realizadas b) Avaliação dos impactos dessas ações sobre a comunidade	

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Schneider (2015, p. 102) infere que “[...] a sustentabilidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro.” Isso inclui atitudes voltadas para o consumo controlado de água, ações antipoluentes e despoluentes dos recursos hídricos, gestão eficiente de resíduos sólidos (OLIVEIRA; CASAGRANDE JÚNIOR, 2013; SCHNEIDER, 2015), redução do consumo de energia, uso de energias alternativas, captação de água da chuva, programas de coleta seletiva abrangendo a mitigação do desperdício, o descarte adequado do lixo não reciclável (BERNARDES et al., 2014; MEDEIROS; CUNHA, 2012; OLIVEIRA; CASAGRANDE JR, 2013; RIBEIRO; MÜYLDER, 2014; TAKANO; LUZIO-DOS-SANTOS, 2013) e a reutilização de produtos e bens naturais (FEITOSA; LANDIM, 2013), entre outras.

Em paralelo, ações que promovam a educação ambiental na comunidade (STOCK et al., 2018), contribuindo para a difusão de novas práticas e comportamentos ambientalmente adequados (RIBEIRO; MÜYLDER, 2014), ampliando o nível de consciência ambiental no entorno.

No Quadro 11 são apresentados os componentes do Balanço Social na Dimensão Econômica da Sustentabilidade, no qual o EES pode evidenciar as práticas utilizadas que promovam a valorização e divulgação dos produtos, a formação de redes de apoio que ampliem sua atuação e potencializem a geração de alternativas para demandas socioeconômicas, o fomento à participação dos jovens no EES e a forma de distribuição do excedente da produção e renda.

**Quadro 11 - Componente do Balanço Social – Dimensão Econômica da Sustentabilidade**

Categoria de Análise:	Dimensão Econômica da Sustentabilidade – S-DS	
<b>Componente do Balanço Social:</b>	<b>Contextualização (objetivo)</b>	
<b>Referências:</b>	<b>Tema-chave:</b>	<b>Fonte de informação:</b>
	<b>Parâmetro (medida/critério/fator/indicador):</b>	
<b>9. Valorização da produção local</b>	Evidencia as ações implementadas para valorização dos produtos locais	
Conceição et al. (2015) e Gallassi (2016)	Valorização da Produção	Relatórios gerenciais
<b>10. Formação e participação em redes de apoio</b>	Demonstra a existência de relações solidárias de comércio, troca, intercâmbio e parcerias que ampliem sua atuação e potencializem a geração de alternativas para demandas socioeconômicas	
Conceição et al. (2015); Takano e Luzio-dos-Santos (2013); Lima (2016) e Ribeiro e Müyllder (2014)	Redes de Apoio	Relatórios, Atas, Listas de presença
<b>11. Iniciativas para divulgação dos produtos em escala global</b>	Demonstra a existência de iniciativas para divulgação e comercialização dos produtos no âmbito nacional e internacional	
Conceição et al. (2015)	Divulgação de Produtos	Relatório de vendas, ações de marketing, visitantes
<b>12. Fomento à participação da juventude local</b>	Evidencia as ações de fomento à participação do Jovem visando a permanência deste, ao tempo em que contribui para a longevidade do EES	
Conceição et al. (2015)	Sucessão familiar	Relatórios, Fichas de Cadastro
<b>13. Distribuição do excedente da Produção e da Renda</b>	Demonstra como é definida a distribuição da produção e da renda gerada (destinação e partilha do excedente)	
Ribeiro e Müyllder (2014)	Igualdade e Democracia	Estatuto, Regimento Interno
	a) Descrição da forma de distribuição	

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Ribeiro e Müylder (2014, p. 591), inferem que a Economia Solidária tem “[...] função integrativa, em que os aspectos econômicos devem ser contemplados sob um prisma ampliado que destaque os componentes não utilitários da produção em si [...]”, e entre os indicadores econômicos estão as questões da repartição do excedente, distribuição da produção e da renda gerada e da prática de preços justos na cadeia produtiva, conforme cita Oliveira (2004).

Conceição et al. (2015, p. 201-202), quando mencionam a importância das redes de apoio para valorização dos produtos e serviços da agricultura cooperada, incluem as “[...] parcerias do setor privado, sociedade civil, além de organizações públicas [...]”, resultando em “[...] vantagens para os agricultores familiares [...]”, oportunidade de negócios com “[...] acesso aos compradores incluindo-os em uma cadeia de suprimentos qualificada.. Ao mesmo tempo, sugerem a “[...] inclusão de feiras no calendário da cidade para exposição de produtos artesanais e agrícolas [...]”, que podem ser realizadas também pelos jovens, por meio da elaboração e implementação de “[...] estratégias para a inserção de suas atividades econômicas nos mercados locais [...]” dando “[...] visibilidade acerca da sua capacidade de atuação como protagonistas de empreendimentos [...]” que pode contribuir para a permanência da juventude local e longevidade do EES.

No Quadro 12 são apresentados os componentes do Balanço Social na Dimensão Cultural da Sustentabilidade, no qual o EES pode evidenciar as práticas utilizadas de promoção cultural na comunidade, formação cidadã e gestão partilhada entre os associados.

**Quadro 12 - Componente do Balanço Social – Dimensão Cultural da Sustentabilidade**

Categoria de Análise:	Dimensão Cultural da Sustentabilidade – S-DS	
	<b>Contextualização (objetivo)</b>	
<b>Componente do Balanço Social:</b>	<b>Tema-chave:</b>	<b>Fonte de informação:</b>
<b>Referências:</b>	<b>Parâmetro (medida/critério/fator/indicador):</b>	
<b>14. Ações de preservação da cultura local</b>	Evidencia a existência de ações que promovem a cultura na comunidade e preservação da identidade local	
	Identidade Local	Relatórios, listas de presença
Sena et al. (2017)	a) Número de participantes b) Descrição das ações implementadas	
<b>15. Fomento à formação cidadã</b>	Demonstra como o EES atua para fomentar a formação cidadã (exercício de direitos, deveres políticos, civis e sociais) no dia-a-dia dos associados e da comunidade de seu entorno	
	Cidadania	Relatórios
Schneider (2015)	a) Número de participantes b) Descrição da forma de atuação	

<b>16. Práticas de gestão partilhada</b>	Evidencia as práticas de gestão partilhada que favorecem à elevação do moral e da participação dos associados, culminando na legitimação da identidade do grupo.	
	Identidade Local	Estatuto, Relatórios
Ribeiro e Müylder (2014)	a) Descrição das práticas implementadas	

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Sena et al. (2017, p. 653), enfatizam a “[...] preservação da identidade local em oposição aos modos de produção que tentam universalizar culturas e impor padrões.” Neste aspecto, predomina a “preservação local frente ao global”. Os autores vinculam a Economia Solidária à dimensão cultural da sustentabilidade quando mencionam que é importante o:

[...] conhecimento local e cultural como base para uma redefinição das atividades produtivas incluindo a defesa e a promoção de movimentos pluralísticos locais, as reivindicações econômicas locais mescladas com aspectos da cultura local e anseios comunitários, o respeito sócio-humanístico nas relações econômicas entre os participantes e a consciência ambiental em cada processo produtivo-distributivo envolvido nas atividades produtivas de uma verdadeira economia *grassroots*-solidária. (SENA et. al., 2017, p. 660).

Para Schneider (2015, p. 103), a cooperativa se torna uma excelente escola para os cooperados na medida em que favorece o acesso à formação em prol da cidadania quando este participa razoavelmente de todas as atividades da instituição (assembleias, cursos), fazendo com que aprenda a falar e escutar, adquirindo uma “[...] complexa cultura econômica, social e administrativa [...]”, que contribui para ser um cidadão ativo, dinâmico e criativo.

Ribeiro e Müylder (2014, p. 586), mencionam Oliveira (2004) e Gaiger (2004) para explicar o processo de inserção social dos integrantes de EES: “[...] democracia interna e autonomia (vistas sob a cobertura da autogestão e da emancipação, respectivamente) fornecem uma configuração propícia à elevação do moral e da participação dos envolvidos ancorados nos valores e na vivência prática do trabalho e gestão partilhados, estimulando iniciativas em benefício da comunidade.”

Assim, esta etapa do trabalho possibilitou a compreensão do que é proposto em relação aos componentes do Balanço Social, ao passo que permitiu conhecer um pouco mais sobre o universo da Economia Solidária, por meio dos recortes dos artigos, subsidiando a fase seguinte que é a apresentação do Modelo de Balanço Social proposto aos EES.

## 4.2 MODELO PROPOSTO DE BALANÇO SOCIAL

Entende-se que a Economia Solidária tem se configurado como uma alternativa de geração de emprego e renda, abrangendo uma gama de práticas organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças e consumo solidários, trocas e comércio justo.

Arruda et al. (2015, p. 165) afirmam que a Economia Solidária “[...] é um projeto de economia com base no trabalho e não no capital, como no capitalismo” e citam um estudo de Oliveira (2004) que define seis dimensões para conceituar um empreendimento econômico solidário: autogestão; democracia direta; participação efetiva; ações de cunho educativo; cooperação no trabalho; e distribuição igualitária dos resultados e benefícios.

Souza (2005, p. 55), observa que a lógica da Economia Solidária passa pela “[...] emancipação do ser humano do trabalho repetitivo e alienado e a construção de um outro sistema que integre as dimensões econômica, política, social, ecológica e cultural, garantindo a sobrevivência com dignidade de todas as pessoas.”

Schneider (2015, p. 103), enfatiza que “[...] a economia solidária é diferente em relação às demais empresas presentes no mercado, porque produz bens e serviços para o adequado uso dos seus associados e o seu melhor bem-estar. Produz não para lucrar e explorar os outros, mas para servir a comunidade interna e externa a ela, na satisfação de suas reais necessidades.”

Entendimento corroborado por Sena et al. (2017, p. 660) quando afirmam que “[...] pode-se dizer que a economia solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso – social e politicamente correta, respeitando a cultura local e sem destruir o ambiente.”

Amparados nos conceitos e aspectos até aqui apresentados, visando tornar prático o entendimento sobre o modelo proposto e servir de guia orientador, cada item que compõe o Balanço Social (Quadro 13) possui a contextualização, as referências, o tema principal, a fonte documental para preenchimento dos dados e, em alguns casos, as sugestões dos parâmetros a serem utilizados para evidenciação das interações promovidas pelo Empreendimento Econômico Solidário.

### Quadro 13 - Proposta de Balanço Social

#### **BALANÇO SOCIAL**

##### **1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:**

- 1.1) Razão Social:
- 1.2) Endereço:
- 1.3) CNPJ:
- 1.4) Inscrição Estadual:
- 1.5) Inscrição Municipal:
- 1.6) Forma de Organização:
- 1.7) Principais produtos e serviços:
- 1.8) Participação no mercado local:
- 1.9) Tempo de existência:
- 1.10) Outras informações:
  - 1.10.1 – Missão
  - 1.10.2 – Filosofia
  - 1.10.3 – Valores

##### **Contextualização (objetivo):**

1) Espaço para o Empreendimento Econômico Solidário (EES) apresentar seus dados cadastrais, relato histórico, produtos que representam a maior parcela do faturamento, forma de organização (se Cooperativa, Associação, Grupo informal ou Sociedade mercantil). Descrição da efetiva contribuição da entidade para a formação do mercado local, missão, filosofia, valores (intenção enquanto entidade social participante do processo de desenvolvimento da sociedade), evitando revelar informações consideradas como vantagens competitivas.

<b>Referências:</b>	<b>Tema-chave:</b>	<b>Fonte de informação:</b>	<b>Parâmetro (medida/fator/indicador)</b>
Conselho Nacional de Economia Solidária (2015) e Kroetz (2000).	Estrutura Organizacional	Fichas de Cadastro; Relatórios Gerenciais; Demonstrações Contábeis; Estatuto Social.	Não se aplica

##### **2 - CORPO FUNCIONAL**

	<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
2.1) Dados não monetários – empregados		
2.1.1 - Admissões no período		
2.1.2 - Demissões no período		
2.1.3 - Número médio de empregados		
2.1.4 - Total de Funcionários no final do exercício		
2.1.4.1 – Mulheres		
2.1.4.2 - Deficientes físicos/mobilidade reduzida		
2.1.4.3 - Jovens Aprendizizes / Estagiários		
2.1.4.4 – Estrangeiros		
2.1.4.5 – Idosos		
2.1.4.6 – Negros		
2.1.5 - Número de pessoas com funções administrativas		
2.1.6 - Número de pessoas não alfabetizadas		
2.1.7 - Número de trabalhadores terceirizados		
2.1.8 - Número de cargos de chefia ocupados por mulheres		
2.1.9 - Número de cargos de chefia ocupados por negros		
2.1.10 - Reclamações trabalhistas		
2.1.11 - Acidentes de trabalho		
2.1.12 - Multas derivadas		

##### **Contextualização (objetivo):**

2.1) Apresentação dos dados quantitativos sobre a composição do quadro de funcionários, número de admissões, demissões, reclamações trabalhistas, acidentes de trabalho, multas. Em outras palavras, evidencia a política de recursos humanos quanto a criação de postos de trabalho, utilização do trabalho terceirizado, número de estagiários(as), valorização da diversidade – negros(as), mulheres, faixa etária e pessoas com deficiência – e participação de grupos historicamente discriminados no país em cargos de chefia e gerenciamento da empresa (mulheres e negros).



<b>Referências:</b>	<b>Tema-chave:</b>	<b>Fonte de informação:</b>	<b>Parâmetro (medida/fator/indicador)</b>
IBASE (2008) e Kroetz (2000).	Recursos Humanos Interações Sociais	Fichas de Cadastro; Relatórios gerenciais.	Quantidade existente no final do exercício
2.2) Dados não monetários – cooperados		<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
2.2.1 - Admissões no período			
2.2.2 - Saídas no período			
2.2.3 - Número médio de cooperados			
2.2.4 - Total de cooperados no final do exercício			
2.2.4.1 – Mulheres			
2.2.4.2 - Deficientes físicos/mobilidade reduzida			
2.2.4.3 - Jovens Aprendizes / Estagiários			
2.2.4.4 – Estrangeiros			
2.2.4.5 – Idosos			
2.2.4.6 – Negros			
<b>Contextualização (objetivo):</b>			
2.2) Apresentação dos dados quantitativos sobre a composição do quadro de cooperados, número de admissões, saídas, bem como o perfil e informações gerais sobre o corpo de associados.			
<b>Referências:</b>	<b>Tema-chave:</b>	<b>Fonte de informação:</b>	<b>Parâmetro (medida/fator/indicador)</b>
IBASE (2008) e Pieniz (2002).	Perfil dos Cooperados	Fichas de Cadastro; Relatórios gerenciais.	Quantidade existente no final do exercício
2.3) Dados monetários (gastos em Reais) para empregados e cooperados		<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
2.3.1 – Saúde			
2.3.2 - Moradia e habitação			
2.3.3 - Segurança e higiene			
2.3.4 – Alimentação			
2.3.5 – Transporte			
2.3.6 – Capacitação			
2.3.7 - Esporte e lazer			
2.3.8 - Previdência privada			
2.3.9 - Participação nos resultados			
2.3.10 - Creche ou auxílio creche			
2.3.11 - Outros Benefícios			
2.3.12 - Política de recursos humanos			
2.3.13 - Remuneração média das mulheres			
2.3.14 - Remuneração média dos homens			
2.3.15 - Remuneração média dos negros			
2.3.16 - Remuneração média dos brancos			
<b>Contextualização (objetivo):</b>			
2.3) Apresentação dos dados monetários (em Reais) sobre os gastos realizados com benefícios proporcionados à mão de obra empregada e aos cooperados, formação profissional, desenvolvimento contínuo, condições de higiene e segurança no trabalho e a remuneração média dos grupos historicamente discriminados no país (mulheres e negros) em comparação aos demais (homens e brancos).			
<b>Referências:</b>	<b>Tema-chave:</b>	<b>Fonte de informação:</b>	<b>Parâmetro (medida/fator/indicador)</b>
IBASE (2008) e Kroetz (2000).	Remunerações e Benefícios	Demonstrações Contábeis, Relatórios Gerenciais (Folha de Pagamento)	Gasto realizado até o final do exercício, remuneração média do exercício.
2.4) Dados descritivos - empregados e cooperados		<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
2.4.1 - Capacitação dos Associados, trabalhadores e da direção			
2.4.2 - Promoção do bem-estar dos associados			

**Contextualização (objetivo):**

2.4) Descrição das ações educativas realizadas pela entidade que promovem o desenvolvimento dos associados, trabalhadores e da direção, bem como o monitoramento da qualidade de vida, saúde e bem-estar destes.

<b>Referências:</b>	<b>Tema-chave:</b>	<b>Fonte de informação:</b>	<b>Parâmetro (medida/fator/indicador)</b>
Feitosa e Landim (2013), Mourão e Engler (2014) e Sheneider (2015).	Educação Qualidade de vida Desenvolvimento	Lista de Presença, Pesquisa de Satisfação; Relatórios; Atas de Reunião.	Número de beneficiados; número de ações realizadas; Descrição das principais áreas temáticas abordadas; Avaliação das ações educativas realizadas.

**3 - AÇÕES SOCIAIS (EXTERNO À ENTIDADE)**

	<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
3.1) Dados não monetários		
3.1.1 - Número de pessoas beneficiadas		
3.1.2 - Número de programas efetivados (findos e em andamento)		

**Contextualização (objetivo):**

3.1) Apresentação de dados quantitativos sobre a interação da entidade com a sociedade, programas implantados ou em fase de implantação que visem diminuir a exclusão de determinados segmentos sociais, promoção cultural e formação cidadã no dia-a-dia dos associados e da comunidade.

<b>Referências:</b>	<b>Tema-chave:</b>	<b>Fonte de informação:</b>	<b>Parâmetro (medida/fator/indicador)</b>
Kroetz (2000).	Interações Sociais	Lista de Presença, Pesquisa de Satisfação; Relatórios; Atas de Reunião.	Quantidade existente até o fim do exercício

	<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
3.2) Dados monetários (gastos em Reais)		
3.2.1 - Educação e cultura		
3.2.2 - Saúde pública		
3.2.3 - Esporte		
3.2.4 - Habitação		
3.2.5 - Saneamento		
3.2.6 - Segurança		
3.2.7 - Defesa civil		
3.2.8 - Pesquisa		
3.2.9 - Urbanismo		
3.2.10 - Campanhas públicas		
3.2.11 - Obras públicas		
3.2.12 - Outros benefícios		

**Contextualização (objetivo):**

3.2) Apresentação de dados monetários (em Reais) sobre os gastos realizados (benefícios proporcionados e impactos causados) relacionados à circunvizinhança.

<b>Referências:</b>	<b>Tema-chave:</b>	<b>Fonte de informação:</b>	<b>Parâmetro (medida/fator/indicador)</b>
Kroetz (2000) e Ribeiro (2010).	Interações Sociais	Demonstrações Contábeis	Gasto realizado até o final do exercício.

	<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
3.3) Dados descritivos		
3.3.1 - Ações de preservação da cultura local		
3.3.2 - Fomento à formação cidadã		
3.3.3 - Promoção de articulação com outros EES		
3.3.4 - Incentivos à pesquisa		
3.3.5 - Programas em parceria com governos		
3.3.6 - Prêmios recebidos		

**Contextualização (objetivo):**

3.3) Descrição da existência de ações que promovem e preservam a cultura local. Demonstração de como o EES atua para fomentar a formação cidadã (exercício de direitos, deveres políticos, civis e sociais) no dia-a-dia dos associados e da comunidade de seu entorno. Além disso, apresentação das articulações realizadas com os demais EES para geração de

trabalho e renda em benefício dos associados e da comunidade de seu entorno, incentivos à pesquisa, parcerias e o reconhecimento oriundo da comunidade externa.

<b>Referências:</b>	<b>Tema-chave:</b>	<b>Fonte de informação:</b>	<b>Parâmetro (medida/fator/indicador)</b>
Conceição et al. (2015), Kroetz (2000), Medeiros e Cunha (2012), Sena et al. (2017) e Sheneider (2015).	Interações Sociais Transformação Social Valores Culturais Cidadania	Relatórios gerenciais, atas de reuniões, listas de presença.	Descrição das principais ações e articulações realizadas contendo: quantidade, número de participantes/beneficiários e a avaliação dos impactos sobre a comunidade.

#### **4 - AÇÕES AMBIENTAIS**

	<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
4.1) Dados não monetários		
4.1.1 - Área reflorestada		
4.1.2 - Número de ações judiciais		
4.1.3 - Número de multas ambientais		
4.1.4 - Número de acidentes ambientais		
4.1.5 - Consumo de água e energia		

#### **Contextualização (objetivo):**

4.1) Demonstração de dados quantitativos sobre a interação do EES com o meio ambiente, no que diz respeito ao reflorestamento de áreas, ações judiciais, multas, acidentes ambientais e redução do consumo de água e energia.

<b>Referências:</b>	<b>Tema-chave:</b>	<b>Fonte de informação:</b>	<b>Parâmetro (medida/fator/indicador)</b>
Feitosa e Landim (2013), Kroetz (2000), Ribeiro e Müylder (2014), Sheneider (2015), Takano e Luzio-dos-Santos (2013).	Interações Ambientais Consumo consciente	Demonstrações Contábeis; Relatórios de monitoramento e controle de consumo de água e energia elétrica.	Quantidade existente até o fim do exercício

	<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
4.2) Dados monetários (gastos em Reais)		
4.2.1 - Gastos em prevenção (segurança)		
4.2.2 - Investimentos em pesquisa ambiental		
4.2.3 - Multas ambientais		
4.2.4 - Outros dados		

#### **Contextualização (objetivo):**

4.2) Demonstração de dados monetários (em Reais) sobre a interação do EES com o meio ambiente, na forma de investimentos em reflorestamento, despoluição, gasto com introdução de métodos não poluentes e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes.

<b>Referências:</b>	<b>Tema-chave:</b>	<b>Fonte de informação:</b>	<b>Parâmetro (medida/fator/indicador)</b>
Kroetz (2000) e Pieniz (2002).	Interações Ambientais Preservação Ambiental	Demonstrações Contábeis; Relatórios Gerenciais	Gasto realizado até o final do exercício

	<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
4.3) Dados descritivos		
4.3.1 - Programas de educação ambiental		
4.3.2 - Prêmios recebidos		
4.3.3 - Desenvolvimento de produtos ecologicamente corretos		
4.3.4 - Ações de reaproveitamento (reciclagem)		
4.3.5 - Ações para mitigação do desperdício e descarte adequado de lixo		
4.3.6 - Ações de preservação da Biodiversidade local		
4.3.7 - Substituição de produtos poluentes e/ou prejudiciais à saúde		
4.3.8 - Gestão de resíduos sólidos		

#### **Contextualização (objetivo):**

4.3) Descrição das iniciativas adotadas pelo EES no tocante à coleta, tratamento e a disposição adequada dos resíduos originados do sistema de produção; redução do desperdício e o descarte adequado de lixo; as ações implementadas em prol da difusão de práticas e comportamentos ambientalmente adequados pelos associados e a comunidade; as ações

efetivamente implementadas para a preservação do meio ambiente e a exploração adequada dos recursos naturais em nível local, além do reconhecimento oriundo da comunidade externa.

<b>Referências:</b>	<b>Tema-chave:</b>	<b>Fonte de informação:</b>	<b>Parâmetro (medida/fator/indicador)</b>
Bernardes et al. (2014), Kroetz (2000); Sheneider (2015), Sena et al. (2017), Takano e Luzio-dos-Santos (2013), Medeiros e Cunha (2012), Oliveira e Casagrande Jr. (2013), Ribeiro e Müylder (2014), Stock et al. (2018)	Interações Ambientais Resíduos sólidos Reciclagem Educação Ambiental Preservação Ambiental	Relatórios de monitoramento e controle dos resíduos sólidos e destinação final do lixo gerado; Listas de presença, Atas de reuniões, Cursos.	Descrição das principais iniciativas implementadas contendo: quantidade, participantes, beneficiários, e a avaliação dos impactos sobre a comunidade.

## **5 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

<b>5.1) RECEITAS</b>	<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
5.1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
5.1.1.1 - Ato cooperado		
5.1.1.2 - Ato não cooperado		
5.1.2 - Outras Receitas		
5.1.2.1 - Alienação de bens do ativo imobilizado		
5.1.2.2 - Alienação de bens intangíveis		
5.1.2.3 - Alienação de investimentos		
5.1.3 - Receitas relativas à construção de ativos próprios		
5.1.4 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Reversão/Constituição)		

### **Contextualização (objetivo):**

5.1.1) Receita auferida (incluindo impostos incidentes sobre as vendas, ex. ICMS), menos eventuais devoluções recebidas, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

5.1.2) Receita obtida por meio da alienação de bens pertencentes ao ativo imobilizado, intangível e investimentos, incluindo os tributos incidentes sobre a operação.

5.1.3) Valores referentes aos recursos da própria organização (mão de obra, insumos) utilizados para construção de seu próprio ativo.

5.1.4) Estimativa de perdas em contas a receber relacionadas ao valor que representa incerteza quanto ao recebimento, com base em premissas estipuladas de acordo com a natureza da entidade e suas características.

<b>Referências:</b>	<b>Tema-chave:</b>	<b>Fonte de informação:</b>	<b>Parâmetro (medida/fator/indicador)</b>
Londero (2015); Gelbcke (2018)	Receitas auferidas	Demonstração de Sobras e Perdas; DRE, combinadas com as Notas explicativas	Montante acumulado até o final do exercício.

<b>5.2) INSUMOS ADQUIRIDOS</b>	<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
(inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
5.2.1 - Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
5.2.1.1 - Ato cooperado		
5.2.1.2 - Ato não cooperado		
5.2.1.3 - Diferencial pago ao Cooperado/Associado		
5.2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
5.2.2.1 - Ato cooperado		
5.2.2.2 - Ato não cooperado		
5.2.3 - Perda/Recuperação de valores ativos		
5.2.4 - Outras (especificar)		

### **Contextualização (objetivo):**

5.2.1) Recursos empregados para geração de receita, por meio de insumos adquiridos de terceiros (cooperados ou não), excluindo mão de obra e depreciação referente à produção e incluindo os impostos (recuperáveis ou não).

5.2.1.3) Refere-se ao incremento de preço ao insumo do cooperado/associado, superando a média de preço que seria pago se este optasse por revender seu produto ao mercado e não à entidade.

5.2.2) Recursos consumidos que foram adquiridos de agentes externos à entidade, a exemplo de: materiais, energia, serviços de terceiros, e outros, oriundos da produção, vendas, administração ou finanças.

5.2.3) Refere-se a Perdas ou recuperação de valores de ativos a valor justo (ativos biológicos, por exemplo).

5.2.4) Especificar a que conta se refere que deve estar obrigatoriamente relacionada a insumos adquiridos de terceiros.

Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Londero (2015); Gelbcke (2018)	Insumos e Materiais	Demonstração de Sobras e Perdas; DRE, combinadas com as Notas explicativas	Montante acumulado até o final do exercício.
<b>5.3) VALOR ADICIONADO BRUTO (5.1 - 5.2)</b>		<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
<b>Contextualização (objetivo):</b>			
5.3) Informação de quanto a entidade consegue agregar de valor aos recursos que ingressam na mesma, desconsiderando a depreciação, exaustão e amortização.			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Londero (2015); Gelbcke (2018)	Valor Agregado Bruto	Subtração entre o item 5.1 e 5.2.	Resultado do cálculo.
<b>5.4) DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>		<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
<b>Contextualização (objetivo):</b>			
5.4) Perda do valor dos bens físicos, direitos da propriedade comercial ou industrial, bem como, decorrentes da exploração de recursos naturais (minerais ou florestais).			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Londero (2015); Gelbcke (2018)	Perda de Valor	Demonstração de Sobras e Perdas, DRE combinadas com as Notas explicativas	Montante acumulado até o final do exercício.
<b>5.5) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (5.3 - 5.4)</b>		<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
<b>Contextualização (objetivo):</b>			
5.5) Valor efetivamente agregado pela entidade à economia local resultante do esforço coletivo para sua realização.			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Londero (2015); Gelbcke (2018)	Valor Agregado Líquido	Subtração entre o item 5.3 e 5.4	Resultado do cálculo
<b>5.6) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
5.6.1 - Resultado de equivalência patrimonial			
5.6.2 - Receitas Financeiras			
5.6.3 - Outras			
<b>Contextualização (objetivo):</b>			
5.6.1) Valor resultante da equivalência patrimonial, seja positiva ou negativa.			
5.6.2) Corresponde a todas as receitas financeiras independentemente de sua origem (rendimentos de aplicação financeira, por exemplo), inclusive as variações cambiais ativas.			
5.6.3) Inclui as demais receitas recebidas em transferência que transitaram em resultado (dividendos, aluguéis, direitos de franquia, doações, patrocínios).			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Londero (2015); Gelbcke (2018)	Transferência	Demonstração de Sobras e Perdas; DRE combinadas com as Notas explicativas	Montante acumulado até o final do exercício.
<b>5.7) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5.5 + 5.6)</b>		<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
<b>Contextualização (objetivo):</b>			
5.7) Corresponde à riqueza gerada pela entidade acrescida da riqueza gerada por outras empresas e recebida em transferência, a ser distribuída entre os agentes econômicos que ajudaram a produzi-la.			
Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Londero (2015); Gelbcke (2018)	Riqueza gerada	Soma entre o item 5.5 e 5.6	Resultado do cálculo
<b>5.8) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>ANO X1</b>	<b>ANO X2</b>
5.8.1 - Pessoal			
5.8.1.1 - Remuneração direta			
5.8.1.2 - Remuneração da diretoria			

5.8.1.3 - Benefícios		
5.8.1.4 - FGTS		
5.8.1.5 - Assistência educacional, capacitações e treinamentos		
5.8.2 - Impostos, taxas e contribuições		
5.8.2.1 - Federais		
5.8.2.2 - Estaduais		
5.8.2.3 - Municipais		
5.8.2.4 - Multas e infrações		
5.8.3 - Remuneração de capitais de terceiros		
5.8.3.1 - Juros		
5.8.3.2 - Aluguéis		
5.8.3.3 - Outras		
5.8.4 - Contribuições socioambientais		
5.8.4.1 - Contribuições para projetos sociais - comunidade		
5.8.4.2 - Contribuições para projetos sociais - cooperados/associados		
5.8.4.3 - Contribuições para projetos ambientais		
5.8.5 - Distribuições e retenções das sobras		
5.8.5.1 - Assistência técnica aos cooperados		
5.8.5.2 - Assistência educacional aos cooperados		
5.8.5.3 - Juros sobre o capital social		
5.8.5.4 - Sobras distribuídas/Rateio das perdas		
5.8.5.5 - Constituição da Rates		
5.8.5.6 - Constituição de outras reservas		
5.8.5.7 - Sobras a disposição da Assembleia Geral		

**Contextualização (objetivo):**

5.8.1) Corresponde aos valores investidos em pessoal, segregando a remuneração direta dos empregados e da diretoria, além de benefícios (auxílio alimentação, transporte, plano de saúde etc.) e FGTS. Inclui, também, os recursos empregados no RATES em prol dos empregados.

5.8.2) Corresponde aos valores repassados ao governo na forma de impostos, taxas e contribuições (IPI, PIS, COFINS, CIDE, IR, CSLL, ITR, ICMS, IPVA, IPTU, ISS, Contribuição Sindical Patronal, todos incidentes sobre os atos cooperados e não cooperados, além de multas e infrações.

5.8.3) Constitui os recursos repassados a terceiros na forma de despesas financeiras (empréstimos e financiamentos), aluguel e transferência de riqueza a terceiros como royalties, direitos autorais, franquias, etc.

5.8.4) Reúne os valores investidos em ações sociais e ambientais (exceto multas ambientais) promovidas em benefício dos cooperados/associados e da comunidade, sem relação com o processo produtivo, excluídos aquelas realizadas com a finalidade de incentivos fiscais.

5.8.5) Corresponde a assistência técnica e educacional que o EES realiza em prol dos cooperados/associados. Constitui os juros sobre o capital social pagos ou creditados, limitado a 12% ao ano sobre o capital integralizado (Lei 5.764/71), distribuição das sobras/rateio das perdas, formação de RATES (atos cooperados e não cooperados), fundos de reserva (limitado a 10% das sobras líquidas do período e valores a disposição da assembleia geral).

Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Londero (2015); Gelbcke (2018)	Distribuição da riqueza gerada	Demonstração de Sobras e Perdas, DRE, Demonstração de Movimentação da Rates, combinadas com as Notas explicativas, Relatórios Gerenciais Balanço Patrimonial e Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido	Montante acumulado até o final do exercício.

**Observações sobre a DVA:**

O total do item 5.8 deve ser exatamente igual ao item 5.7.

De acordo com Londero (2015), para o caso de cooperativas, a separação dos atos cooperados e não cooperados permite a verificação de informações sobre o valor adicionado por cada ato e que indicadores de análise sejam extraídos da DVA.

**6 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO**

6.1) Dados descritivos	ANO X1	ANO X2
6.1.1 - Procedimento para integralização das quotas-partes		
<input type="checkbox"/> pagamento à vista <input type="checkbox"/> desconto de débitos trabalhistas <input type="checkbox"/> desconto parcelado das retiradas <input type="checkbox"/> sem capital social <input type="checkbox"/> outro: _____		
6.1.2 - Valor da maior remuneração repassada ao(à) cooperado(a)		
6.1.3 - Valor da menor remuneração repassada ao(à) cooperado(a)		
6.1.4 - Valor do maior salário pago ao(à) empregado(a)		
6.1.5 - Valor do menor salário pago ao(à) empregado(a)		
6.1.6 - Destino das sobras <input type="checkbox"/> Investimentos <input type="checkbox"/> Fundos <input type="checkbox"/> Rateio entre os(as) cooperados(as) <input type="checkbox"/> Outro: _____		
6.1.7 - Fundos existentes		
<input type="checkbox"/> Fundo de reserva <input type="checkbox"/> Outro: _____		
6.1.8 - Espaço de deliberação sobre o destino das sobras ou débitos		
<input type="checkbox"/> Conselho Administrativo <input type="checkbox"/> Conselho Fiscal <input type="checkbox"/> Assembleia <input type="checkbox"/> Outro: _____		
6.1.9 - Parâmetro utilizado para distribuição das sobras entre os(as) cooperados(as)		
<input type="checkbox"/> Proporcional às retiradas <input type="checkbox"/> Partes iguais <input type="checkbox"/> Proporcional às quotas-partes <input type="checkbox"/> Outro: _____		
6.1.10 - Quantidade de assembleias realizadas		
6.1.11 - Frequência média nas assembleias pelos(as) cooperados(as)		
6.1.12 - Decisões submetidas à assembleia		
6.1.13 - Outros órgãos sociais existentes na cooperativa		
6.1.14 - Renovação dos cargos diretivos <input type="checkbox"/> 1/3 <input type="checkbox"/> 2/3 <input type="checkbox"/> Total <input type="checkbox"/> Sem renovação <input type="checkbox"/> Outro: _____		
6.1.15 - Frequência do(s) instrumento(s) de prestação de contas		
6.1.16 - Critério principal para admissão de novos(as) cooperados(as)		
6.1.17 - Critério principal para afastamento de cooperados(as)		
6.1.18 - Espaços de representação do cooperativismo em que a cooperativa atua		
6.1.19 - Número de cooperados(as) sindicalizados(as)		
6.1.20 - A cooperativa apoia a organização de outros empreendimentos de tipo cooperativo (qual forma) <input type="checkbox"/> Sim, emprestando recursos materiais e/ou humanos <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, oferecendo assessoria <input type="checkbox"/> Outros apoios: _____		
6.1.21 - Principal fonte de crédito		
6.1.22 - Existem medidas concretas em relação à saúde e segurança no ambiente de trabalho?		

- ( ) Sim, realizando campanhas, capacitações e fornecendo equipamentos  
 ( ) Sim, fornecendo equipamentos  
 ( ) Organização de comissões  
 ( ) Não  
 ( ) Outro: \_\_\_\_\_

6.1.23 - A participação de cooperados(as) no planejamento da cooperativa:		
( ) Não ocorre ( ) Ocorre em nível de chefia ( ) Ocorre em todos os níveis		
6.1.24 - A cooperativa costuma ouvir os(as) cooperados(as) para solução de problemas e/ou na hora de buscar soluções? De que forma?		
( ) Não ( ) Sim, sem data definida ( ) Sim, periodicamente com data definida		
6.1.25 - Práticas de gestão partilhada:		

**Contextualização (objetivo):**

6.1) Espaço destinado ao EES (do tipo Cooperativa), apresentar a sua forma de gestão e organização e evidenciar as práticas de gestão partilhada que favorecem à elevação do moral e da participação dos associados, culminando na legitimação da identidade do grupo.

Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
IBASE (2008); Ribeiro e Müylder (2014)	Gestão Organizacional Identidade	Estatuto Social, Regimento, Entrevista com roteiro semiestruturado de perguntas.	Descrição das práticas implementadas

**7 - OUTRAS INFORMAÇÕES**

7.1) Dados descritivos

7.1.1 - Valorização da produção local

7.1.2 - Formação e participação em redes de apoio

7.1.3 - Iniciativas para divulgação dos produtos em escala global

7.1.4 - Fomento à participação da juventude local

7.1.5 - Distribuição do excedente da Produção e da Renda

**Contextualização (objetivo):**

7.1) Descrição das ações implementadas para valorização dos produtos locais; a existência de relações solidárias de comércio, troca, intercâmbio e parcerias que ampliem sua atuação e potencializem a geração de alternativas para demandas socioeconômicas; iniciativas para divulgação e comercialização dos produtos no âmbito nacional e internacional; as ações de fomento à participação do Jovem visando a permanência deste, ao tempo em que contribui para a longevidade do EES e a distribuição da produção e da renda gerada (destinação e partilha do excedente).

Referências:	Tema-chave:	Fonte de informação:	Parâmetro (medida/fator/indicador)
Conceição et al. (2015); Gallassi (2016) Takano e Luzio-dos-Santos (2013); Lima (2016); Ribeiro e Müylder (2014)'	Valorização da Produção Redes de apoio Divulgação de produtos Sucessão familiar Igualdade e democracia	Relatórios gerenciais; Fichas de cadastro; Relatório de vendas, ações de marketing, visitantes; Listas de presença; Atas.	Descrição das principais iniciativas implementadas contendo: quantidade, participantes, beneficiários, e a avaliação dos impactos sobre a comunidade

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Contabilista responsável:

Diretor/gerente responsável:

Fonte: Elaborado pela autora (2019)



O modelo proposto de Balanço Social possui elementos comuns aos Relatórios de desempenho ambiental e econômicos presentes na literatura contábil, ao mesmo tempo em que procura dar destaque aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), quando integra ações sociais, ambientais, econômicas e culturais presentes nesta alternativa de geração de emprego e renda.

Pela proposta, há ênfase nos empreendimentos cuja forma de organização é do tipo Cooperativa. Consoante o IPEA (2016, p. 21), as associações, dada sua simplicidade jurídica, são “[...] formas organizacionais muito limitadas em termos de atividade comercial [...]”, uma vez que, pelo Código Civil Brasileiro, estão impedidas de “[...] exercer atividade econômica e emitir nota fiscal de seus produtos.” Já os grupos informais possuem dificuldades de “[...] acesso a financiamentos e programas governamentais de apoio, além de diminuírem as garantias contratuais de seus associados em termos de horizonte de funcionamento do empreendimento e garantia de seu trabalho”, consequência da ausência de formalização.

Em se tratando das Sociedades Mercantis, estes possuem uma representação pequena (menos de 1% do total de EES no país). Logo, o IPEA (2016, p. 21) enfatiza a Sociedade Cooperativa como a personalidade jurídica “[...] mais recomendada institucionalmente para o exercício social de uma atividade econômica coletiva.”

No entanto, isso não impede que os empreendimentos ditos limitados, informais ou sem representação possam evidenciar suas interações sociais e ambientais, promovendo adaptações ao modelo de Balanço Social proposto, como forma de atender às demandas de informações de seus *stakeholders*.

Sendo assim, a próxima etapa deste trabalho consiste na aplicação do modelo proposto a uma cooperativa agropecuária formada por agricultores familiares, situada na cidade de Uauá-BA, ao mesmo tempo em que avalia suas informações, utilizando para tanto, indicadores extraídos da literatura sobre o assunto.

### 4.3 O BALANÇO SOCIAL DA COOPERCUC

Esta seção apresenta o primeiro Balanço Social da Coopercuc e a avaliação das interações sociais e ambientais evidenciadas, bem como a influência que estas exerceram no contexto organizacional e no seu entorno, além da implementação de novas posturas administrativas na entidade. Em alguns momentos, optou-se por apresentar os dados levantados de forma descritiva, utilizando-se de trabalhos publicados sobre a Coopercuc, visando facilitar o entendimento sobre as práticas desenvolvidas no contexto em que a cooperativa está inserida.

Ressalta-se que os Demonstrativos Contábeis apresentados nas assembleias são aqueles obrigatórios por força da legislação. Logo, o Balanço Social não faz parte do rol de informes elaborados e divulgados pela entidade. Ao mesmo tempo, o foco das análises realizadas tem como base a contabilidade de prestação de contas (*accountability*), não sendo, portanto, objeto de interesse da pesquisa, analisar os procedimentos contábeis adotados pela cooperativa ou os instrumentos gerenciais de evidenciação das interações sociais e ambientais utilizados para obtenção dos dados.

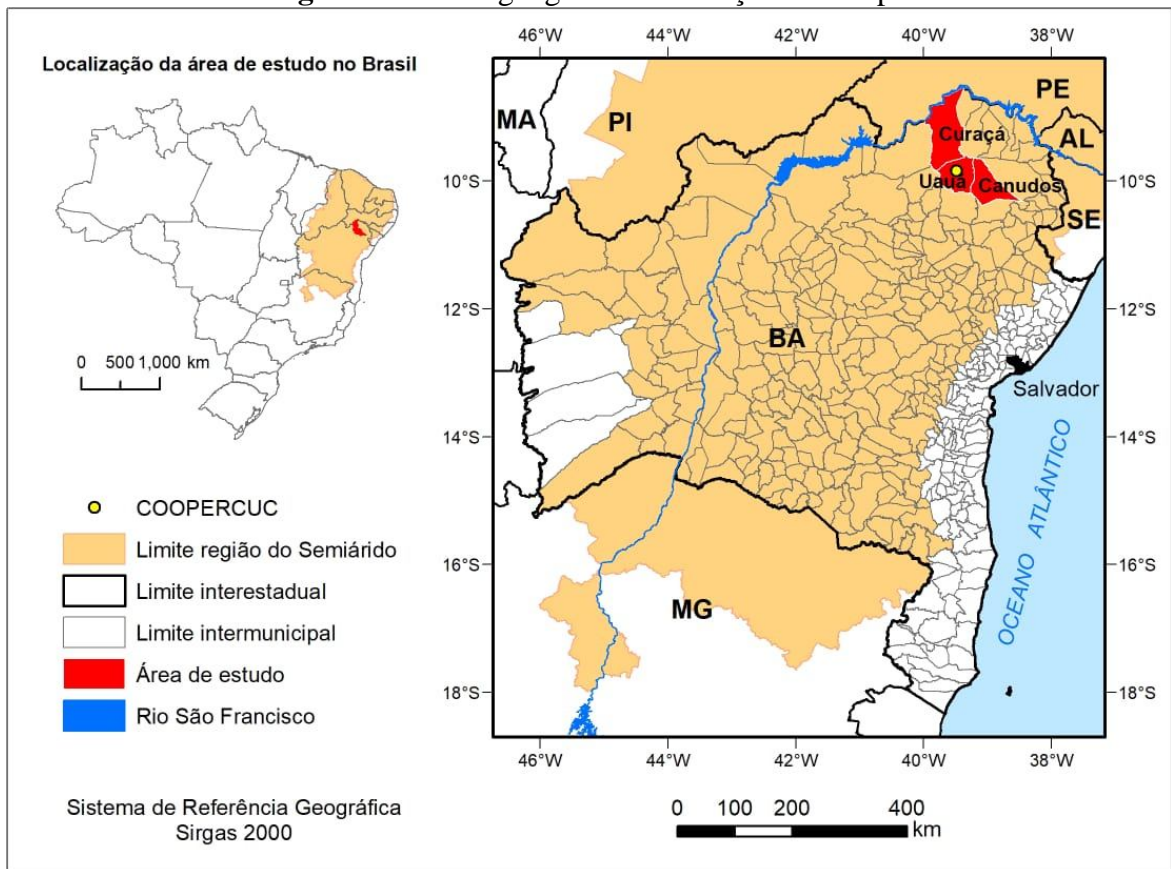
#### 4.3.1 Identificação da Entidade

A Coopercuc - Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá, foi formalmente constituída em 28/06/2004. Entretanto, seu funcionamento iniciou bem antes, quando na década de 1980, religiosos se estabeleceram na região e iniciaram um trabalho de formação de lideranças comunitárias.

Em 1992, o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), por meio de intervenções sociais de capacitação voltadas para os agricultores familiares, possibilitou a inserção de mulheres da região na geração de emprego e renda onde estas puderam receber treinamentos sobre beneficiamento de frutas nativas destinadas ao consumo familiar, especialmente o umbu, conhecido por ser resistente à seca, dando início ao trabalho de conscientização para convivência da comunidade local com o Semiárido.

A cooperativa iniciou suas atividades formais com 44 cooperados. Atualmente, conta com cerca de 270 em sua maioria mulheres, atuando em todo o território nacional, embora para efeito de admissão de novos cooperados se restrinja aos Municípios de Canudos, Uauá e Curaçá, na Bahia (Figura 13).

**Figura 13 - Área geográfica de atuação da Coopercuc**



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da Embrapa Semiárido (2019)

Na atualidade, opera em 18 comunidades rurais localizadas nos municípios de Canudos, Uauá e Curaçá, compondo o Território de identidade Sertão do São Francisco – BA, com sede administrativa em Uauá, onde possui uma fábrica central (Figura 14).

**Figura 14 - Fábrica Central da Coopercuc**



Fonte: Coopercuc - Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (2019)

De acordo com o Estatuto Social, sua missão é:

[...] contribuir para o fortalecimento da agropecuária familiar visando à produção ecológica, economicamente viável, socialmente justa e solidária, buscando sempre garantir a sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural, de modo a viabilizar a melhoria das condições de vida dos seus cooperados/as, promovendo, assim, todas as ações que visem melhorar o desenvolvimento dos Associados, nas áreas de produção, transformação, aquisição e comercialização. (COOPERCUC, 2017, p. 1).

O documento estabelece como objetivo, principalmente, o fortalecimento da agricultura familiar, por meio da articulação com diferentes segmentos para comercialização dos seus produtos, celebração de convênios, captação de recursos de entidades nacionais e internacionais, promoção de eventos técnicos, científicos e ações culturais, divulgação de iniciativas e/ou projetos de preservação ambiental, desenvolvimento local sustentável e políticas públicas de inclusão social e cidadania.

O Estatuto prevê entre suas ações instigar e fortalecer a participação de mulheres e jovens nos espaços de discussão, comercialização, capacitação e troca de experiências, como forma de buscar a autonomia econômica por meio de um trabalho especial direcionado a esse público.

Busca articular com a rede da agricultura familiar, economia solidária, produção orgânica e agroecológica. Desse modo, recebe, transporta, classifica, padroniza, armazena, beneficia, industrializa e comercializa a produção de seus cooperados, fornecendo, também, os bens de produção, insumos e utensílios, necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Os produtos da cooperativa são comercializados em boa medida nas redes de supermercados, como o Pão de Açúcar, clientes institucionais via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) dos Municípios de Uauá, Curaçá, Euclides da Cunha, Senhor do Bonfim, Feira de Santana e Macururé, ambos na Bahia, lojas varejistas de produtos alimentícios em vários estados, entre outros consumidores que procuram diretamente a cooperativa. Embora seus produtos tenham alcançado o mercado da Europa, atualmente, encontra-se em fase de negociação a exportação dos produtos da marca GRAVETERO® para outros países.

Os cooperados atuam diretamente na produção nas comunidades rurais, bem como no fornecimento de outros gêneros alimentícios, cultivados em suas propriedades rurais e na coleta das frutas que são destinadas à fábrica central.

A Figura 15 mostra alguns produtos comercializados pela Coopercuc como Doces em massa nos sabores: umbu, umbu com goiaba e umbu com banana; polpas e concentrados nos sabores: manga, umbu, acerola, goiaba; Compotas de umbu; Geleias nos sabores umbu e maracujá, e a Cerveja de Umbu, todos da marca GRAVETERO®.

**Figura 15 - Produtos da Coopercuc**



Fonte: Coopercuc - Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (2019)

A cooperativa ainda negocia produtos in natura (aipim, ovos, legumes, hortaliças, leite) por meio da intermediação entre o agricultor e o mercado para obtenção de vantagem econômica para os cooperados.

Atua na prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos agricultores familiares, colabora com as associações agropastoris, fundo de pasto, quilombolas, comunidades indígenas e demais agricultores por meio de parcerias que viabilizam os meios de produção e apoio a regulamentação do procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por esses povos e assegurar a implementação de infraestrutura.

Além disso, entre seus objetivos está a promoção, preservação e a gestão da indicação geográfica da região de Canudos, Uauá e Curaçá, na Bahia, para o umbu e maracujá da caatinga e seus derivados, cujo uso é restrito aos sócios da Coopercuc que atendem aos requisitos técnicos exigidos.

O Estatuto Social da Coopercuc (2017) sugere que a Responsabilidade Social está orientada para o conceito definido pela IISD (2007), quando integra em seu escopo, preocupações sociais, ambientais e econômicas, enfatizando a articulação de parcerias para comercialização de seus produtos no âmbito da economia solidária, promoção da educação, cultura e prestação de serviços aos cooperados e cooperadas, assim como o apoio a atividades

que visem a construção de uma consciência ambiental responsável e sustentável com foco na preservação e recuperação da fauna e flora e a utilização racional dos recursos naturais do Bioma Caatinga.

A articulação é desenvolvida através de cooperações que podem ocorrer na forma de contratos, acordos, convênios, ajustes, parcerias, termos de cooperação, entre outros meios. Logo, entre os *stakeholders* da cooperativa estão os Bancos, as empresas de pesquisa agropecuária, como a EMBRAPA, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), parceiro no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal. O IRPAA, parceiro que contribui para a autonomia da cooperativa. Os próprios cooperados e seus familiares.

Além destes, o Governo do Estado da Bahia, por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), as Prefeituras, via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), as Associações Comunitárias de Fundo de Pasto, os Grupos de Produção nas comunidades abrangidas pela cooperativa, a Organização dos Homens Católicos de Lins (KMB), a Rede Central da Caatinga, a Escola Família Agrícola do Sertão, o SEBRAE e SENAI, L'occitane Eau Brésil, são fundamentais para o desenvolvimento de suas ações.

Entre os parceiros internacionais estão a entidade AGRANA e o instituto ICEP, ambas da Áustria; as empresas ALTERECO e EZA, francesa e austríaca de comércio justo; a ICCO, organização voltada para o desenvolvimento e apoio no financiamento de projetos de fortalecimento institucional, sediada na Espanha, e a SLOW FOOD que apoiou financeiramente a construção das mini fábricas, qualidade e desenvolvimento de produtos, participação em feiras e eventos, marketing, divulgação e construção do site da cooperativa.

Para reportar ao público atividades, notícias, eventos, além das informações disponíveis no site ([www.coopercuc.com.br](http://www.coopercuc.com.br)), a cooperativa realiza assembleias gerais, oportunidade em que os cooperados e cooperadas decidem por meio do voto sobre quaisquer assuntos pertinentes, inclusive apreciam e discutem sobre a prestação de contas, composta do Balanço Geral, Demonstrativo das contas de sobras e perdas e o parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social imediatamente anterior ao atual, onde deliberam pela aprovação ou rejeição, na forma do Estatuto Social.

A Coopercuc é entendida tanto pelo seu corpo de funcionários quanto pelos seus cooperados como uma entidade econômica na medida em que o planejamento ocorre com a participação indireta do cooperado e não depende das decisões tomadas por este em sua propriedade rural, que tem autonomia para decidir a quem entregar sua produção. Diante disso,



é possível inferir que possui natureza de cooperativa sob a perspectiva da firma. (ROBOTKA, 1947; SAVAGE, 1954; HELMBERGER; HOOS, 1962 *apud* LONDERO, 2015).

#### 4.3.2 Corpo Funcional

A Coopercuc é formada por um corpo funcional qualificado e dispõe de uma organização interna por setores específicos (produção, assistência técnica, comercialização, administração e finanças). Como regra, ao estabelecer vínculo empregatício com a cooperativa, o associado tem sua condição de filiação suspensa, não podendo exercer o direito de votar e de ser votado. A Tabela 5 apresenta os dados quantitativos sobre a composição do quadro de funcionários e cooperados, evidenciando a política de recursos humanos em seus mais variados aspectos.

**Tabela 5 - Corpo Funcional**

<b>1) Dados não monetários - empregados</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
1.1 - Admissões no período	5	17
1.2 - Demissões no período	14	3
1.3 - Total de Funcionários no final do exercício	20	34
1.3.1 – Mulheres	10	16
1.3.2 – Negros	2	3
1.4 - Número de pessoas com funções administrativas	9	9
1.5 - Número de cargos de chefia ocupados por mulheres	1	2
1.6 - Número de cargos de chefia ocupados por negros	2	2
1.7 – Estagiários (Remunerado)	1	1
<b>2) Dados não monetários - cooperados</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
2.1 - Admissões no período	3	0
2.2 - Saídas no período	0	0
2.3 - Total de cooperados no final do exercício	271	271
2.3.1 – Mulheres	178	178
2.3.2 - Deficientes físicos/mobilidade reduzida	1	1
2.3.3 – Idosos	29	29
2.3.4 – Negros	15	15
<b>3) Dados monetários (gastos em Reais) para empregados e cooperados</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
3.1 - Remuneração média das mulheres	R\$ 1.704,00	R\$ 1.825,00
3.2 - Remuneração média dos homens	R\$ 1.638,00	R\$ 2.038,00
3.3 - Remuneração média dos negros	Não há distinção	
3.4 - Remuneração média dos brancos		

Fonte: Coopercuc - Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (2019)

Não há registros de processos judiciais trabalhistas, acidentes de trabalho e multas derivadas dos órgãos de fiscalização do trabalho, bem como contratação de jovens aprendizes e estrangeiros nos anos de 2017 e 2018.

Na Coopercuc, constata-se que 65% do total de associados são mulheres. Considerando que são maioria, a escolha de uma mulher para a presidência no biênio 2017/2019 demonstra a atenção da cooperativa em assegurar a representatividade e participação feminina nos ambientes onde as decisões são tomadas.

De acordo com o relato da Diretoria, o que explica a diferença salarial entre homens e mulheres em 2018 é a existência de maior número de homens trabalhando na área de assistência técnica (ATER) e em nível de coordenação, ao passo que, para esses cargos o salário base é superior ao dos demais setores e que não há distinção salarial por raça ou etnia.

Atualmente, encontra-se em fase de discussão a implantação de um plano de cargos e salários que garanta a igualdade e a padronização justa entre os empregados, correspondente a cada um dos cargos existentes.

De acordo com a Diretoria, os cooperados, em sua maioria, praticam agricultura familiar e caprinovinocultura, de base agroecológica e/ou orgânica. Alguns tem parte considerável da renda oriunda de aposentadorias rurais ou de programas governamentais.

As práticas de Responsabilidade Social da cooperativa para os empregados, cooperados e cooperadas, se estendem à prestação de assistência no contexto da convivência com o Semiárido, usando tecnologias apropriadas a esse Bioma; assistência social e educacional; aprimoramento técnico-profissional; estabelecimento de parcerias para a alfabetização da população rural e urbana, intercâmbio, formação e capacitação para o corpo funcional de acordo com as necessidades, sempre levando em consideração o respeito ao meio ambiente.

Pela dificuldade na mensuração dessas práticas, os dados monetários sobre os gastos realizados em benefício dos empregados e cooperados não são apresentados, ao passo que, conforme exposto adiante, a cooperativa realiza outros projetos que não estão contemplados nesse item.

#### **4.3.3 Ações Sociais (Externo à Entidade)**

Optou-se por apresentar os dados de forma descritiva, para facilitar o entendimento sobre as ações sociais promovidas pela entidade em benefício da comunidade.

Nos dias 27 e 28 de abril de 2018, a Coopercuc promoveu a 10ª Edição do Festival do Umbu, na cidade de Uauá-BA. Com o tema “Alimentação e Sustentabilidade”, o evento proporcionou:



[...] cultura popular, arte, conhecimento e sabores, por meio de espaços de formação (*oficinas temáticas e mesas redondas*), feira da economia solidária e agricultura familiar, apresentação de tecnologias sociais, rodada de negócios, debates, seminários, culinária regional, concursos culturais e apresentações musicais. (COOPERCUC, 2018, p. 1)

No ano anterior, o tema foi “Integração dos sistemas produtivos no Semiárido”, com o objetivo de “[...] dar visibilidade às demais potencialidades da região que se somam ao umbu e promovem o Bem Viver no Semiárido.” (COOPERCUC, 2017a, p. 2).

**Figura 16 - O Festival em 2017 e 2018**



Fonte: Coopercuc - Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (2019)

Para realização das edições do Festival, a Coopercuc contou com o apoio de parceiros, entre eles, o Governo do Estado da Bahia, por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), o Banco do Nordeste, a Companhia de Gás da Bahia, as Prefeituras de Uauá e Curaçá (Bahia) e a própria cooperativa, que juntos desembolsaram R\$ 418.800,00 em 2018. Em 2017, a cooperativa também recebeu apoio da Slow Food, parceira que há anos vem contribuindo para o fortalecimento do consumo de alimentos bons, limpos e justos.

O volume de negócios gerados durante os dois dias do festival ultrapassou R\$1.090.000,00, incluindo hotelaria, restaurante, transporte, exposição de produtos da

Economia Solidária, vendedores informais e infraestrutura, superior à edição de 2017 que foi R\$ 1.001.600,00, causando um impacto positivo na cidade, beneficiando o comércio local.

De acordo com os relatórios apresentados (2017a; 2018), o público total do evento foi de aproximadamente 40.000 pessoas em 2017 e 30.000 em 2018, que participaram dos eventos culturais, artísticos e técnicos.

A Edição de 2018 possibilitou o encontro de 30 Empreendimentos Econômicos Solidários, em boa medida articulados junto à Central da Caatinga, onde estes puderam expor seus produtos na forma de alimentos, bebidas e artesanato, vindos de 23 municípios da Bahia, 01 de Sergipe e 01 de Alagoas. Em 2017, o espaço destinado à Feira de Agricultura Familiar abrigou 40 expositores de empreendimentos coletivos.

Além disso, aproximadamente 2.194 pessoas, em sua maioria cooperados e agricultores(as) familiares das comunidades do entorno, tiveram a oportunidade de participar de mesas redondas e oficinas temáticas no primeiro dia sobre:

[...] Caprinocultura de Leite e Produção na Caatinga; Educação no Campo e Desenvolvimento Sustentável; Questão da terra (Lei estadual de fundo e fecho de pasto); Análise da Conjuntura Política e Social no Semiárido; Caprinovinocultura e Extrativismo Sustentável, Valorização Social e Turismo Rural de Base Comunitária. (COOPERUC, 2018, p. 3).

No segundo dia, a participação foi maior e contou com atividades de formação com os temas seguintes:

[...] Agroecologia no Semiárido; Palma Forrageira; Comunicação como estratégia de divulgação dos produtos da Caatinga, Comercialização da Agricultura Familiar; Alimentação, sustentabilidade e Manejo Sustentável da Caatinga. (COOPERUC, 2018, p. 3).

Durante a edição de 2017, ocorreram debates na forma de painéis com temas relacionados ao cultivo da mandioca, fruticultura de sequeiro, o mercado institucional do PAA e PNAE, que recebeu contribuição dos expositores que debateram sobre as dificuldades para escoamento da produção familiar. Somado a isso, foram debatidos os desafios da sustentabilidade alimentar, a caprinocultura de leite e a “[...] urgência em retomar os hábitos saudáveis de alimentação [...]” (COOPERUC, 2017a, p. 5).

Para a entidade, ficou comprovado “[...] de forma incontestável, o compromisso com o desenvolvimento regional sustentável, destacando a produção agroecológica, a valorização da cultura e da identidade local, além da quebra de paradigmas quanto à viabilidade do semiárido.” (COOPERUC, 2018, p. 1).

Assim, promove a interação social quando viabiliza o acesso a oficinas sobre temas relacionados à melhoria da qualidade de vida, educação no campo, agroecologia, convivência com o Semiárido e desenvolvimento sustentável, ampliando “[...] os horizontes de oportunidades

dos (as) agricultores (as) na gestão de suas propriedades, na busca da sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental.” (COOPERCUC, 2018, p. 4).

Visando o desenvolvimento sustentável, a valorização da produção local, o aumento da capacidade de produção e a divulgação dos produtos em maior escala, a cooperativa firmou em 2018 convênio com o Governo do Estado, que tem por objeto a “[...] assessoria técnica rural, gestão da aliança produtiva e implementação do plano de comunicação e marketing, na sede de município de Uauá, por meio do Projeto Bahia Produtiva<sup>10</sup>.” (COOPERCUC, 2018a, p. 1), com duração de 36 meses, beneficiando diretamente 68 famílias.

A Coopercuc, através de contrato firmado com o Governo do Estado, presta serviço de “[...] Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) – por meio de atividades individuais, coletivas e complementares, compreendendo o planejamento, a execução e avaliação, no contexto da implementação do Pró-Semiárido, nos municípios de Curaçá e Uauá.” (COOPERCUC, 2017b, p. 2).

Em 2018, por meio desse contrato, a cooperativa atendeu cerca de 1.200 famílias, em comunidades rurais, proporcionando acesso à conteúdo de educação ambiental, formação em gestão de convênios, em manejo alimentar animal (fenação, silagem, plantio de palma), manejo sanitário, associativismo e cooperativismo, desenvolvimento de novos produtos, formação de grupos de mulheres e jovens, gestão e controle social, acesso à água para produção e utilização de equipamentos.

---

<sup>10</sup> De acordo com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), o projeto objetiva também promover a inclusão econômica e social de mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades tradicionais e empreendedores da economia solidária, melhorar a infraestrutura básica necessária para apoio à produção e a comercialização, bem como a adoção de práticas de gestão sustentável de recursos naturais em áreas de produção e pretende beneficiar cerca de 56,2 mil pessoas em todo o estado. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/projetos/bahia-produtiva>. Acesso 15/04/2019.

**Figura 17 - Capacitações**

Fonte: Coopercuc - Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (2019)

Ao longo dos anos a Coopercuc tem incentivado e apoiado a pesquisa científica, por meio de parcerias com a comunidade acadêmica, onde a troca de informações ocorre entre os profissionais e pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa, transitando por diferentes áreas do conhecimento.

Nesse sentido, em 2010, a cooperativa apoiou o desenvolvimento da pesquisa que objetivou “Conhecer e entender a forma que os agricultores familiares do Semiárido baiano, conduzem seu planejamento de produção e que estratégias utilizam para solucionar as dificuldades econômicas encontradas”, viabilizando a promoção do contato com os agricultores de nove comunidades rurais para coleta de dados, transporte para deslocamento da pesquisadora e fornecimento de recursos didáticos. Entre os resultados, Carmem de Almeida Alves chegou à conclusão que é necessário:

[...] repensar a contabilidade clássica buscando alternativas para a gestão contábil rural, adaptável e aplicável a realidade da agricultura familiar. Partindo de uma perspectiva pedagógica de base reflexiva, objetivando não apenas a transmissão de técnicas ou procedimentos contábeis formais, mas a construção do desenvolvimento social dos agricultores, tendo como ponto de partida sua realidade e percepção econômica, produtiva, ambiental e social. (ALVES, 2010, p. 87).

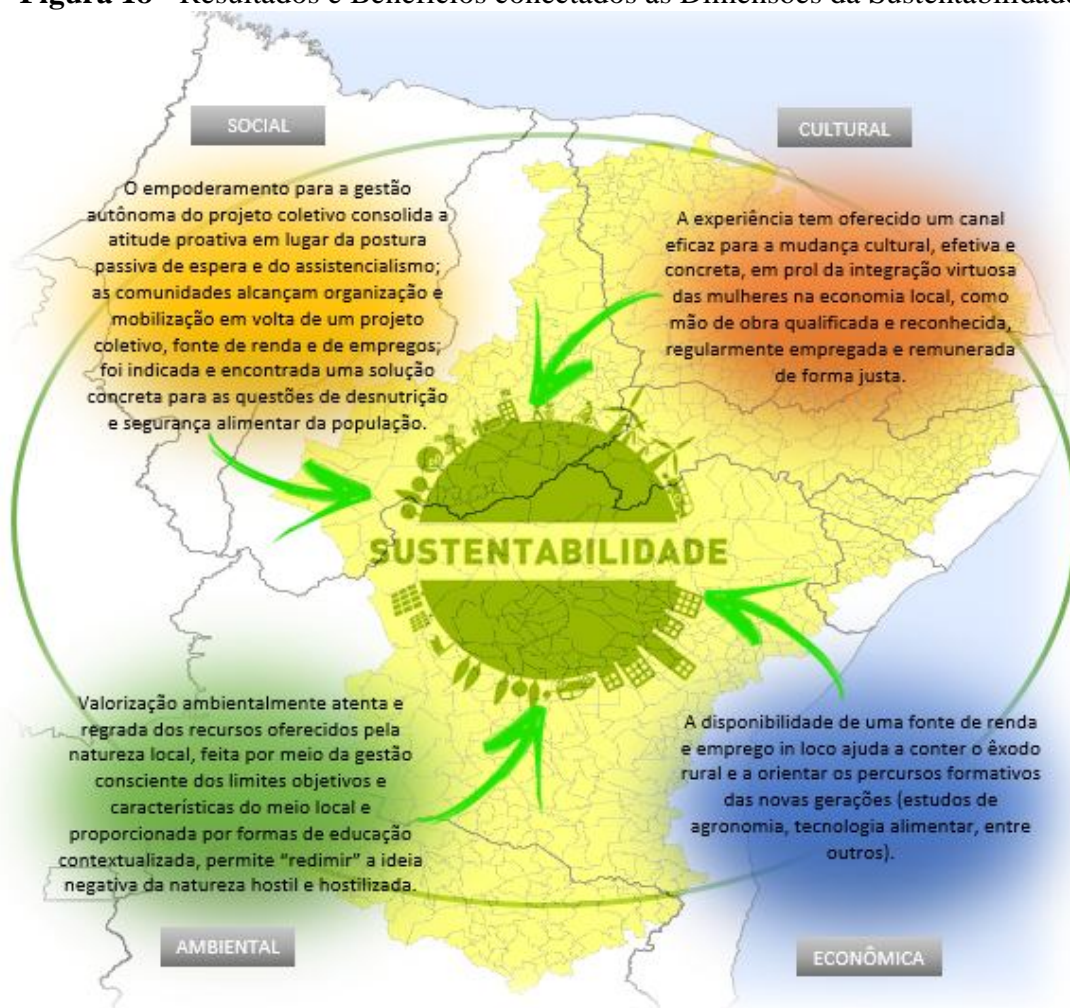
Em 2016, a Coopercuc foi objeto de estudo, onde sua experiência foi analisada pelos pesquisadores Chiara Gentile e André Burgos “[...] mediante a reconstrução de sua história de vida, para ilustrar os fatores diferenciadores que a tornaram um modelo de gestão socioambiental capaz de dar respostas às fragilidades associadas ao semiárido” e apontaram



para “[...] resultados que se traduzem em um corolário de benefícios em diversos âmbitos e que vão de encontro aos fatores desagregadores do semiárido e na definição de suas problemáticas socioeconômicas” (GENTILE; BURGOS, 2016, p. 138).

Ao conectar esses resultados e benefícios às dimensões da sustentabilidade trazidos por Werbach (2010), tem-se um novo olhar sobre como a cooperativa realiza as ações que afetam os elementos da sociedade, ações que afetam as necessidades econômicas, ações e condições que afetam o meio ambiente e ações pelas quais as comunidades manifestam sua identidade e cultura (Figura 18).

**Figura 18 - Resultados e Benefícios conectados às Dimensões da Sustentabilidade**



Fonte: Adaptado de Gentile e Burgos (2016, p. 147) e Werbach (2010).

Ao final, Gentile e Burgos (2016, p. 148) consideram que ao invés dos membros da Coopercuc se sentirem “vítimas da seca” predominante no Semiárido brasileiro, “[...] se tornaram sujeitos ativos e propositivos de direito e cidadania, transformando as oportunidades

de capacitação que foram sendo oferecidas – a partir de recursos locais – em caminhos de organização social autônoma e em benefícios coletivos.”

#### 4.3.4 Ações Ambientais da Entidade

A Coopercuc não atua diretamente reflorestando áreas, uma vez que existem associações de fundo de pasto que fazem esse trabalho junto a população local. No entanto, fornece as mudas de umbuzeiro e outras espécies para os agricultores familiares que fazem o trabalho de Recaatingamento, e monitoramento das comunidades rurais certificadas que estão diretamente ligadas à cooperativa, e com isso, contribui para a sustentabilidade do Bioma Caatinga.

Não há registros de ações judiciais, multas e acidentes ambientais na Coopercuc, bem como o recebimento de prêmios em 2017 e 2018.

A Tabela 6 apresenta o consumo médio de água e energia. Para reduzir o consumo hídrico, foram construídas quatro cisternas para captação de água de chuva com capacidade de 100m<sup>3</sup> cada uma na fábrica central.

**Tabela 6 - Consumo médio de água e energia**

1) Dados não monetários	2017	2018
1.1 - Consumo de água e energia	Água: 26m <sup>3</sup> Energia: 3.000 KWh	Água: 41m <sup>3</sup> Energia: 3.581 KWh

Fonte: Coopercuc - Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (2019)

Ao mesmo tempo, encontra-se em fase de planejamento a instalação de painéis solares, uma vez que com a mudança para a fábrica central, houve expansão da produção e conseqüentemente aumento no consumo de energia elétrica, cujo gasto pode ser reduzido por meio do uso de energia solar.

Entre as ações para preservação do Bioma Caatinga, está a criação de um protocolo de produção, que é adotado pelos cooperados, visando o correto manuseio das frutas durante a colheita sem agredir o meio ambiente.

Para o processo produtivo, a cooperativa não retira lenha do Bioma Caatinga. Nesse sentido, realiza a aquisição junto a fornecedores de “Algaroba” (espécie vegetal arbórea da família das leguminosas) nas proximidades. As cinzas da queima da lenha e as sementes de

umbu são misturadas e reaproveitadas para uso como composto orgânico no viveiro da fábrica central e nas propriedades rurais dos cooperados.

Encontra-se em fase de testes o tratamento da água que sobra da produção (pavimento). Por meio de um sistema utilizando “Biogel” essa água é captada numa cisterna construída com essa finalidade e bombeada para ser reutilizada no viveiro de mudas.

As evidências apontam para o uso da criatividade do corpo funcional no desenvolvimento de mecanismos simples que possibilitam a produção ecologicamente correta, preservação da biodiversidade local e a gestão dos resíduos sólidos, dificultando a evidenciação dos investimentos realizados em pesquisas e ações ambientais, que não puderam ser mensurados.

Com relação ao lixo, a cooperativa realiza o trabalho de separação segundo a sua constituição ou composição, facilitando a reciclagem, cuja coleta é feita pelo município e não há registros de monitoramento e controle da destinação final do quanto foi gerado em 2017 e 2018.

A Coopercuc tem incentivado e apoiado a pesquisa científica focados nos aspectos ambientais onde está inserida. Neste contexto, de acordo com Bianchini (2018, p. 30) a atividade extrativista do umbu representa um importante valor social, econômico e ambiental para as famílias das Comunidades Fundo de Pasto nas cidades abrangidas pela Coopercuc. Nessa lógica, o referido pesquisador realizou um trabalho com o objetivo de “[...] compreender as atuais formas de manejo e gestão dos agroecossistemas das Comunidades Fundo de Pasto dessa região e como esta forma tradicional de ocupação na Caatinga vem conservando os umbuzeiros através do manejo sustentável.” Nesse trabalho, a cooperativa viabilizou a participação dos agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do seu corpo funcional e contribuiu para a seleção das comunidades rurais protagonistas na formação e participação produtiva da Coopercuc.

A pesquisa possibilitou a geração de mapas de autoria da própria comunidade:

[...] servindo como ferramentas de gestão e planejamento territorial, contribuindo na definição de acordos de uso e manejo familiar e comunitário do agroecossistema e na conservação da sua socio-agrobiodiversidade, subsidiando também o planejamento das ações de Ater. Os mapas representam a autodemarcação do território e auxiliam a comunidade nos processos de reconhecimento, autonomia e regularização fundiária da sua posse coletiva. (BIANCHINI, 2018, p. 116).

A partir da pesquisa, Bianchini (2018) concluiu que é necessário ampliar as experiências com a Fruticultura de Sequeiro (inovação social voltada a recomposição do umbuzeiro nas áreas de Caatinga degradada); Enriquecimento da Caatinga (realizada por meio do plantio de mudas enxertadas) e; Recaatingamento (ações voltadas para conservação dos

recursos naturais e a recuperação das áreas degradadas), inovações estas, presentes nas comunidades estudadas para recomposição das plantas de umbuzeiro nas paisagens do Semiárido.

#### **4.3.5 Demonstração do Valor Adicionado**

A Coopercuc não possui a DVA. Logo, com base nas informações contábeis existentes no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Balancete de Verificação e Relatório de Folha de Pagamento, procurou-se elaborar a referida demonstração de forma objetiva, simples e ilustrativa.

Como mencionado, a DVA deve apresentar informações de dois períodos, atual e anterior, possibilitando verificar as variações ocorridas e auxiliar nas análises. Contudo, durante o processo de elaboração do demonstrativo relativo ao ano 2017, verificou-se que algumas informações não puderam ser mensuradas por conta de mudanças ocorridas nos controles internos, impossibilitando que a DVA espelhasse a realidade sobre a riqueza gerada e distribuída pela Coopercuc naquele ano.

Ao mesmo tempo, considerando que a cooperativa possui diversos *stakeholders*, entre os quais estão associados que podem encontrar dificuldades na compreensão do demonstrativo apresentado na forma de “peça contábil”, ocasionado, muitas vezes, pela falta de contato com demonstrações contábeis em geral, optou-se por apresentar os resultados da DVA na forma de índices e gráficos que auxiliam na evidenciação do desempenho da entidade do ano 2018.

Segundo as orientações de Londero (2015), analisou-se a DVA da Coopercuc procurando gerar informação relevante aos *stakeholders*, de modo que pode ser apresentada como parte integrante da prestação de contas, facilitando a comparabilidade e a compreensibilidade das informações na Assembleia Geral.

Segundo a diretoria, a Coopercuc tem como premissa remunerar o cooperado pelo preço pago ao insumo entregue com valor superior ao praticado no mercado. Logo, contribui para o aumento da renda, ao mesmo tempo em que incentiva os (as) agricultores (as) a permanecerem conectados à entidade.

No que se refere às operações realizadas pelas Sociedades Cooperativas, Londero (2015) explica que o ato cooperativo apresenta dupla natureza, uma social e outra econômica, ao passo que o ato não cooperativo, embora quando direcionado para a RATES proporcione



benefício social, tem finalidade apenas econômica, não sendo coerente, em alguma medida, com os propósitos do cooperativismo.

Nesse contexto, nos relatórios contábeis da Coopercuc, não há registros que demonstrem, em separado, as operações comerciais e financeiras por tipo de ato. Logo, não foi possível calcular os índices de participação destes no valor adicionado, inviabilizando a sua evidenciação no Balanço Social. Londero (2015) explica que quanto maior o resultado do ato cooperativo, maior a coerência com a dupla natureza das cooperativas.

De posse da DVA relativo ao ano 2018, foi possível calcular alguns índices de geração de riqueza demonstrados no Quadro 14, informando como ocorre a formação do valor adicionado e o potencial de determinados elementos das demonstrações contábeis de gerarem riqueza.

**Quadro 14 - Índices de geração de riqueza da Coopercuc**

Nome do Índice	Fórmula	Índices
		2018
Potencial de agregação de valor pela entidade nas vendas	$\frac{VA \text{ líquido gerado pela Cooperativa}}{Vendas \text{ Líquidas}}$	0,331
Potencial de agregação de valor bruto pela entidade nas vendas	$\frac{VA \text{ bruto gerado pela Cooperativa}}{Vendas \text{ Líquidas}}$	0,387
Potencial de ativo em gerar riqueza	$\frac{VA \text{ líquido gerado pela Cooperativa}}{Ativo \text{ total líquido}_{med}}$	0,188
Potencial do Patrimônio Líquido em gerar riqueza	$\frac{VA \text{ líquido gerado pela Cooperativa}}{Patrimônio \text{ líquido}_{med}}$	0,236
Potencial dos empregados em gerar riqueza	$\frac{VA \text{ líquido gerado pela Cooperativa}}{N^{\circ} \text{ médio de empregados}}$	R\$ 28.902,90
Grau de riqueza produzida em transferência	$\frac{VA \text{ recebido em transferência}}{Valor \text{ Adicionado a distribuir}}$	0,560
Grau de capacidade de produzir riqueza	$\frac{VA \text{ líquido gerado pela Cooperativa}}{Valor \text{ Adicionado a distribuir}}$	0,440

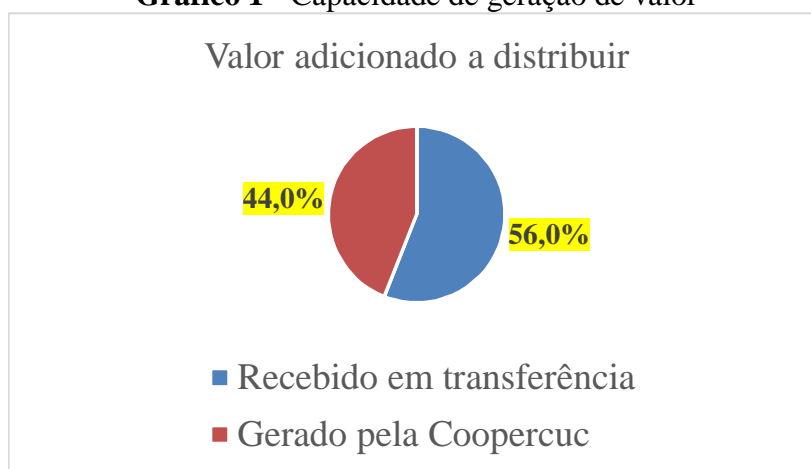
Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Conforme pode ser visualizado no Quadro 14, o potencial de agregação de valor das vendas em termos brutos foi de 33,1% e 38,7% líquidos. Quanto ao potencial dos ativos (excluindo do cálculo os valores de investimentos de curto e longo prazo) foi de 18,8%, ao passo que o do patrimônio líquido foi de 23,6%. De acordo com Londero (2015), esses índices permitem que o desempenho da cooperativa seja comparado ao de entidades com finalidade lucrativa, como a margem, retorno sobre os ativos e a contribuição do capital próprio no processo de geração de valor. Quanto maior o resultado, melhor o desempenho das vendas, a eficiência no uso dos ativos e a capacidade da entidade em gerar valor utilizando seus próprios recursos.

O potencial dos empregados em gerar riqueza foi R\$ 28.902,90. Quanto maior o valor, melhor, posto que evidencia o quanto representa a produtividade dos empregados vinculados à cooperativa em gerar riqueza.

A Coopercuc é capaz de gerar 44,0% da riqueza que é distribuída pela entidade. Em outras palavras, 56,0% do valor adicionado total a distribuir referem-se a valores recebidos em transferência, o que demonstra uma dependência dos recursos recebidos de terceiros na forma de doações, patrocínios e receitas financeiras (Gráfico 1).

**Gráfico 1 - Capacidade de geração de valor**



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

De acordo com Londero (2015), quanto maior a capacidade de geração de riqueza pela própria entidade, melhor tende a ser o seu desempenho, evidenciando menor dependência de recursos não vinculados a atividade principal da cooperativa.

O Quadro 15 mostra alguns índices de distribuição de riqueza, evidenciando como foi feita essa distribuição entre os agentes econômicos que interagem com a cooperativa e que ajudaram a produzir a riqueza do ano 2018.

**Quadro 15 - Índices de distribuição de riqueza da Coopercuc**

Nome do Índice	Fórmula	Índices
		2018
Participação dos empregados no valor adicionado	$\frac{\text{Pessoal}}{\text{Valor Adicionado a distribuir}}$	0,372
Participação do governo no valor adicionado	$\frac{\text{Impostos, taxas e contribuições}}{\text{Valor Adicionado a distribuir}}$	0,348
Participação de terceiros no valor adicionado	$\frac{\text{Rem. de capital de terceiros}}{\text{Valor Adicionado a distribuir}}$	0,015
Participação das sobras no valor adicionado	$\frac{\text{Distribuição e retenção das sobras}}{\text{Valor Adicionado a distribuir}}$	0,229
Participação do cooperado no valor adicionado	$\frac{\text{Retornos econômicos aos cooperados}}{\text{Valor Adicionado a distribuir}}$	0,036

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Do valor adicionado total a distribuir, a destinação aos empregados representa 37,2%, dos quais 95,3% correspondem à remuneração direta e FGTS, o que é positivo. Londero (2015, p. 210), explica que quanto maior a distribuição realizada para esse grupo, maior será as contribuições socioeconômicas para a região, uma vez que os trabalhadores tendem a “[...] gastar seus rendimentos na localidade onde vivem”. Logo, com o aumento da renda, os empregados melhoram a qualidade de vida.

Na Coopercuc, em 2018, 34,8% da riqueza gerada destinou-se à remuneração do governo, dos quais 71,4% foram para a esfera federal, 16,5% para a estadual e 12,1% para a municipal.

Quanto maior for a distribuição para esse grupo econômico menor tendem a ser as distribuições para os empregados e cooperados, bem como as contribuições socioambientais da cooperativa, sendo que esses grupos seriam os que poderiam causar impacto social e econômico direto na região da cooperativa. Os tributos pagos às esferas do governo retornam ao município de origem em diferentes proporções, para que sejam investidos na sociedade e na economia. Entretanto, não há garantia da quantia que será aplicada e se esses recursos serão aplicados com eficiência. Por essa razão, considerando a produção de impacto social e econômico, é aconselhável que o grupo econômico do governo não fosse expressivo nas cooperativas. (LONDERO, 2015, p. 211).

Em outras palavras, mais de um terço da riqueza gerada pela Coopercuc destinou-se ao recolhimento de impostos, o que é um valor relevante e expressivo, considerando que não há garantia de quanto desse valor retornará efetivamente para a localidade e o seu real impacto para a sociedade, como ocorre no grupo de empregados.

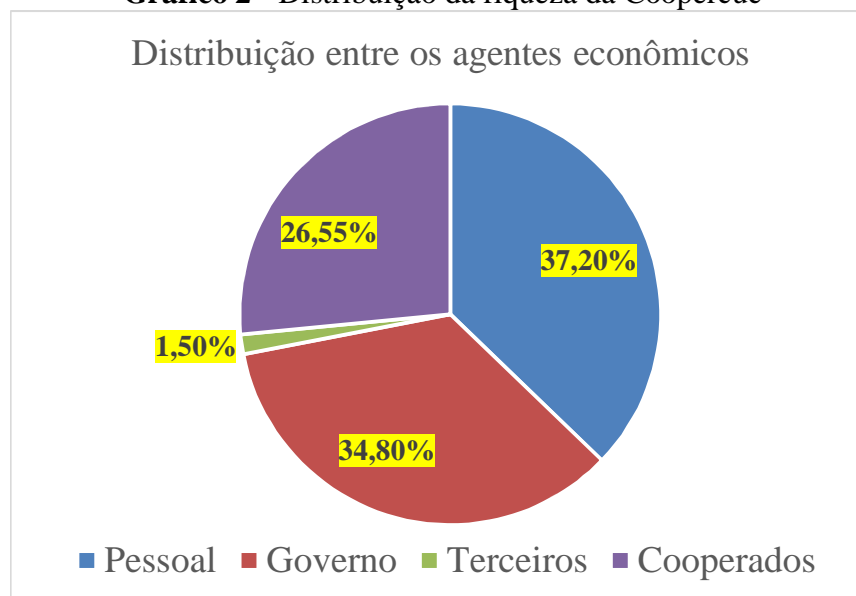
O grupo destinado à remuneração de terceiros (bancos e aluguéis) representa um valor inexpressivo na distribuição da riqueza da cooperativa, menos de 2,0%, o que é positivo, tratando-se de agentes econômicos externos à Coopercuc, que podem não atuar na região e não terem a mesma natureza social e econômica, presentes nas sociedades cooperativas.

Pela dificuldade na mensuração de determinados projetos realizados pela Coopercuc no âmbito socioambiental, uma vez que são registrados como despesas correntes, não foi possível calcular a participação desse indicador, o que inviabilizou a evidenciação de sua participação na riqueza distribuída pela entidade na DVA.

A riqueza destinada aos cooperados representa 22,92% para a participação das sobras. No entanto, em se tratando de valores efetivamente destinados aos (as) cooperados (as), o valor distribuído representa 3,63%. Enfatiza-se que esse item não demonstra por si só o retorno que é distribuído ao cooperado, uma vez que a Coopercuc também remunera o cooperado por meio do preço pago ao insumo entregue à cooperativa que é superior ao praticado no mercado.

O Gráfico 2 mostra que o grupo que recebe a maior parcela da riqueza da entidade são os funcionários, seguindo do governo, cooperados e terceiros.

**Gráfico 2 - Distribuição da riqueza da Coopercuc**



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Desse modo, é possível saber onde os recursos estão sendo empregados entre os agentes que interagem com a cooperativa, e apoiar os *stakeholders* a decidirem quais medidas podem ser tomadas para reverter as transferências de recursos e a administração de medidas para a adequação da distribuição da riqueza de acordo com a natureza e objetivos da Coopercuc.

Londero (2015) explica que embora a constituição de Reserva para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) seja obrigatória, não há obrigatoriedade quanto a sua realização, cabendo à entidade decidir quais atividades e projetos serão beneficiárias. Na Coopercuc, não há registros contábeis sobre a sua realização. Logo, não foi possível calcular os índices da distribuição da riqueza relacionados a essa reserva.

#### 4.3.6 Organização e Gestão da Entidade

A Coopercuc passou por três reformas estatutárias desde quando foi criada. Entretanto, sempre manteve o compromisso com os princípios da produção de alimentos saudáveis de forma justa e comprometida com o meio ambiente. O Quadro 16 demonstra os principais aspectos da gestão e organização da cooperativa.

**Quadro 16 - Organização e Gestão**

1) Dados descritivos	2017	2018
1.1 - Procedimento para integralização das quotas-partes	Podem ser integralizadas à vista, de uma única vez, ou em até 12 (doze) prestações mensais iguais e sucessivas, ou por meio de contribuição, na forma bens, produtos e serviços avaliados previamente pela diretoria. (art. 26)	
1.2 - Valor da maior remuneração repassada ao(à) cooperado(a)	A Cooperativa não disponibilizou as informações.	
1.3 - Valor da menor remuneração repassada ao(à) cooperado(a)		
1.4 - Valor do maior salário pago ao(à) empregado(a)		
1.5 - Valor do menor salário pago ao(à) empregado(a)		
1.6 - Destino das sobras	Rateio entre os cooperados (art. 70)	
1.7 - Fundos existentes	a) Fundo de reserva destinado a reparar perdas do exercício e atender ao desenvolvimento das atividades correspondente a 10% das sobras líquidas; b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), constituindo 5% das sobras líquidas do exercício. (Art. 66)	
1.8 - Espaço de deliberação sobre o destino das sobras ou débitos	Assembleia Geral Ordinária (Art. 38)	
1.9 - Parâmetro utilizado para distribuição das sobras entre os(as) cooperados(as)	Em partes diretamente proporcionais às operações realizadas com a Cooperativa (Art. 70)	
1.10 - Quantidade de assembleias realizadas	02	02
1.11 - Frequência média nas assembleias pelos(as) cooperados (as)	106 Cooperados (as)	99 Cooperados (as)
1.12 - Decisões submetidas à assembleia	Deliberação sobre PAA e Assistência Técnica; Deliberação sobre a Prestação de Contas	Deliberação sobre a Prestação de Contas; Eleição e posse do Conselho Fiscal.
1.13 - Outros órgãos sociais existentes na cooperativa	Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Conselho de Ética e Disciplina (Comissão Especial) e Conselho Regulador da Indicação Geográfica (Art. 27)	
1.14 - Renovação dos cargos diretivos	Renovação de 1/3. No entanto, não houve renovação em 2017 e 2018.	
1.15 - Frequência do(s) instrumento(s) de prestação de contas	Mensal	
1.16 - Critério principal para admissão de novos(as) cooperados(as)	Ser produtor(a) rural e demais caracterizados como pertencentes a agricultura familiar, em pleno exercício da atividade e detentores de perfil compatível, que atuam em Curaçá, Canudos e Uauá (Bahia), desde que não pratique atividade que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da cooperativa. (Art 8)	
1.17 - Critério principal para afastamento de cooperados(as)	Mantiver qualquer atividade que conflite com os objetivos sociais da Cooperativa (Art 17)	
1.18 - Espaços de representação do cooperativismo em que a cooperativa atua	UNICAFES – União das Cooperativas da Bahia; ASA – Articulação do Semiárido; APIMC – Associação Programa 1 milhão de Cisternas; Central da Caatinga, ARCO Sertão (Centrais de Cooperativas); ABRABIO (Associação Brasileira da Agricultura Familiar Orgânica Agroecológica e Agroextrativista; IRPAA.	
1.19 - Número de cooperados(as) sindicalizados(as)	Não há registros com essa informação.	
1.20 - A cooperativa apoia a organização de outros empreendimentos de tipo cooperativo (qual forma)	Sim, por meio da prestação de serviços (processamento e embalagem) de materiais, apoio na fundação de outras cooperativas.	
1.21 - Principal fonte de crédito	Capital Próprio, originado da prestação de serviços e do processamento e venda dos produtos.	

1.22 - Existem medidas concretas em relação à saúde e segurança no ambiente de trabalho?	Sim, realizando campanhas, capacitações e fornecendo equipamentos, licenças vigentes, exames periódicos.
1.23 - A participação de cooperados(as) no planejamento da cooperativa:	Ocorre em nível de coordenação, por setores.
1.24 - A cooperativa costuma ouvir os(as) cooperados(as) para solução de problemas e/ou na hora de buscar soluções? De que forma?	Sim, sem data definida.

Fonte: Coopercuc - Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (2019)

Entendida como uma agroindústria cooperativada da agricultura familiar no estudo de Martins (2016), a Coopercuc abriu espaço para a discussão sobre os problemas que acometem as cooperativas de grande porte: horizonte, portfólio, controle, custos de influência e carona (*free rider*), que, segundo o pesquisador (2016, p. 29) tem relação direta com a inserção da cooperativa no mercado e assim com práticas de gestão e de atuação social de cooperados com vistas à maximização dos ganhos individuais e da organização, contrapondo-se à conduta guiada a partir de valores de solidariedade e comunitários onde a busca é o bem estar coletivo.

A partir da pesquisa, Martins (2016, p. 121) considera que a Coopercuc é o tipo de cooperativa autêntica, ligada aos princípios originais do cooperativismo:

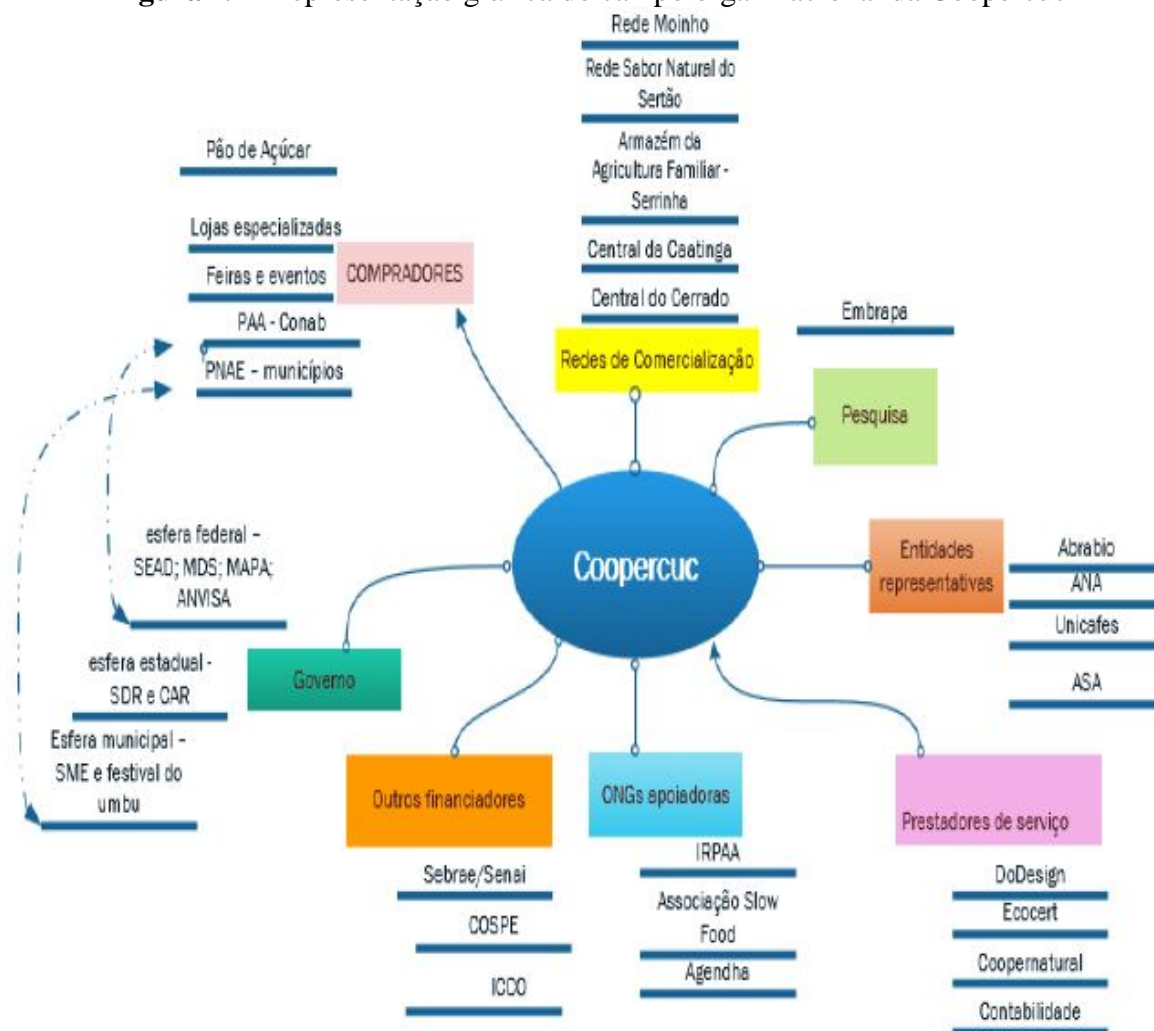
[...] com elevado grau de cooperação e coesão social sob valores e princípios comunitários, esta organização mantém as metas de agroindustrializar para acessar os mercados, gerar renda para os cooperados e melhorarem suas condições de trabalho e de vida.

Martins (2016, p. 121) ainda infere que a Coopercuc estabelece relações que vão além das meramente econômicas, tratando-se de cooperação no dia a dia, relações sociais, e prática de vida comunitária, [...] “colocando homens e mulheres cooperados em um nível de interação onde a racionalidade do *homo economicus*, não é determinante para interação socioprodutiva do grupo”, concluindo que [...] “a gestão da cooperativa atua com clareza e respaldo dos cooperados para o desenvolvimento das famílias. A agroindústria serve à qualidade de vida das famílias cooperadas e não o contrário, as famílias servem à fábrica, ao lucro e à produção para o mercado.” (MARTINS, 2016, p. 127).

Em 2017, a Coopercuc participou de um estudo de caso com o objetivo de contribuir para a compreensão da relação entre a agricultura familiar e os mercados, mediada por suas organizações econômicas. O trabalho possibilitou entre outros aspectos, o fornecimento de uma visão sociológica da interação entre a cooperativa e os mercados a partir do exame das redes relacionais e de sistemas culturais que modelam e sustentam a estrutura e a sua ação. Por meio do trabalho, Camila Marques Viana da Silva, constatou que a entidade “[...] faz parte de um seleto grupo de cooperativas que se tornam uma espécie de ‘vitrine’ para o Governo Federal,

ajudando a legitimar as políticas para a agricultura familiar” (SILVA, 2017, p. 148). A Figura 19 apresenta os principais agentes que interagem com a Coopercuc.

**Figura 19** - Representação gráfica do campo organizacional da Coopercuc



Fonte: Silva (2017, p. 149)

As evidências documentais aliada às contribuições teóricas até aqui apresentadas apontam que essa ampla rede formada em torno da Coopercuc (Figura 19), interagem de modo que possibilitam à cooperativa o conhecimento de práticas de gestão e organização, o financiamento da produção, o acesso a tecnologias apropriadas para o clima predominante na região, especialmente, pesquisas científicas sobre a qualidade e preservação do umbu e das demais fruteiras nativas do Bioma Caatinga, e, também, acesso aos mercados nacionais e internacionais de produtos orgânicos, onde divulga a marca GRAVETERO® no Brasil e Europa apresentando-se, sempre, como uma entidade social e ambientalmente responsável.

### 4.3.7 Outras informações da Entidade

Em reconhecimento ao trabalho realizado ao longo dos anos, a cooperativa recebeu alguns prêmios, entre eles: o Prêmio Elos Mulher – COELBA; o Prêmio Jaime Wright de Direitos Humanos em 2010 conferindo o Título de instituição ecoeficiente do Semiárido Brasileiro; o Prêmio Destaque de Competitividade para Micro e Pequena empresa Estadual (MPE); o Certificado de Tecnologia Social oferecido pela Fundação Banco do Brasil em 2011; o Prêmio Caixa Nacional pelas Melhores Práticas em Gestão Local por dois anos consecutivos (2011 e 2012), além do Certificado de Municipalidade de DUBAI em 2013. A Figura 20 registra o momento do recebimento dos Prêmios MPE e Caixa, representados pela Tesoureira e o Presidente da época.

**Figura 20 - Premiação**



Fonte: Coopercuc - Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (2019)

A Coopercuc realizou em anos anteriores atividades de formação profissional (estágios) e educação, oferecendo cursos destinados aos jovens, fomentando a participação da juventude local. Contudo, é um desafio encontrar novos caminhos para inserir jovens nos espaços de debate e atuação, para que possam conhecer melhor sua realidade e se sintam pertencentes aos processos de transformação na comunidade, inibindo a migração para outras localidades em busca de uma vida melhor.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capítulo em tela busca integrar tudo que foi abordado, desde os fundamentos teóricos até os resultados da pesquisa empírica. Contudo, enquanto trabalho científico inacabado, trata-se de um estudo que serve mais para evidenciar como um Empreendimento Econômico Solidário (EES) desempenha suas funções sociais e ambientais na sociedade e contribuir para a consolidação de estudos da Abordagem Sociológica da Contabilidade, do que para tecer regras gerais sobre como as entidades devem interagir com a comunidade, meio ambiente e *Stakeholders*.

Inicialmente, alicerçados nos conceitos, definições e construtos abordados no estudo, entende-se que a Contabilidade também está vinculada à responsabilidade social de entidades que não possuem, essencialmente, finalidade lucrativa, na medida em que contribui com a elaboração e divulgação de demonstrativos de natureza social e ambiental, e permite às partes interessadas uma avaliação dos efeitos das atividades sobre a sociedade e o meio ambiente, como o Balanço Social.

Embora não seja uma demonstração obrigatória, entende-se que o Balanço Social se constitui num dos principais relatórios sobre as características da entidade e sua interação com diferentes públicos, sendo, portanto, relevante instrumento de identificação e avaliação do envolvimento desse tipo de organização com a Responsabilidade Social e Sustentabilidade.

No Balanço Social, podem ser evidenciadas, qualitativamente e quantitativamente a forma como os EES integram questões sociais, culturais, ambientais e econômicas, proporcionando informações precisas e detalhadas aos seus *Stakeholders*, facilitando o reconhecimento social e a ação na sociedade, além de outras informações, como a riqueza gerada e distribuída pela entidade, auxiliando para legitimá-las como confiáveis.

Especificamente sobre as cooperativas, é possível inferir que esse tipo de sociedade contribui substancialmente para o desenvolvimento e para a economia do Brasil, por meio das suas atividades sociais e econômicas. No trabalho, ao enfatizar os aspectos contábeis, abordou-se as principais regras específicas as quais as Sociedades Cooperativas estão sujeitas que as diferenciam das demais formas societárias, ainda que possam se utilizar de demonstrativos também voltados para empreendimentos tradicionais, a exemplo do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Como EES, as cooperativas agropecuárias desempenham importante papel na sociedade quando integram em sua essência, valores e práticas voltadas à promoção participativa junto às comunidades locais na condução de processos de desenvolvimento

sustentável, atuando tanto de forma orientada para o social, ambiental, cultural quanto econômico. E a Contabilidade, contribui para isso, quando se torna importante elo entre os *stakeholders* e a sociedade cooperativa na evidenciação destas interações, por meio do Balanço Social.

A pesquisa revelou as principais ações vinculadas à Economia Solidária nas dimensões da sustentabilidade, que podem emergir no Balanço Social. No componente social, ações pertinentes à área de educação, cidadania e qualidade de vida dos associados, bem como da transformação social em benefício da comunidade. No ambiental, consumo consciente de recursos naturais, gestão dos resíduos sólidos, educação e preservação ambiental. No tocante à Sustentabilidade Econômica, a valorização e divulgação dos produtos, formação de redes de apoio, o fomento à participação dos jovens e a forma de distribuição do excedente da produção e renda. Concluindo com as ações de promoção cultural na comunidade, formação cidadã e gestão partilhada entre os associados.

O procedimento metodológico utilizado para essa finalidade atendeu seu objetivo, embora o número de artigos sobre esse assunto represente menos de sete por cento da coletânea inicial da análise. Mesmo assim, as investigações realizadas, traduzem um marco inicial para a disseminação do conhecimento e de intercâmbio de ideias entre os atores e estudiosos da Economia Solidária.

Dando continuidade, o modelo de Balanço Social apresenta elementos comuns aos relatórios sociais e ambientais. No entanto, tem sua estrutura detalhada e adaptável à realidade dos EES, especialmente as cooperativas. Torna-se importante enfatizar que a forma de apresentação do conteúdo não é engessada, tratando-se de uma sugestão. Logo, dependendo da forma de organização, porte, contexto regional e temporal, pode-se estudar adaptações com incremento de novas informações, considerando, inclusive, a influência dos *stakeholders* por informes dessa natureza.

Ao aplicar o modelo de Balanço Social proposto à Coopercuc, pode-se alcançar um nível de aprofundamento sobre suas características, ações em prol do desenvolvimento sustentável, o cuidado com o meio ambiente, a evidenciação das interações realizadas com diferentes públicos, promovendo uma simbiose entre o conhecimento oriundo da academia, as experiências vivenciadas ao longo dos anos e práticas que estão em evolução, traduzindo-se em vantagens para a entidade e um modelo a ser replicado em outras organizações similares.

Indicativo disso, é a realização do Festival do Umbu e o apoio institucional a estudos científicos, que materializa a interação da Coopercuc com o setor produtivo, instituições

de pesquisa e ensino, organizações sociais, comunidades rurais, estudantes, governos, entre outros entes.

Algumas iniciativas realizadas pela cooperativa não puderam ser mensuradas e evidenciadas no Balanço Social, fator limitante para o trabalho. Sobre isso, sugere-se que a cooperativa, no futuro, avalie a importância de destacar em suas demonstrações contábeis e/ou relatórios gerenciais, os gastos realizados em benefício dos empregados e cooperados, investimentos em pesquisa, gestão ambiental e preservação da biodiversidade local, como forma de tomar conhecimento do quanto é dispendido e direcionar melhor os recursos financeiros para essas finalidades, tornando-se ainda mais transparente em suas ações.

Por meio dos índices extraídos da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) de 2018, constata-se que a capacidade de geração de riqueza é maior para recursos recebidos em transferência, o que evidencia dependência de recursos recebidos de terceiros na forma de doações, patrocínios e receitas financeiras. Nesse caso, estudos futuros enfatizando estratégias para alcançar novos mercados, aumentar a rede de clientes e melhorar o seu desempenho econômico, podem contribuir para a mudança dessa realidade e auxiliar outros EES que se encontram nessa mesma situação. Somado a isso, envidar esforços no sentido de realizar as atividades sociais recorrendo o mínimo possível a fontes de recursos externas à cooperativa.

Ressalta-se a importância de manter registro histórico das remunerações repassadas aos cooperados para efeito de comparação com os preços praticados no mercado. Ao mesmo tempo, registros contábeis dos atos cooperativos e não cooperativos em separado, de modo que a próxima DVA corrobore ou não as afirmações de Martins (2016).

Quanto à riqueza distribuída, constata-se que o Governo tem participação expressiva. Sobre isso, recomenda-se a realização de estudos sobre a carga tributária incidente sobre os atos cooperativos em comparação aos atos não cooperativos e a partir disso, verificar quais medidas podem ser tomadas para reverter o quadro que se apresenta, considerando a dupla natureza e objetivos das Cooperativas Agropecuárias.

Por fim, acredita-se que o trabalho tenha impactado positivamente a Cooperuc, que poderá apresentar os resultados desta pesquisa em sua Assembleia Geral e divulgar no endereço eletrônico na internet para os demais *stakeholders*, especialmente as informações inerentes a DVA, até então desconhecidas pela instituição. Ao mesmo tempo, instaura-se um itinerário técnico-científico apropriado a subsidiar os demais Empreendimentos Econômicos Solidários que pretendem adotar o Balanço Social como instrumento de apoio à gestão e evidenciação das interações sociais e ambientais com suporte da Contabilidade.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. C. S.; CASTRO, F. C.; LAZARO, J. C. Avaliação da influência dos stakeholders na proatividade ambiental de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**. Ribeirão Preto, v. 7, n. 17, p. 22-35, jan./abr. 2013.
- ALVES, C. A. **Agricultura familiar e gestão de custos: um estudo de caso na Região do Semi-Árido Baiano**. 2010. 107 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Agrárias, Araras - SP, 2010.
- AMBROZINI, L. S. Pressões internas e externas na utilização de padrões de divulgação de informações socioambientais amplamente aceitos: uma análise sobre estrutura de governança corporativa, ambiente institucional e a perspectiva de legitimação. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Florianópolis, v. 14, n. 31, p. 03-25, jan./abr. 2017.
- ARRUDA, A. S. O.; MATOS, F. R. N.; MACHADO, D. Q.; ARRUDA, C. D. B. Economia Solidária e desenvolvimento local sustentável: um estudo de caso em um sistema de agricultura familiar. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 2, p. 163-178, abr./jun. 2015.
- AZEVEDO, T. C.; CRUZ, C. F. Evidenciação das informações de natureza socioambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região nordeste do Brasil e sua relação com indicadores de desempenho empresarial. **Enfoque Reflexão Contábil (Online)**. Maringá, v. 27, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2008.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. **Empresas, Responsabilidade Corporativa e Investimento Social – uma abordagem introdutória**. Relato Setorial nº 1. Março, 2000. Disponível em: [https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/social01.pdf](https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/social01.pdf) . Acesso em: 22 ago. 2018.
- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 256 p.
- BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 280 p.
- BERNARDES, M. E. C.; CORNETTI, A. A. A.; PACHECO, G.; TELLES, B. M.; FERNANDES, L. R. S. O desempenho de uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis: em direção à autonomia ou à dependência? **Revista de Inovação e Sustentabilidade**. São Paulo, v. 5, n. 3, p. 109-127, set./dez., 2014.
- BIANCHINI, F. **Umbu (Spondias tuberosa): produto da sociobiodiversidade nos Territórios Fundo de Pasto**. 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Juazeiro, Juazeiro - BA, 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Cooperativismo: dados brutos MDIC** Brasília, 2017. Disponível em:

[www.mdic.gov.br/balanca/cooperativa/COOPERATIVAS\\_PRODUTOS\\_UFS.xlsx](http://www.mdic.gov.br/balanca/cooperativa/COOPERATIVAS_PRODUTOS_UFS.xlsx). Acesso em: 01 set. 2018.

BRASIL. Lei n.º 5.764, de 16/12/1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1971.

CALADO, S. S.; FERREIRA, S. C. R. Análise de Documentos: método de recolha e análise de dados. **Metodologia da Investigação I**, DEFCUL, 2004/2005. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

CARDOSO, V. I. C.; DE LUCA, M. M. M.; ALMEIDA, T. A. Práticas de disclosure econômico e socioambiental nas maiores empresas do Brasil. **Revista de Administração da UFSM**. Santa Maria, v. 9, n. 1, p. 156-173, jan./mar. 2016.

CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review**, v. 4, n. 4, 1979.

CARVALHO, F. L. **Indicadores de avaliação de desempenho de cooperativas agropecuárias: um estudo em cooperativas paulistas**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, USP, São Paulo, 2008.

CARVALHO FILHO, M.; PIMENTEL, M. S.; BERTINO, R. M. J.; OLIVEIRA, A. R. L. Índice de sustentabilidade empresarial: uma análise acerca da evidenciação do passivo ambiental. **Revista Ambiente Contábil**. Natal, v. 10, n. 1, p. 104-120, jan./jun. 2018.

CENZI, N. L. **Cooperativismo: desde as origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2012. 172 p.

CEPEA-ESALQ/USP. A união ainda pede força! Ações coletivas fortalecem o setor de HF, mas muitos ainda resistem à organização. **Hortifruti Brasil**. Piracicaba, ano 17, n. 182, set. de 2018.

COELHO, F. Q.; OTT, E.; PIRES, C. B.; ALVES, T. W. Uma análise dos fatores diferenciadores na divulgação de informações voluntárias sobre o meio ambiente. **Revista Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 112-130, jan./mar. 2013.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

CONCEIÇÃO, A. A. B.; CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J.; VIEIRA, E. T. Economia solidária: alternativas para o desenvolvimento em São José do Barreiro/SP. **Desenvolvimento Regional em debate**. Santa Catarina, v. 5, n. 2, p. 188-206, jul./dez., 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade, ITG 2004, de 24 de Novembro de 2017**. Ata CFC n. 1.035. Brasília, 24 de novembro de 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2018-2019)**. Brasília, DF, 2015. Disponível em:

[http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano\\_nacional\\_de\\_ecosol\\_12062015\\_com\\_capa.pdf](http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf). Acesso em:

05 mar. 2019.

COOPERCUC. **Estatuto Social da COOPERCUC**. Registro de 01 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Festival do Umbu, 9ª Edição, Uauá – Bahia – Brasil**. Relatório. Uauá, 29 de maio de 2017a.

\_\_\_\_\_. **Contrato de Prestação de Serviços**. Uauá, 21 de dezembro de 2017b.

\_\_\_\_\_. **Festival do Umbu, 10ª Edição, Uauá – Bahia – Brasil**. Relatório. Uauá, 13 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Convênio CAR/COOPERCUC nº 635/2018**. Termo de Convênio. Uauá, 02 de novembro de 2018a.

COSENZA, J. P. A eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**. São Paulo, edição comemorativa, p. 7-29, out. 2003.

\_\_\_\_\_; KROETZ, C. E. S. Formas de apresentação da informação social e ambiental. **Pensar Contábil**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 33, p. 1-24, 2006.

COSTA, M. I.; TORRES, L. S.; VASCONCELOS, A. C.; DE LUCA, M. M. M. Classificação do Conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Premiadas por suas Práticas de Responsabilidade Socioambiental. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Brasília, v. 7, n. 2, art. 3, p. 147-166, abr./jun. 2013.

COSTA, R. S.; MARION, J. C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, v. 18, n. 43, p.20-33, jan./abr. 2007.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

CRUZ, A. P. C.; MACHADO, E. A.; PEREIRA, A. F.; OLEIRO, W. N.; CARVALHO, L. N. Empresas brasileiras do novo mercado e suas práticas de evidenciação voluntária de informações por segmento. **Sinergia: Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC)**. Rio Grande, v. 18, n. 2, p. 19-35, 2014.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. A Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**. São Paulo, n. 37, p. 7-23, jan./abr. 2005.

DALMÁCIO, F. Z. Indicadores para análise da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 89-97, 2004.

DE LUCA, M. M. M. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998. 104 p.

\_\_\_\_\_; DA CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.; OLIVEIRA, M. C. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. 2º Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 168 p.

DEEGAN, C. The legitimizing effect of social and environmental disclosure: a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002.

DEEGAN, C. **Legitimacy theory**. In: HOQUE, Z. Methodological issues in accounting research: theories, methods and issues. London: Spiramus Press: 2006. p. 161-181.

DICKEL, D. **Manual de contabilidade para as cooperativas agropecuárias**. 2. ed. Porto Alegre: Sescop/RS, 2014.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks**. Canada: New Society, 1999. 272 p.

FEITOSA, A. K.; LANDIM, G. H. P. Processos autogestionários e desenvolvimento sustentável: Estudo de caso da Associação de Artesãos e Campos Sales – CE. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. Mossoró, v. 8, n. 5, p. 41-47, dez., 2013.

FERREIRA, C. I.; BARRETO, C. S.; ANGELINI, M. A. G.; MALVEZZI, M. C. Natureza Jurídica das Cooperativas, **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**. Belo Horizonte, n. 62, p. 119-139, jan./jun. 2013.

FERREIRA, L. B.; TORRECILHA, N.; MACHADO, S. H. S. A técnica de observação em estudos de Administração. In: XXXVI Encontro da ANPAD. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

FERREIRA, L. F.; SILVA, M. W. Evidenciação da Contabilidade Ambiental: uma análise da transparência das demonstrações contábeis de empresas nacionais do setor siderúrgico. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. Florianópolis, v. 5, n. 15, p. 19-34, ago./nov. 2006.

FORGIARINI, D. I.; ALVES, C. N.; MENDINA, H. J. C. Aspectos teóricos do cooperativismo e suas implicações para a gestão de cooperativas. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**. Santa Maria, p. 21-36, Edição Especial 01/2018.

FREEMAN, R. E.R. **Strategic management: a stakeholder approach**. New York: Cambridge University Press, 1984. 292 p.

FREEMAN, R. E. R. HARRISON, J. S.; WICKS, A. C.; PARMAR, B. L.; COLLE, S. **Stakeholder Theory: The State of the Art**. New York: Cambridge University Press, 2010. 363 p.

FRIEDMAN, M. The social responsibility of business is to increase its profits. **The New York Times Magazine**, 23 Sept. 1970.

FROEHLICH, C. Sustentabilidade: Dimensões e Métodos de Mensuração de Resultados. **Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle**. Canoas, v. 3, n. 2, p. 151-168, set. 2014.

GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004. 417 p.

GALLASSI, J. N.; CAMARGO, L. F.; SANTOS, L. M. L. Compras públicas como incentivo à agricultura familiar: panorama do programa nacional de alimentação escolar na cidade de Londrina. **Organizações e Sustentabilidade**. Londrina, v. 4, n. 2, p. 65-91, jul./dez., 2016.

GARCIA, F. T.; BEHR, A. Análise da Interação da Contabilidade Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável nos Engenhos de Beneficiamento de Arroz de Santa Maria/RS. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**. Sousa, v. 2, n. 2, Edição Especial Rio +20, p. 21-38, ago. 2012.

GARCIA, S.; CINTRA, Y. C.; RIBEIRO, M. S. DIBBERN, B. R. S. Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Florianópolis, v. 12, n. 25, p. 67-94, jan./abr. 2015.

GAVIOLI, M. B.; FRANCISCO, R.; SEHNEM, S. Indicadores de sustentabilidade de uma Empresa Agroindustrial do Brasil no período de 2009 a 2014. **Organizações em contexto**. São Bernardo do Campo, v. 12, n. 23, p. 103-142, jan./jun. 2016.

GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. FINECAFI. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 864 p.

GENTILE, C.; BURGOS, A. Cooperuc: percursos de valorização dos recursos locais e de convivência com o Semiárido. **Sustentabilidade em Debate**. Brasília, v. 7, Edição Especial, p. 136-151, dez. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI. **Correlação entre GRI e CDP: Como estão correlacionadas as perguntas das diretrizes da Global Reporting Initiative e do Carbon Disclosure Project**. Amsterdã: GRI, 2011. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-CDP-GRI-LinkageDocument.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GODOY, M. **As convergências e divergências nas informações disponibilizadas no balanço social entre os três modelos utilizados no Brasil**. 2007. 104 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Florianópolis - SC, 2007.

GOMES, E. R.; ROCHA, F. O Balanço Social como instrumento de gestão de responsabilidade social e de transparência de gestão. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE TRANSPARÊNCIA NOS NEGÓCIOS, 2, 2008, Niterói, **Anais [...]**, Rio de Janeiro: UFF, 2008, p. 1-22.



GOMES, S. M. S.; GARCIA, C. O. **Controladoria Ambiental: gestão social, análise e controle**. São Paulo: Atlas, 2013. 336 p.

GRAY, R. Current Developments and Trends in Social and Environmental Auditing, Reporting and Attestation: A Review and Comment. **International Journal of Auditing**, v. 4., p. 247-268, 2000.

\_\_\_\_\_. DILLARD, J.; CRAWFORD, S. Pesquisa em Contabilidade Social como se o mundo importasse: um ensaio sobre nostalgia e um novo absurdismo. **Revista de Contabilidade e Organizações**. Ribeirão Preto, v. 17, n. 7 p. 119-133, jan./abr. 2013.

GUIMARÃES, D. A.; RECH, I. J.; CUNHA, M. F.; PEREIRA, I. V. Análise do Nível de Evidenciação de Informações Ambientais Apresentado pelas Empresas que Exploram Atividades Agrícolas. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**. João Pessoa, v. 2, n. 3, p. 6-23, set./dez. 2014.

GUTHRIE, J.; PARKER, L. D. Corporate Social Reporting: A Rebuttal of Legitimacy Theory. **Accounting and Business Research**, v. 19, n. 76, p. 343-352, 1989.

HART, M. **Sustainable Community Indicators Trainer's Workshop**. Disponível em: <http://www.sustainablemeasures.com/training/index.html>. 1998. Acesso em: 14 fev. 2013.

HELMBERGER, P.; HOSS, S. Cooperative enterprise and organization theory. **Journal of Farm Economics**, v. 44, p. 275-290, 1962.

HENDRIKSEN, E. S. **Accounting Theory**. Homewood: Richard D. Irwin, 1971. 560 p.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. E. **Teoria da Contabilidade**. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 340 p.

HICKS, J. R. Value and capital, 1946.

HOEHNE, L. M. L.; MADEIRA, F. A.; MOURÃO, N. M. D. Sp.: do extrativismo à produção integrada com base fitoecológica. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFOP, 18. **Anais [...]** Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

HOPPER, T. Editorial: O academicismo em contabilidade e a gestão por números. **Revista de Contabilidade e Finanças**. São Paulo, v. 27, n. 71, p. 144-148, mai./ago. 2016.

HOPWOOD, A. G. Towards an organization perspective for the study of accounting and information systems. **Accounting, Organizations and Society**, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE. **Balanco Social, dez anos: o desafio da transparência**. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. 96 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017: dados preliminares**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6763>. Acesso em: 01 set. 2018.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis**. São Paulo: ETHOS, 2017. 106 p.

\_\_\_\_\_. **Guia de Elaboração do Balanço Social**. São Paulo: ETHOS, 2002. 30 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Os novos dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil: Nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2016. 48 p.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT - IISD. **Corporate Social Responsibility: An implementation Guide for Business**. Winnipeg: IISD, 2007. 115 p.

IPIRANGA, A. S. R.; GODOY, A. S.; BRUNSTEIN, J. Introdução. **RAM - Revista Administração Mackenzie (Online)**. São Paulo, n. 3, vol. 12, Edição Especial, p. 13-20, mai./jun. 2011.

ISLAM, M. A. CSR Reporting and Legitimacy Theory: Some Thoughts on Future Research Agenda. In: M. Aluchna, S.O. Idowu (eds.), **The Dynamics of Corporate Social Responsibility: A Critical Approach to Theory and Practice**, 2017. p. 323-339.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 368 p.

\_\_\_\_\_. MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: Aspectos relevantes da epopeia de sua evolução. **Revista de Contabilidade e Finanças**. São Paulo, n. 38, p. 7-19, mai./ago. 2005.

KROETZ, C. E. S. **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. 162 p.

KUHN, N.; BOTELHO, L. L. R.; ALVES, A. A. A. A coleta seletiva à luz da PNRS nos estados brasileiros: uma revisão sistemática integrativa. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**. Curitiba, v. 7, n. 5, Edição Especial Desenvolvimento Sustentável Brasil/Cuba, p. 646-669, out., 2018.

LIMA, J. R. O. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. **Otra Economía - Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidária**. São Leopoldo, v. 10, n. 18, p. 2-15, jan./jun., 2016.

LONDERO, P. R. **Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de evidencição do impacto econômico e social das cooperativas agropecuárias**. 2015. 262 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Ribeirão Preto – SP, 2015.

MACÊDO, F. F. R. R.; MOURA, G. D.; GOLLO, V.; KLANN, R. C. Evidenciação ambiental voluntária de companhias listadas no índice carbono eficiente da BM&FBOVESPA. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 13, n. 1, p. 329-352, jan./abr. 2014.

MACÊDO, J. M. A.; CORDEIRO, J. F.; PEREIRA, L. A. C.; RIBEIRO FILHO, J. F. (IN MEMORIAM); TORRES, U. C. L.; LOPES, J. E. G. Responsabilidade Social e Reputação Corporativa: uma Investigação sobre a Percepção dos Stakeholders numa Concessionária de Energia Elétrica Nordestina. **Revista de Contabilidade e Organizações**. Ribeirão Preto, v. 5, n. 11, p. 69-86, 2011.

MACHADO, D. G.; OLIVEIRA, A. F.; TOLEDO FILHO, J. R.; COSTA, A. A. Evidenciação de custos ambientais: um estudo multicaso de empresas do segmento de papel e celulose listadas na BM&FBOVESPA. **Sinergia: Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC)**. Rio Grande, v. 19, n. 2, p. 77-90, 2015.

MACHADO, D. P.; OTT, E. Estratégias de legitimação social empregadas na evidenciação ambiental: um estudo à luz da teoria da legitimidade. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 11, n. 1, p. 136-156, jan./mar. 2015.

MACHADO, R. M. **As informações sociais e ambientais evidenciadas nos relatórios anuais das empresas: a percepção dos usuários**. 2010. 168 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo - SP, 2010.

\_\_\_\_\_. MACHADO, M. A. V.; SANTOS, A. A relação entre setor econômico e investimentos sociais e ambientais. **Contabilidade, Gestão e Governança**. Brasília, v. 13, n. 3, p. 102-115, set./dez. 2010.

MAJOR, M. J. EDITORIAL: O positivismo e a pesquisa 'alternativa' em Contabilidade. **Revista de Contabilidade e Finanças**. São Paulo, v. 28, n. 74, p. 173-178, mai./ago. 2017.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 264 p.

MARTINS, M. G. **Cooperativismo, agroindústria da agricultura familiar e mercado: Um estudo de caso da COOPERCUC/BA**. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade de Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Brasília - DF, 2016.

MATHEWS, M. R. 1984. A Suggested Classification for Social Accounting Research. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 3, n. 3, p.199-221, 1984.

MEDEIROS, A. C.; CUNHA, E. V. Economia Solidária e Desenvolvimento Local: a Prática dos Empreendimentos Econômicos Solidários na Região do Cariri Cearense. **Desenvolvimento em questão**. Ijuí, ano 10, n. 21, set./dez., 2012.

MENEZES, E. A.; SILVA, P. C. G.; QUEIROZ, M. A.; PORTO, E. R. P. O Semiárido Tropical brasileiro. In: ALBUQUEQUE, A. C. S.; SILVA, A. G. (Ed.). **Agricultura Tropical: Quatro décadas de inovações tecnológicas institucionais e políticas**. Vol. 2. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. p. 359-374.

MILNE, M. **Downsizing Reg (Me and You)! Addressing the “Real” Sustainability Agenda at Work and Home**. In **Social Accounting, Mega Accounting and Beyond: A Festschrift**

in **Honour of M. R. Mathews**, Edited by: Gray, R. H. and Guthrie, J. St Andrews: CSEAR Publishing, 2007.

MIRANDA, W. B.; MALAQUIAS, R. F. Análise do nível de evidenciação ambiental de empresas brasileiras que negociam ADRS na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). **Revista Ambiente Contábil**. Natal, v. 5. n. 1, p. 93-111, jan./jun. 2013.

MOURÃO, N. M.; ENGLER, R. C.; Economia Solidária e Design Social: iniciativas sustentáveis com resíduos vegetais para produção artesanal. **Interações**. Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 329-339, jul./dez., 2014.

MUSSOI, A.; BELLEN, H. M. V. Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**. Ribeirão Preto, v. 4, n. 9, p. 55-78, mai./ago. 2010.

O'DONOVAN, G. **Legitimacy Theory as an explanation for Corporate Environmental Disclosures**. 2000. 441 f. Thesis (Doctor of Philosophy). Victoria University of Technology - Faculty of Business and Law, School of Accounting and Finance, gMelbourne, Australia, 2000.

O'DONOVAN, G. Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002.

OLEIRO, W. N.; SCHMIDT, E. B. Contabilidade Ambiental – uma análise da aplicação prática como potencializadora de informações socioambientais nas demonstrações contábeis. **Revista Ambiente Contábil**. Natal, v. 8, n. 1, p. 275-293, jan./jun. 2016.

OLIVEIRA, A. A. **Significado e interferências sobre a economia solidária a partir do quadro empírico do Ceará**. In: GAIGER, L. I. (Org.). Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 323-370.

OLIVEIRA, E. D.; CASAGRANDE JR, E. F. O desenvolvimento local e a sustentabilidade da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Colombo (RESOL). **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**. Curitiba, v. 2, n. 1, p. 98-110, jan./jun., 2013.

PAVÃO, Y. M. P.; ROSSETTO, C. R. Stakeholder Management Capability and Performance in Brazilian Cooperatives. **Review of Business Management**. São Paulo, v. 17, n. 55, p. 870-889, Especial Edition, 2015.

PAVARINA, P. R. J. P. **Desenvolvimento, crescimento econômico e o capital social do estado de São Paulo**. 2003. 181 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba - SP, 2003.

PEREIRA, G.; CARVALHO, F. N.; PARENTE, E. G. V. Desempenho econômico e evidenciação ambiental: análise das empresas que receberam o Prêmio Rumo à Credibilidade 2010. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. Florianópolis, v. 10, n. 30, p. 9-26, ago./nov. 2011.

PEROTTONI, M. A. Balanço Social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, n. 134, p. 50-59, ago. 2011. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/412>. Acesso em: 02 nov. 2018.

PIENIZ, L. P.; SILVA, M. T.; BRUTTI, Z. E. Balanço Social para Cooperativas – o caso da Cotrisoja – Tapera/RS. In: IX Congresso Brasileiro de Custos. **Artigo** [...] São Paulo: UNISINOS, 2002.

PINHO, D. R.; DE LUCA, M. M. M.; OLIVEIRA, M. C.; SANTOS, S. M.; OLIVEIRA, B. C. Responsabilidade Social Corporativa: Um estudo sobre o comportamento das distribuidoras de energia elétrica da Região Nordeste. **Revista Alcance**. Biguaçu, v. 14, n. 1, p-69-88, jan./abr. 2007.

PLETSCH, C. S.; BRIGHENTI, J.; SILVA, A.; ROSA, F. S. Perfil da Evidenciação Ambiental das Empresas Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Revista Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 57-77, set./dez. 2014.

PUPPIM DE OLIVEIRA, J. A. **Empresas na Sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 200 p.

\_\_\_\_\_. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. **RAE-eletrônica**. São Paulo, v. 4, n. 1, Art. 2, jan./jul. 2005.

RIBEIRO, A. M.; CARMO, C. H. S.; CARVALHO, L. N. G. Evidenciação ambiental: regulamentar é a solução para a falta de comparabilidade e objetividade? **Revista de Contabilidade e Organizações**. Ribeirão Preto, v. 17, v. 7, p. 6-21, 2013.

RIBEIRO, K. A.; NASCIMENTO, D. C.; DA SILVA, J. F. B. A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da Associação de Produtores Rurais do Núcleo VI Petrolina/PE. In: II Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo, 2012, Porto Alegre, **Artigo** [...] Porto Alegre: SESCOOP, 2012.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 220 p.

RIBEIRO, S. D.; MÜYLLER, C. F. Economia Solidária – Em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade. **Organizações e Sociedade**. Salvador, v. 21, n. 71, p. 581-614, out./dez., 2014.

RICARTE, J. G. Demonstração do valor adicionado. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. Florianópolis, v. 4, n. 10, p. 49-69, dez.2004/jan.2005.

ROBOTKA, F. A theory of cooperation. **Journal of Farm Economics**, v. 29(1), p. 94-114, 1946.

RUFINO, M. A.; MACHADO, M. R. Fatores Determinantes da Divulgação de Informações Voluntária Social: Evidências Empíricas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Brasília, v. 9, n. 4, art. 2, p. 380-396, out./dez. 2015.

SANTANA, C. M. **Produção do conhecimento em contabilidade social no Brasil (1990 a 2003): abordagem bibliométrica**. 2004. 292 f. Dissertação (Mestrado em Ciências

Contábeis) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo - SP, 2004.

SANTIAGO, J. S.; FERNANDES, J. L. T.; GONÇALVES, R. S. Contabilidade social corporativa. In: NIYAMA, J. K. Org. **Teoria Avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2018. p. 136-158.

SANTOS, C. V. Evolução da produção científica em economia solidária: o cenário brasileiro. **Organizações e Democracia**. Marília, v. 19, n. 1, p. 97-112, jan./jun., 2018.

SANTOS, M. A. C.; DIAS, L. N. S.; DANTAS, J. A. Teorias normativa e positiva da contabilidade. In: NIYAMA, J. K. Org. **Teoria Avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2018. p. 1-37.

SAVAGE, J. K. Comment on economic nature of the cooperative association. **Journal of Farm Economics**, v. 36, p. 529-537, 1954.

SCHNEIDER, J. O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Outra Economia - Revista Latinoamericana de Economia Social y Solidária**. São Leopoldo, v. 9, n. 16, p. 94-104, jan./jun., 2015.

SENA, A. M. C.; MATOS, F. R. N.; MESQUITA, R. F.; MACHADO, D. Q. Abordagem *grassroots* e resistência: atualizando a concepção de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, artigo 6, p. 651-666, jul./set., 2017.

SILVA, C. M. V. **A influência das lógicas institucionais na dinâmica de organização econômica da agricultura familiar**. 2017. 194 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre - RS, 2017.

SILVA, C. R. M.; LIMA, D. S. V. R.; SANTOS, S. M.; CABRAL, A. C. A.; PESSOA, M. N. M. Contabilidade socioambiental: mapeamento da produção científica em periódicos da base Spell. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**. São Paulo, v. 7, n. 3, set./dez. 2017.

SILVA, F. R.; CANÇADO, A. C.; SANTOS, J. C. Compreensão acerca do Conceito de Controle Social. **Desenvolvimento em questão**. Ijuí, ano 15, n. 41, p. 24-58, out./dez., 2017.

SILVA, J. L. C.; HERMOSILLA, J. L. G.; SILVA, E. C. C.; CASTRO, M. C. A. A. Um estudo sobre as publicações de investimentos em meio ambiente do setor empresarial com base no balanço social. **Revista da UNIARA**. Araraquara, n. 21/22, p. 72-83, 2008/2009.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 479 p.

SOBRAL, L. M. M. **A Responsabilidade Social das Empresas: Um novo Desafio para o Direito**. 2013. 64 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Porto, Faculdade de Direito, Porto, Portugal, 2013.

SOUZA, D. C.; KUHL, M. R.; PACHECO, V. Balanço Social: uma análise comparativa entre objetivos propostos na literatura e a realidade empírica. **Revista Capital Científico**. Guarapuava, v. 7, n. 1, jan./dez. 2009.

SOUZA, J. C. M. Economia Solidária: a construção de um conceito a partir da prática. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n.º 218, jul./ago., 2005.

SOUZA, V. R. **Aplicação da Contabilidade Ambiental na Indústria Madeireira**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Departamento de Contabilidade e Atuária, USP, 2003.

SPANGENBERG, J. H.; BONNIOT, O. Sustainability Indicators – A compass on the road towards sustainability. **Wuppertal Paper**, n. 81, February, 1998.

STOCK, A.; FLORIT, L. F.; MARTINS, L. H. S.; SCHIOCHET, V. A Justiça Socioecológica e suas dimensões: o Acolhida na Colônia no estado de Santa Catarina, Brasil. **Guaju: Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Matinhos, v. 4, n. 2, p. 86-99, jul./dez., 2018.

SUCHMAN, M. C. Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

TAKANO, J.; LUZIO-DOS-SANTOS, L. M. Comunidade Sustentável: Um estudo de caso de uma organização de Economia Solidária. **Organizações e Sustentabilidade**. Londrina, v. 1, n. 1, p. 94-110, jul./dez., 2013.

TILLING, M. V. Some thoughts on legitimacy theory in social and environmental accounting. **Social and Environmental Accountability Journal**, v. 24, n. 2, p. 3-7, 2004. DOI:10.1080/0969160X.2004.9651716.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 296 p.

\_\_\_\_\_. Balanço Social: balanço da transparência corporativa e da concertação social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, n. 135, p. 56-73, mai./jun. 2002.

TORRES JUNIOR, F.; SILVA, F. R. Balanço Social: instrumento de evidenciação dos objetivos sociais. **Pensar Contábil**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 39, p. 1-10, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VELLANI, C. L. **Contabilidade e Responsabilidade Social: integrando desempenho econômico, social e ecológico**. São Paulo: Atlas, 2011. 168 p.

\_\_\_\_\_. RIBEIRO, M. S. Sustentabilidade e Contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Florianópolis, ano 06, v. 1, n. 11, p. 187-206, jan./jun. 2009.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 223 p.

WERBACH, A. **Estratégia para sustentabilidade: uma nova forma de planejar sua estratégia empresarial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 224 p.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT - WBCSD. **Corporate Social Responsibility**. Conches-Geneva, Switzerland: WBCSD Publications, 2000. 35 p.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212p.

YOUNG, L. H. B. **Sociedades Cooperativas: resumo prático**. 8. ed. Curitiba: Juruá, 2012. 236 p.

ZENARO, M.; SCHIOCHET, V.; GELINSK JÚNIOR, E. Cooperativismo como alternativa de fortalecimento da agricultura familiar: A Cooperativa de Pequenos Agricultores de Videira e Iomerê (COPAVIDI). **Unoesc & Ciência – ACSA**. Joaçaba, v. 8, n. 1, p. 33-40, jan./jun. 2017.



## APÊNDICE A - CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL



### CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Aceito que a pesquisadora pertencente à Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, desenvolva sua pesquisa intitulada 'Interações Sociais e Ambientais evidenciadas no Balanço Social da COOPERCUC tal como foi submetida à Plataforma Brasil, sob a orientação dos professores José Lincoln Pinheiro de Araújo e Edilson Pinheiro Araújo, vinculados ao PPGDiDES.

Ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão utilizados nessa pesquisa, concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue:

- 1) O cumprimento das determinações éticas da Resolução CNS nº 510/2019;
- 2) A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- 3) Que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação nessa pesquisa;
- 4) No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

O referido projeto será realizado nas dependências da Cooperativa e poderá ocorrer somente a partir da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVASF.

Uauá-BA, 28 de janeiro de 2019.

Denise Cardoso dos Santos  
Diretora Presidenta

Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC)  
Rua Q, lote 01 quadra 31, (BR 235), S/n, Parque Agroindustrial, Uauá/BA  
Telefone: 74 3673-1428

## APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE ASPECTOS GERAIS, ESTATUTÁRIOS E CONTÁBEIS RELACIONADOS À COOPERATIVA

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

O presente roteiro de entrevista foi elaborado com a finalidade de coletar informações para o trabalho de dissertação de mestrado em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido da UNIVASF, desenvolvido pela discente Janicleia Maria Moraes de Macêdo, sob a orientação e coorientação dos Professores Dr. José Lincoln P. Araújo e MSc. Edilson Pinheiro Araújo, respectivamente.

---

#### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

---

Nome:

---

Cargo: ( ) Presidente ( ) Diretor(a) ( ) Contador(a)

---



---

#### 2 – CARACTERIZAÇÃO DA COOPERATIVA

---

Quando a Cooperativa iniciou suas atividades?

---

Quais locais a cooperativa situou e está situada atualmente?

---

Como se deu o início das atividades?

---

Quais cidades a cooperativa abrange?

---

Quantos associados tinham quando foi fundada?

---

Que princípios e leis regem a cooperativa?

---

Quantos associados tem atualmente?

---

Qual o perfil dos associados? Homens, mulheres, famílias? Quantos?

---

O que os cooperados produzem (cultivam em suas propriedades)?

---

Como ocorre a remuneração ao cooperado?

---

Quais prêmios a cooperativa já recebeu?

---

Quais são os principais parceiros da cooperativa?

---

Qual a função desses parceiros no apoio a cooperativa?

---

Quais projetos de pesquisa ou assistência técnica a cooperativa participa?

---

Portfólio de produtos (quais?)

---

Onde estão os principais clientes? Quais os principais destinos/mercados dos produtos?

---

Como é feita a prestação de contas perante os cooperados?

---

Quantas reformas estatutárias a Cooperativa teve?

---

Como as comunidades onde a cooperativa atua são informadas do impacto econômico, social e ambiental da cooperativa na região?

---

Outras informações relacionadas aos aspectos gerais, estatutários e contábeis da cooperativa que o(a) entrevistado(a) queira discorrer.

---